

PRINCÍPIOS

O BRASIL NO 1.º MUNDO



Revista Teórica
Política e de
Informação

**Diretor e
Jornalista Responsável**
João Amazonas

Editor
Rogério Lustosa

Conselho Editorial
Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Moraes
Jorge Bermudes
José Reinaldo de Carvalho
Luís Fernandes
Luís Paulino
Luiz Manfredini
Madalena Guasco
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores
Irasson Cordeiro Lopes
Agenor Silva
Altamiro Borges
Ana Maria Rocha
Ary Normanha
Carlos Pompe
Clóvis Moura
José Carlos Ruy
Loreta Valadares

Edição de Arte
Pedro de Oliveira

Diagramação
José Luis Muñuera Reyes

Neste número colabora ainda
Eduardo

**Administração, Distribuição
e Assinaturas**
Divo Guisoni

Editores Eletrônica
Graphein Editora,
Publicidade e
Serviços Gráficos Ltda
Tel.: (011) 883-1322

**Publicação da
Editora Anita Garibaldi**
Rua Bororós, 51 - 1º andar
São Paulo - SP
Tel.: (011) 278-3220

O anúncio é atraente: o Brasil vai para o 1º mundo. A explicação é que é triste: amarrado. Roberto Freire tem novidade: renovar o Socialismo. Novamente a idéia é desastrosa, voltando para o liberalismo do século passado.



MARÉ ANTI-PROGRESSO DA URSS À ALBÂNIA	3
UMA GRANDE ZONA FRANCA VIRA PRIMEIRO MUNDO? Agenor Silva Jr.	4
ACORDO MILITAR FAZ PARTE DA "ENTREGAÇÃO" Haroldo Lima	12
VIOLÊNCIA: PRODUTO EM EXPANSÃO NO CAMPO Aldo Arantes	18
DE VOLTA ÀS CATEDRAIS DO LIBERALISMO Luis Fernandes	27
PARTIDO(S) E ALTERNÂNCIA NO REGIME SOCIALISTA Rogério Lustosa	31
HISTÓRIA: A CIÊNCIA DO HOMEM José Carlos Ruy	38
A GÊNESE DO TRABALHO Ilka Bichara	45
NOVIDADES NA EXPLORAÇÃO DENTRO DAS FÁBRICAS Altamiro Borges	50
SAQUE E DESTRUIÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL Marcos Kowarick	57
OS CONGRESSOS DA II INTERNACIONAL Edgar Carone	64
RESENHAS	72

O P I N I Ã O

**MARÉ ANTI-PROGRESSO
DA URSS À ALBÂNIA**

A contra-revolução continua produzindo estragos. Dos que capitulam, além da rendição, ela exige o repúdio público ao socialismo e aos ideais de um regime sob direção dos trabalhadores.

Na URSS, não basta restaurar os mecanismos formais do capitalismo. Bóris Yeltsin se elege presidente da Federação Russa como desavergonhado pregoeiro do modo de vida ocidental burguês. E, para esterilizar os restos de qualquer vírus de rebeldia, apaga-se a homenagem a Lênin no local que foi ponto de partida da chama revolucionária. O caráter da “modernidade” em curso ficou muito bem simbolizado pela restauração do nome São Petesburgo na cidade de Leningrado.

Na Albânia também, a maré anti-progresso avança. Incapaz de compreender a situação e, portanto, de retificar os equívocos e manter os objetivos da transformação social, o PTA renega todo o passado de lutas, joga lama sobre a memória de Enver Hoxha, liquida-se como partido do proletariado, proclama que agora faz parte da “esquerda européia”, dá lugar ao PSA, social-democrata.

O patrão, entretanto, exigiu um espetáculo completo. As ruas de Tirana, que foram palco de lutas heróicas contra os ocupantes nazi-fascistas, serviram, em fins de junho, para uma recepção retumbante a James Baker, secretário de Estado dos EUA. A liberdade que foi conquistada, em 1944, às custas do derramamento de sangue da juventude e dos trabalhadores, foi substituída pela saudação servil ao imperialismo, a troco de migalhas.

Diante da ofensiva reacionária e de derrotas do socialismo, certas parcelas da esquerda vacilam e se deixam assaltar pelo pessimismo. É fácil ser revolucionário quando as coisas marcham bem e todas as aparências apontam a favor das mudanças. Na hora das dificuldades, entretanto, a coragem revolucionária depende de uma sólida perspectiva histórica, apoiada na teoria. A firmeza de combate não pode ser dogma de fé e sim fruto de convicção cientificamente fundamentada.

Por fim, é bom ver que a vitória burguesa vai revelando traços de sua fragilidade. Na Polônia e Alemanha Oriental já se ouvem os protestos dos trabalhadores que ontem foram arrastados pelas ilusões capitalistas. Na Iugoslávia, a restauração das regras do cada um por si, estraçalha o país pela guerra.

A vida indica que, por mais duro que seja o caminho, o progresso passa pela luta e não pelo acomodamento com a escravidão. O capitalismo a humanidade já conhece há séculos. Em vez de iludir-se com uma correção milagrosa de seus males de natureza estrutural, a tarefa que o mundo coloca é desenvolver e aplicar corretamente a teoria para construir um sistema superior, que as primeiras experiências socialistas deram início. ■

UMA GRANDE ZONA FRANCA VIRA PRIMEIRO MUNDO?

AGENOR SILVA JR.

*A política de integração no mundo industrializado não é uma bela "sacada" do Governo Collor
Ao contrário, obedece a uma estratégia global dos monopólios que liquida qualquer possibilidade de autonomia e progresso dos países dependentes*

O governo Collor adotou, como estratégia mais geral para o país no campo econômico, a palavra de ordem da pretensa integração do Brasil no primeiro mundo, aplicando a chamada política econômica neoliberal. Na verdade, tal estratégia não pertence propriamente à figura do presidente da República e sua equipe econômica. Faz parte de todo um plano do imperialismo para o nosso país. Os mentores da política econômica do governo partem do diagnóstico de que o Brasil não sobrevive sem o capital estrangeiro, de que ao Brasil cabe unicamente seguir os ditames do grande capital financeiro internacional para ver se conseguimos pelo menos participar do mundo moderno. Trata-se, portanto, de adequar o Brasil à estratégia mais geral do imperialismo nos dias de hoje.

Como traço característico da nova estratégia do imperialismo, ressalta-se a chamada integração das diversas economias; a abertura de todos os mercados com a conseqüente liquidação de todo e qualquer vestígio de autonomia econômica dos povos dependentes.

Diversos fenômenos econômicos da atualidade são utilizados pelos defensores do capitalismo na argumentação de que o mundo está mudando no sentido de não mais valer a tese marxista de que vivemos a época do imperialismo. Os fluxos de capitais predominantemente entre os chamados países desenvolvidos, o bloqueio das exportações de capitais para os países mais atrasados, as revoluções técnico-científicas, etc, seriam os novos traços da época atual. Voltemos inicialmente à caracterização da época atual.

No final do século passado, início deste, o capitalismo

experimentou significativas mudanças em seu modo de funcionamento. O fenômeno novo que estava sendo objeto de estudo por parte de economistas de diversas correntes era a desenfreada corrida de expansão colonial. O termo imperialismo ganhava novo significado passando a identificar a política implementada pelas potências capitalistas da época frente às nações menos desenvolvidas.

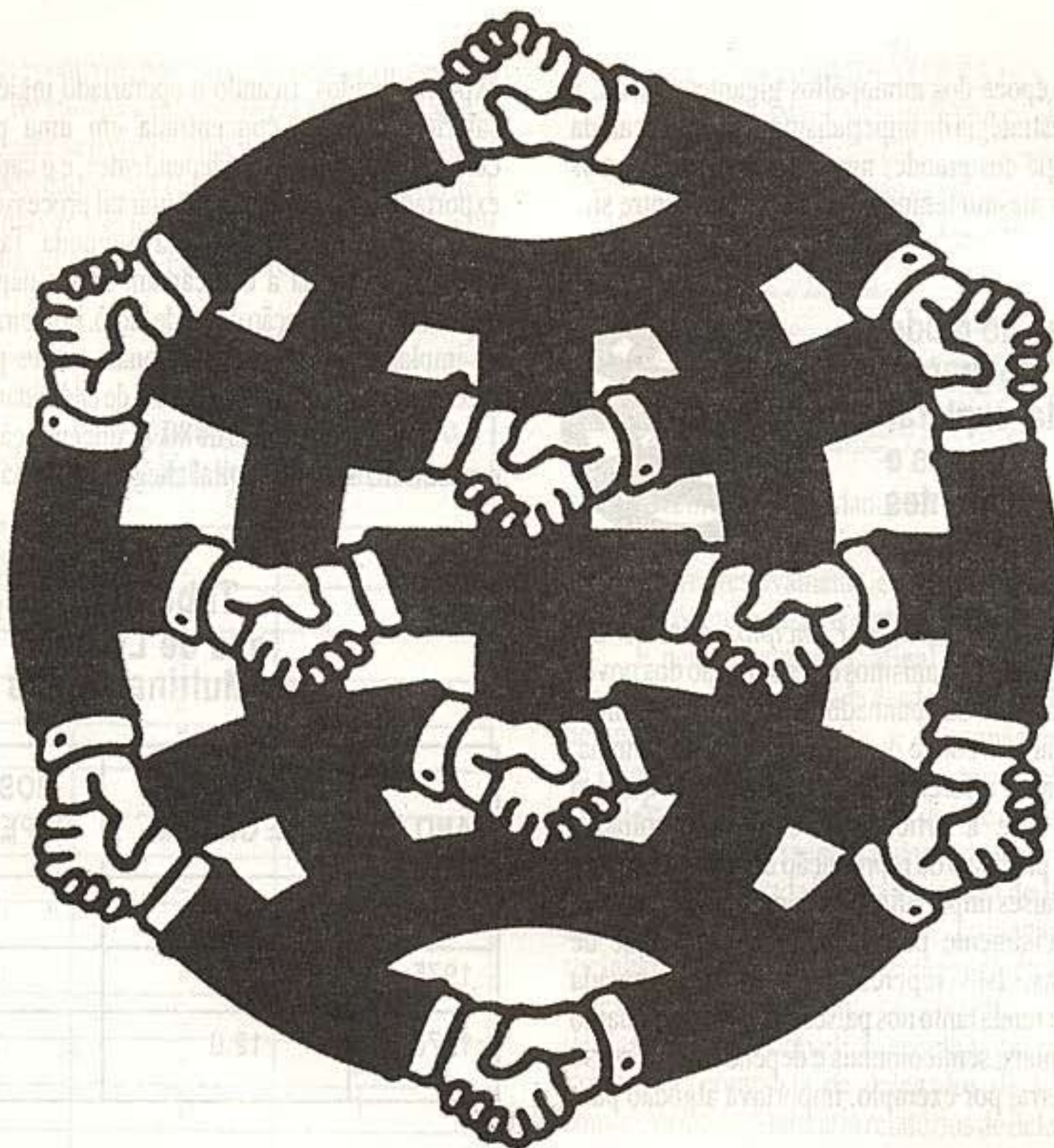
Levando em conta as análises efetuadas por diversos autores sobre os novos fenômenos que o capitalismo apresentava na época, Lênin elaborou sua teoria sobre o imperialismo apontando que o imperialismo seria a fase monopolista do capitalismo.



**Características
essenciais
do capitalismo
na época
dos monopólios**

De início, Lênin caracteriza o imperialismo como sendo capitalismo, mas, uma determinada fase deste modo de produção, com características particulares que indicariam o lugar que o imperialismo ocuparia na história da humanidade.

Para determinar os traços fundamentais desta época, o imperialismo, Lênin sistematizou 5 características principais



que completariam a definição do imperialismo como capitalismo monopolista:

“1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;

2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse ‘capital financeiro’, da oligarquia financeira;

3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância especialmente grande;

4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si;

5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes”(1).

Das cinco características, Lênin, concordando neste aspecto com Hilferding, destacava que a principal delas era precisamente o processo de concentração da produção e centralização do capital. Acentuava que: “O enorme incremento da indústria e o processo notadamente rápido de concentração da produção em empresas cada vez maiores constituem uma das particularidades mais características do capitalismo.”(2)

E, mais a frente, “Daqui se infere claramente que, ao

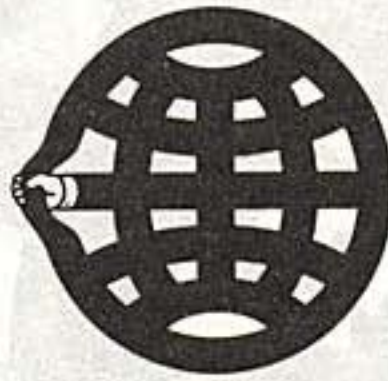
chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio, visto que, para umas quantas dezenas de empresas gigantescas, é muito fácil chegarem a acordo entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas.”(3)

Vê-se, portanto, que Lênin derivava as demais características do imperialismo precisamente do grau a que tinha chegado no processo de concentração e centralização do capital.

Assim, ao falarmos de estratégia do imperialismo devemos levar em conta, em primeiro lugar, a definição que a teoria marxista-leninista dá a este conceito. Lênin definia o imperialismo através de suas 5 características fundamentais partindo da principal delas, que é o grau a que se tinha alcançado no processo de concentração da produção e centralização do capital. Assim, o que há de novo na economia capitalista mundial deriva do grau a que se chegou no processo de concentração do capital. Particularmente nas duas últimas décadas, foi intenso o movimento de concentração da produção não somente no sentido das unidades produtivas ficarem cada vez maiores, mas, principalmente através da integração dos processos produtivos. Do lado da centralização do capital, destacam-se os processos de fusões de empresas, o processo de centralização dos fluxos de caixa de empresas combinadas,

etc. Vivemos a época dos monopólios gigantes. Assim, a chamada nova estratégia do imperialismo deve ser encarada como a estratégia dos grandes monopólios internacionais em acordo e ao mesmo tempo em concorrência entre si.

Alterações no modo do grande capital explorar os povos e nações dependentes



Em artigo publicado na *Princípios* número 20, acentuávamos que os mecanismos de espoliação dos povos e nações por parte de um punhado de monopólios imperialistas alteravam-se com o desenvolvimento do sistema, passando por fases diferenciadas. Mostrávamos que em uma primeira fase a articulação entre a espoliação imperialista e o processo de reprodução do capital fazia-se no sentido dos países imperialistas exportarem seus capitais balizados especialmente pela necessidade de saque de matérias primas. Isto repercutia em uma acentuada concentração de renda tanto nos países imperialistas quanto nos países coloniais, semicoloniais e dependentes. Grosso modo, a Inglaterra, por exemplo, importava algodão para

exportar tecidos, ficando o operariado inglês com baixos salários, a renda concentrada em uma pequena elite consumidora nos países dependentes, e o capital inglês era exportado no sentido de articular tal processo.

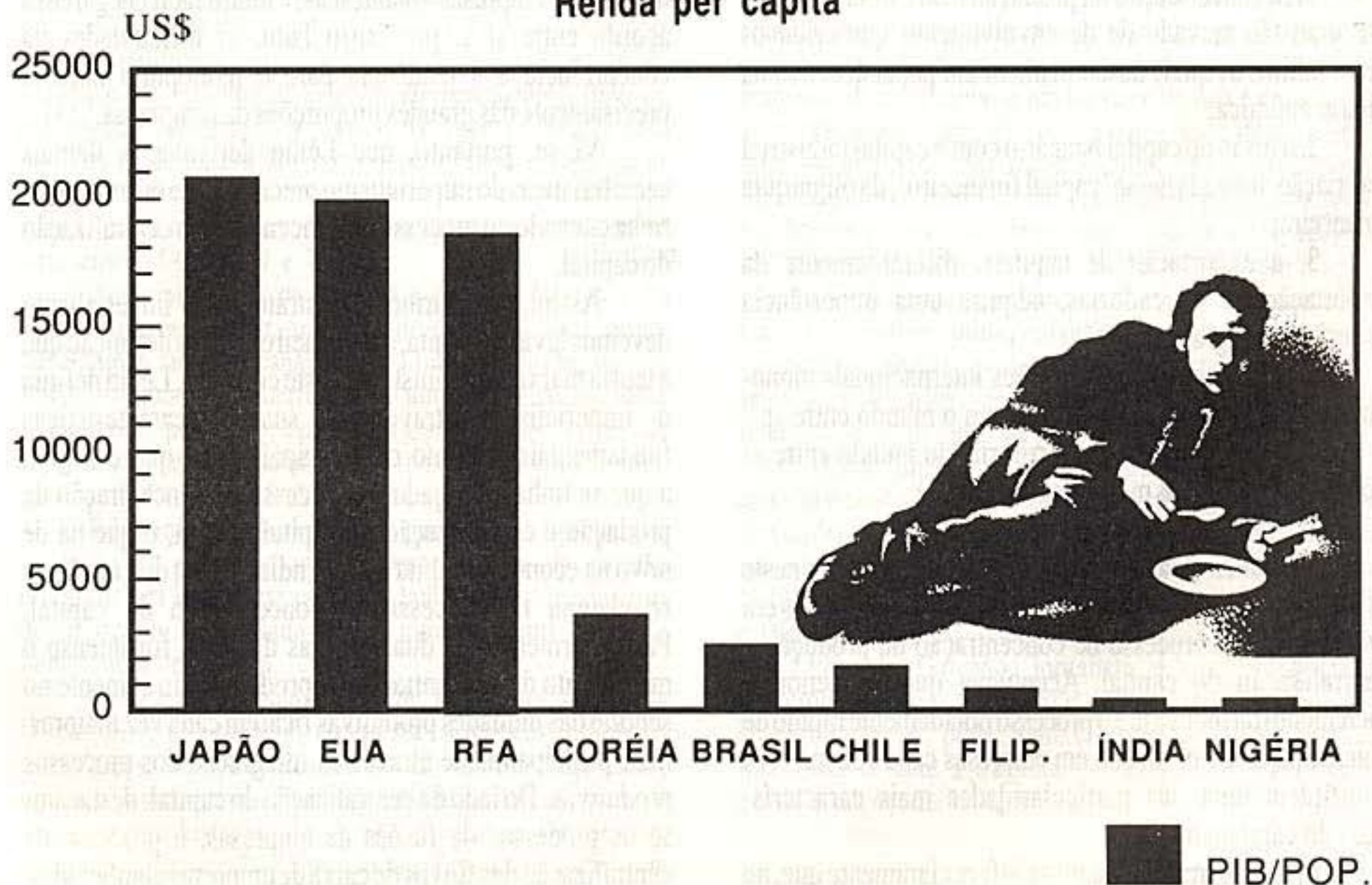
Mostramos que numa segunda fase o capital imperialista passa a dedicar um maior papel aos países dependentes na geração direta de lucro. Primeiramente através da implantação das multinacionais nesses países, e mais recentemente, através do processo de endividamento externo.

A partir da década de 80, a concentração da produção e a centralização do capital chegou a tal estágio que novas

Tabela 1
Taxa de Lucros
das Multinacionais

ANO	NOS PAÍSES DE ORIGEM	NOS PAÍSES DEPENDENTES
1974	13,4	54,6
1975	10,9	29,1
1976	12,0	25,5

Gráfico 1
Renda per capita



estratégias imperialistas estão em desenvolvimento. No centro desta, coloca-se a integração das diversas nações dependentes como apêndices do processo de reprodução do capital nos países imperialistas. Impulsionando esta estratégia, ocorre uma certa falência do modelo do pós-guerra. As dívidas externas tornam-se cada vez mais impagáveis na situação atual. Também a lucratividade das multinacionais implantadas no mundo subdesenvolvido tem uma forte tendência de queda conforme ilustra a tabela 1. As taxas de lucro realizadas nos países dependentes pelas empresas multinacionais tendem a se equalizar com as taxas obtidas nos países de origem destes monopólios. Na busca do lucro máximo, objetivo da produção na época do capital financeiro, é que articula-se um novo arranjo no relacionamento entre as nações pobres e ricas. Novo no sentido de novos mecanismos de espoliação, reforçando os antigos, como mostrou a guerra do Iraque, mas trazendo novos elementos de aprofundamento da dependência.

Para analisarmos alguns aspectos dos processos econômicos nos dias de hoje, devemos levar em consideração a extrema polarização do mundo quanto ao grau de riqueza entre os países imperialistas e os dependentes.

O gráfico 1 ilustra o desnível do mundo entre países pobres e ricos tomando como indicador a renda per capita de países selecionados entre os imperialistas e os dependentes. Observa-se que a renda média no Japão é 72 vezes a renda média de um nigeriano. (Destaque-se que nos países dependentes a renda é muito mais concentrada internamente do que nos países imperialistas).

Na terceira e quarta coluna da tabela 2 temos o que poderíamos chamar de indicadores do grau em que cada economia nacional relaciona-se com o exterior do lado da produção, tomando como parâmetro a divisão do valor das exportações e importações pelo valor da produção (PIB - Produto Interno Bruto).



Preparar os países pobres para fornecer super lucros aos grandes monopólios

O que o grande capital imperialista quer impor aos países dependentes é que estes apresentem um coeficiente de importação e exportação semelhante aos do Chile e Coréia. O Chile exporta 32,1% de seu Produto Interno Bruto e importa 21,7%. Evidentemente a diferença corresponde ao que este país remete para o exterior como pagamento de juros da dívida externa e lucro das multinacionais. Além disso, evidentemente, um país que apresenta tal grau de extroversão com uma economia pequena, deve especializar-se em alguns poucos produtos. Por isso, podemos batizar a nova estratégia do imperialismo como sendo integração com especialização.

Do outro lado, as economias dos países imperialistas

Tabela 2
Indicadores de Extroversão

PAÍSES SELECIONADOS	PIB US\$ Bi	PIB PER CAPITA	EXP/PIB %	IMP/PIB %
JAPÃO	2843,7	21020,0	9,3	6,4
EUA	4847,3	19840,0	6,5	9,5
RFA	1201,8	18480,0	26,8	20,7
CORÉIA	171,3	3600,0	35,4	30,2
BRASIL	323,6	2160,0	10,4	4,5
CHILE	22,1	1510,0	32,1	21,7
FILIPINAS	39,2	630,0	18,1	20,9
ÍNDIA	237,9	340,0	6,1	9,5
NIGÉRIA	29,4	290,0	25,2	21,4

possuem um baixo coeficiente de exportação e importação: entre 6 e 10% do PIB, com exceção da Alemanha. Esta última deve ser considerada no contexto da Europa. Se tomarmos a Europa como um todo, também teremos um pequeno grau de abertura: por volta de 6%. Assim, a valer a estratégia do imperialismo, camuflada com a propaganda neoliberal, teremos a médio prazo as poderosas economias das nações imperialistas, com tecnologia, diversificação e dinâmica interna, tendo como apêndices as débeis economias dos países dependentes, cada uma especializada no que for do interesse dos oligopólios. Ainda na tabela 2 pode-se constatar que não existe correlação entre o desenvolvimento econômico e o grau de abertura. As Filipinas, por exemplo apresentam um elevado grau de abertura e um baixo nível de renda per capita; os Estados Unidos, tem uma elevada renda per capita e um baixo grau de abertura.

Agregue-se que cerca de 80% da produção mundial é realizada sob o comando dos monopólios imperialistas. Além disso, os imperialistas dominam quantitativa e qualitativamente o comércio mundial conforme indica a tabela 3 e o gráfico 2. Na tabela, os países classificados pelo Banco Mundial como de alta renda (basicamente EUA, Japão e Europa), ou seja os imperialistas, aparecem como detentores de 83% do comércio mundial. O Brasil, apesar de possuir a maior economia dos países dependentes, participa com apenas 1,1% do comércio mundial. Todos os países dependentes tomados conjuntamente detêm somente 17,2% do comércio mundial. Portanto, quando se prega a

maior participação dos países dependentes no comércio mundial através de uma maior abertura de suas fronteiras, pretende-se unicamente melhor adequar as produções nesses países às necessidades de obtenção de super lucros por parte dos monopólios imperialistas.

Refletindo a tendência à especialização das nações, a tabela 4 e gráfico 3 mostram como o comércio internacional de manufaturados cresce mais rapidamente do que a produção industrial, particularmente a partir da década de 80: enquanto a produção industrial mundial dobrou entre 1965 e 1989, as exportações de manufaturados foram multiplicadas por 5. Este dado reflete o fato de cada vez mais a produção mundial ser realizada por um número cada vez menor de empresas gigantes voltadas para o mercado mundial. São vários os produtos que são fabricados em alguns poucos países.

Quais as conseqüências da chamada abertura para o exterior? Pode-se dividi-las em dois blocos: um primeiro refere-se à necessidade de concentração do capital nos países dependentes; um segundo é a quebra da dinamicidade interna das economias dependentes.

Quanto ao primeiro aspecto, vejamos o que diz o titular da Secretaria Nacional de Direito Econômico (SNDE), Salomão Rotenberg, "A concentração da atividade empresarial em alguns setores da economia é inevitável. As áreas química, de fabricação de bens de capital e mesmo automobilística, entre outras, tendem a buscar maior escala de produção e maior otimização de sua capacidade produtiva. É uma tendência internacional e não vamos

Tabela 3
Comércio Mundial
US\$ Bilhões

GRUPO DE PAÍSES	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SOMA	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL
RENDA BAIXA	107,4	131,4	238,8	4,5
RENDA MÉDIA	341,1	338,7	679,8	12,7
AMÉRICA LATINA	101,8	78,5	180,3	4,1
BRASIL	33,7	14,7	48,4	1,1
ALTA RENDA	2178,5	2266,0	4444,5	82,9
MUNDO INFORMANTE	2627,0	2736,2	5363,2	100,0

FONTE: BANCO MUNDIAL - DADOS DE 1989

NOTA: Países de baixa renda - Moçambique, Etiópia, China, Indonésia, Sudão, etc.

Países de renda média - Bolívia, Marrocos, Peru, Chile, Brasil, Coréia, Grécia, etc.

Países de alta renda - Espanha, Itália, Inglaterra, Áustria, Alemanha, Japão, Suíça, etc.

Mundo Informante - não inclui URSS, Albânia, Cuba, Bulgária, RDA, Mongólia, RDC e Tchecoslováquia



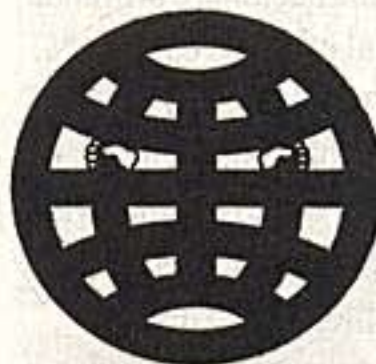
impedir que tal processo se dê também no Brasil.”(4)

Na nova estratégia ora em implementação no Brasil, não cabe mais que as multinacionais aqui instaladas possuam como rede de fornecimento empresas muitas vezes pequenas e médias com baixo padrão de produtividade. Na estratégia das multinacionais, pretende-se abolir toda e qualquer restrição de importação de componentes para que isto se reflita na produtividade global dos produtos com os quais trabalham, e possam, desta forma, melhor competir no mercado internacional. Isto pode implicar, por exemplo, no sucateamento total de certos ramos da produção no Brasil.

Trata-se de uma necessidade da concorrência internacional: a concentração da produção no sentido de

obter-se economias de escala e maior permeabilidade à aplicação dos avanços tecnológicos.

Neste sentido, é interessante notar o que diz Roberto Camanho, presidente da Sociedade Brasileira de Comando Numérico, a respeito do processo de automação da indústria brasileira: “a produção industrial brasileira não tem escala nem volume que justifique um nível alto de automação... Mas um aumento da produção e a exportação podem gerar maior absorção. A automação está começando.”(5)

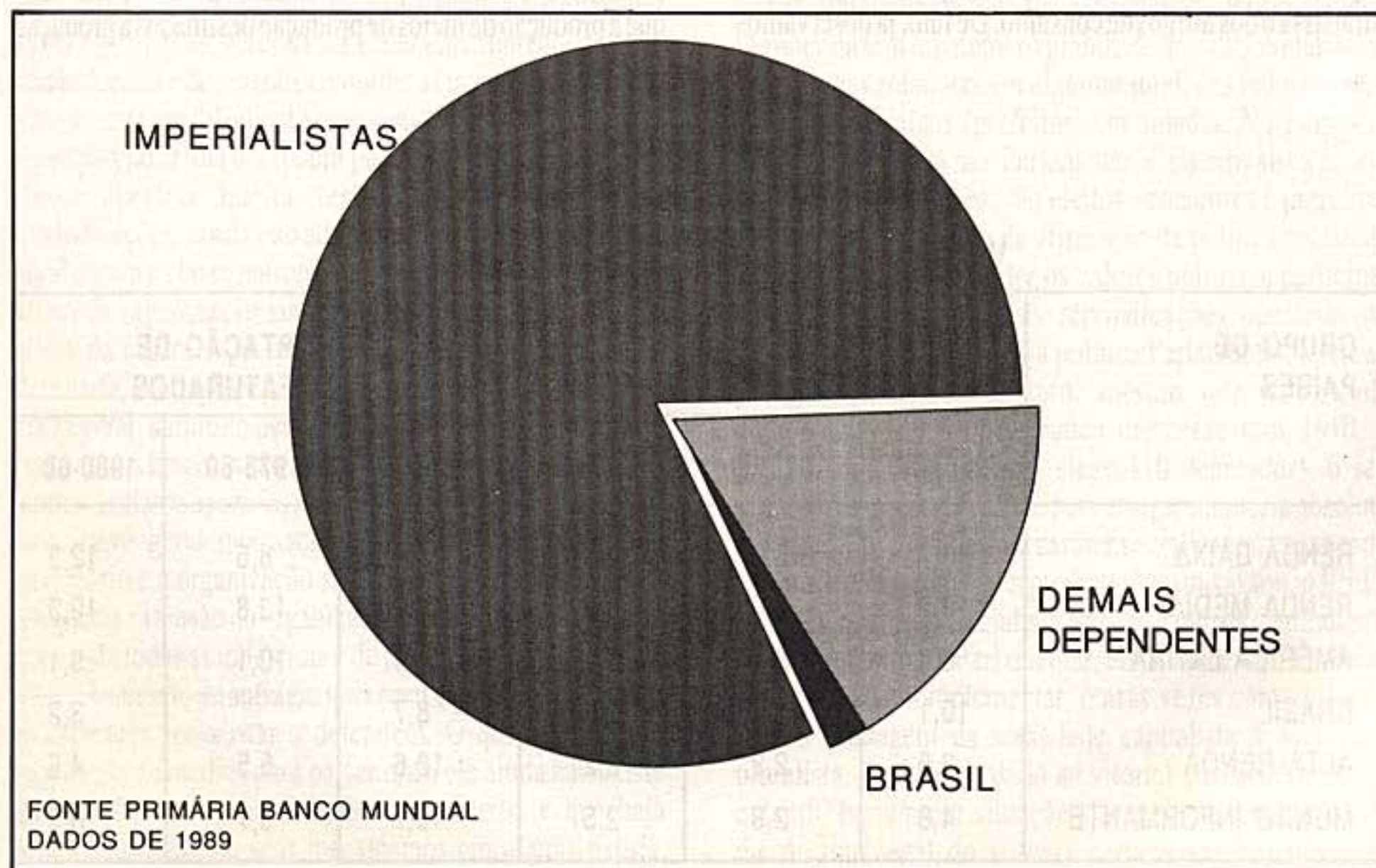


Quebra de setores inteiros e sobrevivência de alguns privilegiados

Em outras palavras, para o Brasil atingir o nível de automação industrial, e portanto competitividade, dos países imperialistas, seria necessária uma grande concentração da produção, evidentemente especializada em alguns poucos produtos para que se aumentasse a permeabilidade à introdução de novas tecnologias. Basta verificar, que o Brasil possui apenas 120 robôs industriais, enquanto o Japão possui 219.667, os EUA 36.977, a Alemanha 22.395.

As multinacionais montadoras de automóveis instaladas no Brasil, por exemplo, querem poder comprar

Gráfico 2
Participação no Comércio Mundial



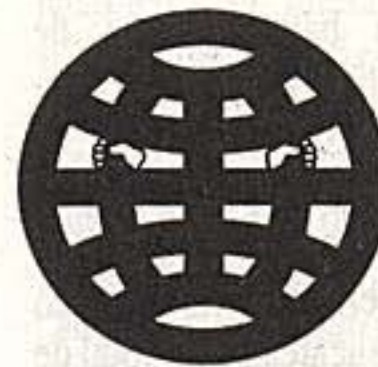
autopeças de onde for melhor para elas, em qualquer parte do mundo, para assim melhor concorrerem no mercado norte americano, dos países exportadores de petróleo, etc. Pode-se prever que o parque industrial brasileiro de autopeças será profundamente atingido e apenas algumas empresas com razoável colocação no mercado internacional sobreviverão.

Tal linha de argumentação aplica-se a diversos outros setores da economia e o resultado final - a valer a estratégia imperialista apoiada pelo governo Collor - será um processo de quebra de setores inteiros da economia nacional e profunda concentração da produção e do capital em poucos setores.

Uma segunda tendência advinda da submissão dos ditames do imperialismo refere-se à quebra de dinamicidade econômica e ao grau de autonomia. Neste sentido, vale recordar elementos básicos da teoria econômica marxista sobre a problemática dos mercados interno e externo.

No volume II de *O Capital*, procurando estudar a reprodução simples e ampliada do produto social nas condições do modo capitalista de produção, Marx divide todo o produto social em produção de meios de produção e produção de meios de consumo: mercadorias que entram no consumo produtivo e mercadorias que fazem parte do consumo pessoal dos capitalistas e dos operários. Com estas categorias, em vários textos Lênin argumenta que o capitalismo não visa propriamente o consumo, mas sim, a acumulação de mais-valia indicando que: "Com relação ao problema do mercado interno, foco do nosso interesse, a conclusão principal a extrair da teoria da realização de Marx é a seguinte: o crescimento da produção capitalista e, conseqüentemente, do mercado interno, vincula-se mais aos meios de produção e menos aos artigos de consumo. Noutros termos: o crescimento da produção de meios de produção ultrapassa o dos artigos de consumo. De fato, já observamos

que o capital constante existente nos artigos de consumo (seção II) é trocado pelo capital variável + a mais-valia existente nos meios de produção (seção I). Contudo, segundo a lei geral da produção capitalista, o capital constante cresce mais rapidamente que o capital variável. Por isso, o capital constante existente nos artigos de consumo deve crescer mais rapidamente que o capital variável e a mais-valia existentes nesses artigos, e o capital constante existente nos meios de produção deve crescer mais rapidamente ainda, ultrapassando o crescimento tanto do capital variável (+ a mais-valia) existente nos meios de produção como do capital constante existente nos artigos de consumo. A seção da produção social que fabrica meios de produção deve, portanto, crescer mais rapidamente do que aquela que fabrica artigos de consumo. Desse modo, a extensão do mercado interno para o capitalismo é, até certo ponto, 'independente' do crescimento do consumo industrial..."(6)



**Queda absoluta
no nível
de atividade e
aumento da
pobreza do povo**

É uma característica fundamental do capitalismo o fato da produção de meios de produção, portanto o consumo produtivo, crescer mais rapidamente do que a produção de meios de consumo, portanto do consumo pessoal. Pode-se agregar que a produção de meios de produção destinados à produção de meios de produção cresce mais rapidamente que a produção de meios de produção destinados à produção

Tabela 4
Produção e Exportação
Variação Percentual - Média anual

GRUPO DE PAÍSES	PRODUÇÃO INDUSTRIAL			EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS		
	1965-73	1973-80	1980-89	1965-73	1973-80	1980-88
RENDA BAIXA	10,7	7,0	8,7	1,8	8,5	12,3
RENDA MÉDIA	8,0	4,0	3,2	16,7	13,8	10,3
AMÉRICA LATINA	6,8	5,1	1,1	16,6	10,1	9,1
BRASIL	10,1		2,6	8,7		3,2
ALTA RENDA	3,9	2,2	2,2	10,6	5,5	4,6
MUNDO INFORMANTE	4,8	2,8	2,5	10,7	6,1	5,3

de meios de consumo. Isto se deve a que, no capitalismo, o objetivo da produção não é o atendimento das necessidades da população, mas a obtenção de lucro.

Resumindo, pode-se dizer que no capitalismo contraditoriamente, o principal é o mercado entre capitalistas - compra e venda de meios de produção. Assim, na medida em que os países dependentes especializam-se em poucos produtos e o principal das relações intercapitalistas ocorre nos marcos internacionais, debilita-se a sua economia e soberania nacional. Daqui tiramos uma conclusão importante sobre a nova estratégia do imperialismo em nosso país: na medida em que as relações empresariais ocorrem mais a nível internacional e menos a nível nacional, quebra-se a dinamicidade da economia brasileira. É como se o país se transformasse em uma imensa Zona Franca, com seus modernos distritos industriais, especializados em certas produções, importando quase todos os componentes, exportando quase toda a produção e cercados por uma imensa pobreza já que tal modelo não contempla elementos multiplicadores do desenvolvimento econômico.

Para países muito pequenos ou muito pobres, as tendências nocivas podem até ser compensadas pelo avanço da produção nos ramos exportadores. Para um país como o Brasil, a probabilidade maior é de efetiva queda absoluta no nível de atividade, aumentando a pobreza do povo.

Como conclusão, retira-se por um lado, que a estratégia do imperialismo de integração com especialização

possui como base objetiva o inexorável processo de concentração da produção e centralização do capital. Por outro lado, tal processo é de conseqüências nefastas para os povos pobres e dependentes. Assim, ganha força a luta em defesa da soberania nacional no campo econômico, cabendo ao pensamento nacional, democrático e progressista a elaboração de um modelo alternativo. Ciente das particularidades do mundo atual, onde predomina a produção e o capital altamente concentrados, deve-se buscar, por exemplo, uma política energética e tecnológica de acordo com as possibilidades e necessidades do país. As economias de escala podem ser buscadas pela ampliação do mercado interno, e não somente pelo lado das exportações. O Estado pode atuar no sentido de articular e promover o desenvolvimento sustentado e integrado da economia, inclusive democratizando e redefinindo o papel das empresas estatais. ■

AGENOR SILVA - Engenheiro Naval com mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica - PUC-SP.

NOTAS

(1) Lênin, V. I., "O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo", in Obras Escolhidas, V. I., Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1983, p. 641.

(2) Idem, p. 586.

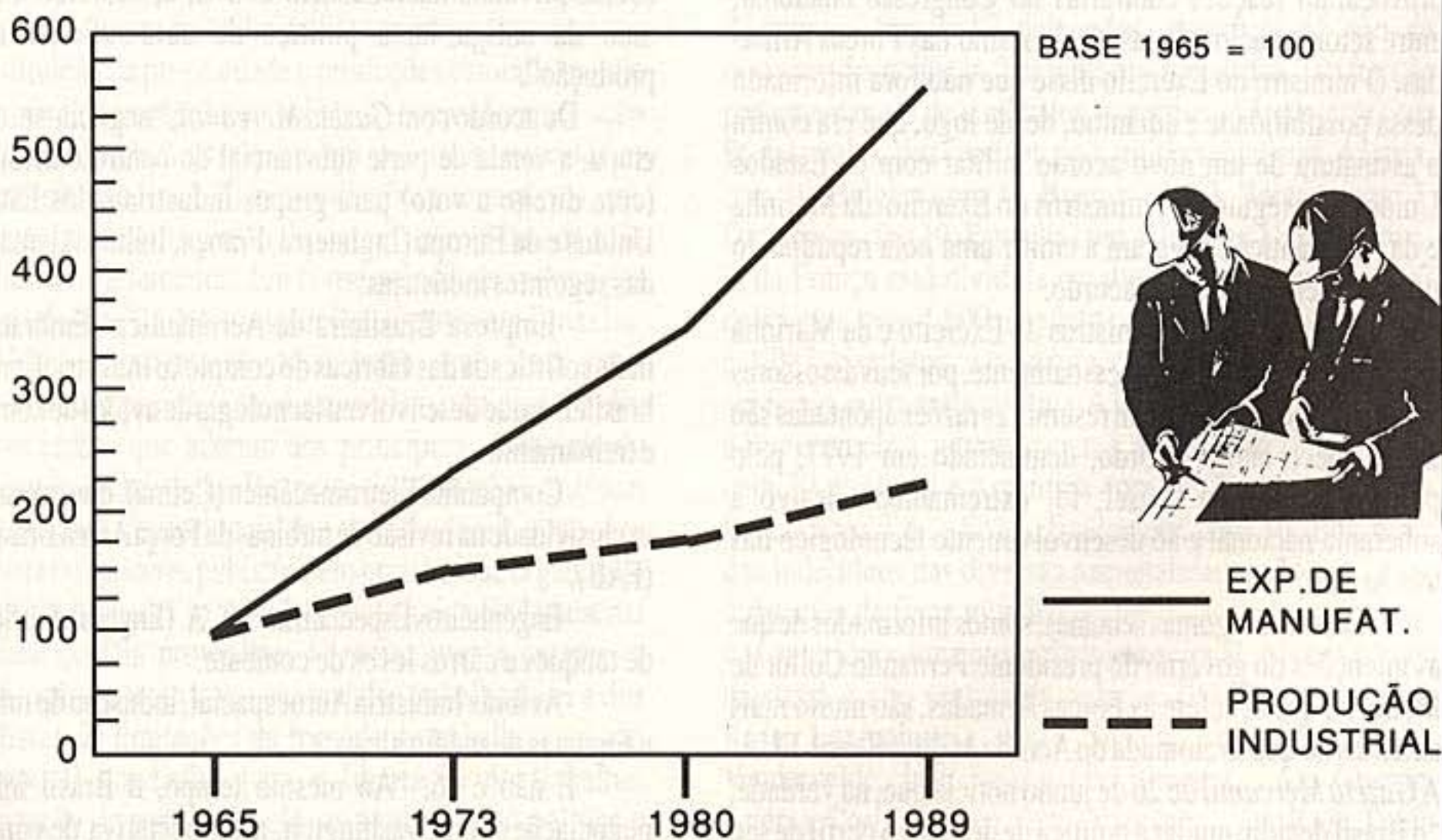
(3) Idem, p. 588.

(4) *Gazeta Mercantil* de 18 de junho de 1991.

(5) *Folha de S. Paulo*, 17 de junho de 1991.

(6) LÊNIN, V. I., "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia", Editora Nova Cultura, São Paulo, 1985, p. 23.

Gráfico 3
Evolução da Produção Industrial do Mundo
e do Comércio Internacional de Manufaturados



ACORDO MILITAR FAZ PARTE DA "ENTREGAÇÃO"

HAROLDO LIMA

Crescem as pressões para reativar o Acordo denunciado em 1977.

Além das razões militares, o alvo

é impedir que o país tenha acesso à tecnologia de ponta no terreno nuclear, da informática e outros, essenciais para a indústria bélica moderna e ao progresso

Nos últimos meses o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, insistiu muito na tese de que o Brasil voltaria a assinar um acordo militar com os Estados Unidos, a exemplo do que ocorreu entre 1953 e 1977. Mais ainda, Rezek afirmou que a assinatura do novo acordo seria "inevitável". As afirmações do ministro provocaram reações contrárias no Congresso Nacional, entre setores nacionalistas e até mesmo nas Forças Armadas. O ministro do Exército disse que não fora informado dessa possibilidade e adiantou, desde logo, que era contra a assinatura de um novo acordo militar com os Estados Unidos. Em seguida, os ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica chegaram a emitir uma nota repudiando o estabelecimento desse acordo.

As posições dos ministros do Exército e da Marinha foram confirmadas a mim pessoalmente, por seus assessores no Congresso Nacional. Em resumo, as razões apontadas são as de que o antigo acordo, denunciado em 1977, pelo presidente Ernesto Geisel, foi extremamente lesivo à soberania nacional e ao desenvolvimento tecnológico das três Armas.

Passadas algumas semanas, somos informados de que as intenções do governo do presidente Fernando Collor de Mello, no que se refere às Forças Armadas, são muito mais extensas do que a retomada do Acordo Militar Brasil-EUA. A *Gazeta Mercantil* de 26 de junho noticia que, na verdade, "o Brasil decidiu mudar a política de defesa e o perfil de seu complexo industrial-militar, com uma série de iniciativas que tendem a ter grande repercussão nas suas relações com

os Estados Unidos..." O governo Collor, continua o jornal paulista, ao mesmo tempo que realiza "negociações com governos e empresas de nações líderes no mercado mundial de alta tecnologia com aplicações na indústria bélica", teria optado "por abrir mão do controle acionário que possuía, em alguns casos; estimular a saída dos seus atuais sócios privados nacionais, em outros; e, sobretudo, abrir mão da antiga meta política de auto-suficiência na produção".

De acordo com *Gazeta Mercantil*, "negocia-se, nesta etapa, a venda de parte substancial do controle acionário (com direito a voto) para grupos industriais dos Estados Unidos e da Europa (Inglaterra, França, Itália e Alemanha) das seguintes indústrias:

- Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), a mais sofisticada das fábricas do complexo industrial-militar brasileiro, que desenvolveu tecnologia de aviões de combate e treinamento.

- Companhia Eletromecânica (Celma), que opera com exclusividade na revisão de turbinas da Força Aérea Brasileira (FAB).

- Engenheiros Especializados S.A. (Engesa), fabricante de tanques e carros leves de combate.

- Avibrás Indústria Aeroespacial, indústria de mísseis e foguetes de médio alcance."

E não é só: "Ao mesmo tempo, o Brasil iniciou negociações com Washington, na expectativa de concluí-las ainda no segundo semestre deste ano, em torno de salvaguardas setoriais que determinam a mudança da essência



da política até então executada nas áreas de pesquisa de armas convencionais e nucleares". Em síntese, informa a *Gazeta*, o Brasil, para agradar aos americanos, está prestes à aderir a diversos acordos de controle da produção industrial-militar. Por exemplo, na área nuclear, o País deverá submeter-se, até setembro, às normas de fiscalização da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e também à aderir ao Tratado de Tlatelolco, altamente benéfico aos interesses das potências nucleares.



Em pauta mudanças na área de pesquisa e controle da produção industrial-militar

Tomando estas iniciativas, que se somariam ao acordo de mútua fiscalização nuclear firmado com a Argentina, o governo Collor "supõe que as pressões dos Estados Unidos para desmontagem do programa nuclear paralelo do Brasil perderiam todo sentido".

Além disso, informa a *Gazeta Mercantil*, a diplomacia brasileira desenvolve gestões para que o País adira a outros dois sistemas de controle de produção de armas. O primeiro

é o Regime de Controle de Tecnologia Míssil Balística (MTCR), criado em 1987 pelos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Canadá e Japão. A Argentina já aderiu ao MTCR, no início de junho, e, em função disso, o presidente Carlos Menem anunciou a renúncia ao desenvolvimento do projeto Condor II, um míssil com ogiva "inteligente" e alcance de 800 quilômetros. O segundo sistema é o Comitê de Controles Multilaterais de Exportação (Cocom), criado em 1949 por iniciativa dos EUA, para impedir o comércio de tecnologia de ponta com aplicação bélica para a União Soviética e aliados. Esse organismo foi praticamente desativado com o fim da Guerra Fria mas depois da Guerra do Golfo, foi reativado com o objetivo de bloquear a transferência de alta tecnologia a países do Terceiro Mundo.

Como se vê, os planos neoliberais de Collor incluem a entrega da indústria militar brasileira a firmas estrangeiras e a completa subordinação da política de defesa do País aos interesses hegemônicos pós-Guerra do Golfo dos Estados Unidos.

Na verdade, esta situação não chega a constituir uma novidade. Depois da Segunda Guerra Mundial, a doutrina militar brasileira desenvolvida na Escola Superior de Guerra (ESG) era diretamente inspirada nas idéias do War College dos Estados Unidos. E o Acordo Militar Brasil-Estados

Unidos, um desdobramento da participação brasileira na Segunda Guerra, na Itália, sob o comando dos americanos, foi assinado no dia 15 de março de 1952, durante o segundo governo de Getúlio Vargas. De fato, a cooperação militar entre os dois países começou no período da Guerra, quando era adido militar em Washington, o general Henrique Teixeira Lott. Nos termos desse primeiro entendimento, os pracinhas da Força Expedicionária Brasileira receberam armas e equipamentos dos Estados Unidos. Em seguida, ainda durante a Guerra, organizou-se uma Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos, para tratar de todos os assuntos relacionados com a doutrina militar, instrução, organização, cursos de aperfeiçoamento e armamentos. Foi então cedido ao Brasil farto material bélico, a ser pago a longo prazo, praticamente sem juros. Após o fim da Guerra, o Exército brasileiro foi equipado com esse material. Para padronizar os equipamentos, o Estado-Maior, já experimentado no contato com os americanos, foi buscar nos Estados Unidos a complementação dos equipamentos que julgava necessários. Daí surgiu o Acordo, aprovado pela Câmara dos Deputados por 135 votos contra 39, no dia 23 de fevereiro de 1953.



O acordo antigo continha regras vergonhosas de submissão aos Estados Unidos

Esta expressiva maioria não refletiu a polêmica causada na época. O Acordo fora negociado no ano anterior pelo chanceler João Neves da Fontoura (conhecido por seu entreguismo) e pelo embaixador Raul Fernandes. Sua aprovação, na Câmara, foi comandada pelo líder do governo, Gustavo Capanema, cuja tarefa foi fácil porque o líder da oposição udenista, Afonso Arinos de Mello Franco era favorável a ele. Havia opositores na UDN, como o baiano Aliomar Baleeiro. Outro baiano, Hélio de Burgos-Cabal, do Partido Republicano da Bahia, foi um dos que combateram o Acordo com mais vigor. Trata-se de “uma aliança militar ofensiva, com cláusulas onerosas e inconvenientes para o país”, definiu Cabal. Segundo os cronistas políticos da época, no entanto, o deputado que mais se empenhou no combate ao Acordo foi Roberto Morena, do Partido Comunista do Brasil, eleito pelo pequeno Partido Rural Trabalhista.

A opinião pública acompanhou com grande interesse as discussões em torno do Acordo, como já havia feito pouco antes, durante a apaixonada tramitação, no Congresso, do projeto que estabeleceu o monopólio estatal do Petróleo e criou a Petrobrás. Centenas de cartas foram enviadas à

Câmara por eleitores que exigiam a rejeição do Acordo, temerosos de que ele pudesse implicar no envio de tropas brasileiras à guerra da Coreia.

Pesaram na aprovação do Acordo as dificuldades financeiras que o País enfrentava na ocasião. Poucos dias antes, no dia 17 de fevereiro, a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque havia ordenado o seqüestro de barras de ouro pertencentes ao Banco do Brasil, que estavam depositadas em dois bancos americanos. A Corte atendeu a uma petição da companhia exportadora Paull A. Plender Corporation, que alegou não ter recebido o pagamento de US\$ 2.515, correspondentes a peças de automóveis que havia negociado com o Brasil. Contribuiu também para a aprovação o temor que alguns políticos tinham de que Getúlio Vargas, reconduzido à Presidência da República em eleições diretas, pudesse vir a dar um golpe para permanecer no poder após o término do mandato.

Finalmente, pesou o fato de o mundo então estar atravessando o auge da Guerra Fria, o que significava que todos os países além dos EUA e da URSS eram constrangidos a tomar uma posição clara na disputa. Ao defender o Acordo, o deputado pessedista Armando Falcão, futuro ministro da Ditadura Militar, dizia: “O Brasil e os Estados Unidos têm um igual destino histórico: o de preservar a liberdade e a dignidade da pessoa humana, impedindo que elas pereçam nas trevas da opressão”.

O Acordo Militar Brasil-Estados Unidos tinha cláusulas draconianas para o Brasil. O Acordo continuaria em vigor por mais um ano após a sua denúncia, e vários de seus dispositivos permaneceriam válidos indefinidamente, a menos que os dois governos concordassem em suspendê-los. Por exemplo:

A obrigação, por parte do governo receptor da assistência militar, fazer uso eficaz dos equipamentos, a pôr em execução os planos de defesa acordados e a participar de “missões relevantes para a defesa do hemisfério ocidental”;

A proibição, sem prévio consentimento da parte cedente, de transferência da posse de qualquer equipamento recebido nos termos do Acordo;

As medidas obrigatórias de segurança para impedir a revelação ou a exposição a perigos de materiais, serviços ou informações militares de natureza reservada fornecidos pelo outro governo; e

O artigo 3º, que previa a negociação entre os dois governos “para prover o fornecimento de patentes de invenções e informações técnicas indispensáveis à realização dos objetivos” do Acordo.

Bastante minucioso, o documento ia bem além dos interesses meramente militares, obrigando as partes até mesmo a manter cooperação “na adoção e aplicação de medidas de defesa econômica e controles comerciais destinadas a proteger o hemisfério ocidental das ameaças de qualquer nação”. Previa também a participação de missões americanas no adestramento das Forças Armadas do Brasil e ainda a fiscalização, por parte de militares americanos, dos equipamentos cedidos ao Brasil.

Após a sua aprovação pela Câmara dos Deputados, o Acordo continuou a propiciar negócios razoavelmente favoráveis, com pagamentos a longo prazo e juros baixos, através da abertura de crédito em instituições privadas com aval do governo americano. Mas, segundo o jornalista Tarcísio Hollanda (*Jornal do Brasil* de 13 de março de 1977), “as autoridades militares brasileiras começaram a sentir dificuldades ao verificar que o Brasil era tratado em pé de igualdade com cerca de 20 países latino-americanos na distribuição de material militar”. O Comando Militar da Zona do Canal do Panamá era encarregado de distribuir os equipamentos e em torno daquele organismo formavam-se os *lobbies* dos países concorrentes. A partir do final da década de 50, o governo americano passou a distribuir os equipamentos segundo a linha política de combate ao comunismo. Por exemplo, a Bolívia, para enfrentar a guerrilha organizada por Che Guevara, recebeu grandes doações de equipamento militar e os americanos adestraram naquele país tropas especiais de boinas verdes. Para o Exército brasileiro, diz Hollanda, o Acordo foi aos poucos se tornando menos atraente.



**Cresceram nas três
Armas
idéias favoráveis
a romper
com as restrições**

A partir da década de 60, com o surto industrial, o governo brasileiro buscou dirigir sua política militar no sentido de substituir importações. O Exército passou a depender, basicamente, da importação de carros de combate, mísseis e equipamentos mais sofisticados. Apenas a FAB e a Marinha continuaram a receber suprimentos dos Estados Unidos. Nos anos 60, os americanos forneceram grande quantidade de equipamentos para controle de distúrbios de rua às polícias estaduais de São Paulo, Rio, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Ainda de acordo com a reportagem de Tarcísio Hollanda, a partir de 1971, o Congresso dos Estados Unidos passou a impor uma série de restrições à ajuda militar destinada a países dominados por regimes militares. Os congressistas americanos diziam que, assim, estavam estimulando o renascimento de democracias liberais na América do Sul. Além disso, por causa das restrições em sua balança comercial, o Brasil teve de sacrificar os planos de expansão de suas Forças Armadas, para assegurar os altos índices de crescimento econômico.

As aquisições de equipamentos foram limitadas e, ao mesmo tempo, aumentou a fabricação nacional e diversificaram-se as fontes de suprimento. Ainda nos anos

60, o Brasil passou a fabricar fuzis FAL (patente belga), metralhadoras MAG (patente americana), pistolas Beretta (patente italiana), viaturas blindadas e mísseis de baixo nível tecnológico. Até mesmo pontes e pontões usadas pelos engenheiros do Exército passaram a ser produzidas pela indústria siderúrgica brasileira, informa Tarcísio Hollanda. Já no governo do general Médici, a Marinha encomendava fragatas e submarinos aos estaleiros britânicos e a FAB comprava os aviões Mirage da França.

Ainda no governo Médici houve reações contrárias às exigências estabelecidas para admissão de brasileiros nos cursos de treinamento e aperfeiçoamento nos centros militares americanos e começava a se formar uma expectativa pessimista quanto ao futuro do Acordo Militar. Pouco a pouco, de fato, o Acordo foi perdendo importância para as Forças Armadas brasileiras.

A última pá-de-cal, entretanto, foi jogada sobre o Acordo com a criação da Indústria de Material Bélico (Imbel), que incumbiu o general Euler Bentes Monteiro — futuro candidato presidencial lançado pela Frente Nacional de Redemocratização para concorrer com o general João Batista Figueiredo — de organizar a empresa estatal destinada a acelerar a instalação do parque industrial bélico no Brasil.



**Direitos humanos
jogam
papel decisivo na
luta
contra o Tratado**

As circunstâncias que cercaram a denúncia do acordo, contudo, teriam lances mais dramáticos.

O fato é que há cerca de um ano antes do rompimento, ocorrido no dia 11 de março de 1977, os Estados-Maiores das três Armas vinham estudando a conveniência de denunciar o Acordo, considerando que o País já dispunha de uma respeitável indústria bélica e podia usufruir das melhores condições de fornecimento de equipamentos militares oferecidas no mercado europeu.

Em junho de 1976, porém, começaram a surgir as condições políticas que levariam à denúncia. Naquele mês, o Congresso americano aprovou uma lei, que entrou em vigor a partir de setembro, de acordo com a qual o Executivo ficou obrigado a submeter aos congressistas um relatório sobre a situação dos direitos humanos em todos os cerca de 80 países que recebiam ajuda militar dos Estados Unidos. O presidente Jimmy Carter, recém-empossado, abraçou, na época, com o entusiasmo de um Cruzado, a bandeira dos direitos humanos. Paralelamente, a administração americana

ampliava as pressões contrárias a algumas cláusulas do acordo nuclear firmado entre o Brasil e a Alemanha em julho de 1975.

Pois bem, no início de março de 1977, o embaixador norte-americano em Brasília, John Crimmins, comunicou no Itamaraty que o governo americano havia preparado um relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, cumprindo o dispositivo legal imposto pelo Congresso. Segundo o embaixador afirmou depois da denúncia do Acordo Militar, a informação prévia da existência do relatório foi uma gentileza dos americanos. Afinal, o dossiê, que era muito brando, cobria o período do final do governo Médici a dezembro de 1976, e, de certa forma, era até elogioso ao general Geisel. Nenhuma palavra é mencionada no relatório sobre o Massacre da Lapa, ocorrido no dia 16 de dezembro, quando parte da direção do PCdoB foi presa e três dirigentes assassinados. No dia 11 de março, após receber do conselheiro para assuntos políticos da embaixada americana o memorando relativo à mensagem que a Casa Branca enviaria ao Congresso sobre a assistência militar oferecida pelos EUA ao Brasil, o chanceler Antônio Azeredo da Silveira, divulgou uma nota à imprensa comunicando a denúncia do Acordo Militar. Segundo os termos da nota, "a legislação norte-americana sobre a 'assistência para a segurança' requer ao Poder Executivo a apresentação ao Congresso dos Estados Unidos de um relatório referente à situação interna de cada país a ser beneficiado pela assistência. O memorando se fazia acompanhar de relatórios sobre o Brasil, o qual contém comentários e julgamentos tendenciosos e inaceitáveis".

Registram os jornais da época que a denúncia foi

uma decisão pessoal do general Ernesto Geisel e dela tinham conhecimento pouquíssimos assessores íntimos. Até mesmo os militares se surpreenderam com o gesto. Embora o Palácio do Planalto tenha tentado desvincular a questão dos direitos humanos com o problema do Acordo Nuclear com a Alemanha, os analistas políticos apontaram esta última questão como a razão principal que levou à denúncia. O governo brasileiro havia detectado novas pressões do sub-secretário americano Warren Christopher sobre o governo alemão e duas semanas antes a visita repentina de Christopher a Brasília, para pressionar o Brasil a renegociar o Acordo Nuclear, consolidou a posição em favor do rompimento. Alguns dias antes da denúncia, o governo publicou um "livro branco" sobre o Acordo Nuclear em quatro idiomas, com divulgação simultânea na Alemanha, no qual defendia o direito do Brasil não assinar o Tratado de Não-Proliferação de Armas Atômicas, considerado discriminatório. O documento sustentava, ao mesmo tempo, os propósitos estritamente pacíficos do Programa Nuclear brasileiro. O dilema vivido pelos opositores do regime militar foi então apontado pelo semanário democrático-popular *Movimento*: "Como defender, contra os norte-americanos, um acordo atômico que não foi discutido pelos brasileiros?"

Uma coisa Geisel conseguiu com a denúncia do Acordo Militar: um certo apoio, mesmo entre a oposição legal, representada então pelo MDB. A denúncia certamente contribuiu para ajudar as conversações entre o governo e a oposição, no âmbito da "Missão Portela".

Fazendo um balanço rápido, são inegáveis as vantagens que o País conquistou em consequência da denúncia do



Acordo Militar Brasil-EUA. As Forças Armadas desenvolveram tecnologias próprias, que levaram o País a se transformar num dos maiores exportadores de armas, embora o próprio Exército tenha se ressentido de crônica falta de verbas que o impossibilitou de se equipar adequadamente com o famoso tanque Osório. A Marinha, ao ter que desenvolver computadores para controlar as miras de suas fragatas — recusados por seus fornecedores ingleses — deu uma contribuição fundamental ao desenvolvimento da Informática brasileira. A Aeronáutica desenvolveu, na Embraer, projetos como os dos aviões Tucano e Brasília, que hoje são competitivos no mercado internacional.



A privatização das empresas de equipamento bélico também entra no negócio

Agora, quando o governo Collor, seguindo a cartilha neoliberal, fala em reatar o Acordo Militar Brasil-EUA, o que se quer é pôr um termo a estas conquistas, subordinando os interesses brasileiros aos interesses da única superpotência remanescente no mundo.

A decisão de Collor é resultado de enormes pressões feitas pelos americanos, a ponto de as declarações do ministro Francisco Rezek terem parecido a montagem do cenário e do clima para a assinatura de um acordo preliminar já durante a visita de Collor aos Estados Unidos, em meados de junho. As reações contrárias, advindas especialmente dos setores militares, provavelmente o fizeram mudar de plano. O acordo não foi assinado, pelo menos publicamente. Não se sabe o que aconteceu nos bastidores, mas já circulam em Brasília informações segundo as quais uma minuta do memorando do novo Acordo já estaria sendo estudado pelo governo.

As pressões americanas para que o Brasil sele o Acordo têm um nível que transcende as preocupações meramente militares. É que o desenvolvimento da indústria bélica no País já propiciou e está conduzindo a investigações e geração de tecnologia avançada no campo nuclear e da Informática. Por isso, os Estados Unidos parecem decididos a impedir que o Brasil desenvolva o projeto do submarino à propulsão nuclear. Tal fato não decorre da preocupação com relação à possível mudança na correlação de forças que uma eventual preparação moderna da Marinha brasileira criaria. Na realidade, não seriam um ou dez submarinos nucleares brasileiros que mudariam a correlação de forças no mundo ou que atingiriam, sequer de leve, a hegemonia absoluta dos americanos neste terreno. O que se percebe é que essas pressões pela assinatura de um novo acordo

militar se prendem mais ao controle do desenvolvimento de tecnologia de ponta por parte do Brasil do que ao controle meramente militar.

O que os Estados Unidos querem é sufocar, por quaisquer razões, civis ou militares, a conquista pelo Brasil de tecnologia nuclear que abriria novos caminhos também para o desenvolvimento de tecnologias avançadas na área da Informática, vital para a indústria bélica moderna.

Ao lado desta questão central tenta-se implementar a linha de privatização das empresas afins a esse processo. No início deste artigo, transcrevemos longos trechos da *Gazeta Mercantil* sobre as intenções do governo Collor. Na mesma reportagem, o jornal paulista afirma que tudo está pronto para que estatais mencionadas sejam alienadas ao capital estrangeiro. "As negociações em curso indicam que empresas líderes no mercado mundial de equipamentos bélicos devem ficar com 40% do capital votante" de três dessas estatais. "Os consórcios nacionais — prossegue o jornal — (empreiteiras e indústrias de bens de capital credoras dos cofres públicos) devem absorver 30% das ações. O Estado deve ficar com o terço restante."

As negociações mais adiantadas são as que envolvem a Engesa. O grupo inglês British Aerospace deve liderar a compra do capital, ficando com 40%. As negociações estão sendo dirigidas pela Imbel, "holding", vinculada ao Ministério do Exército, que detém 11% do capital da Engesa.

O Ministério da Aeronáutica, por sua vez, está cuidando do "processo de privatização" da Embraer, segundo a *Gazeta*. O ministro da Aeronáutica, Sócrates Monteiro, anunciou que é do presidente Collor a decisão de passar o controle acionário da estatal, em sua maior parcela (40%), a grupos estrangeiros, ainda não identificados. Antes, porém, diz o ministro, será vendida a Companhia Eletromecânica (Celma), totalmente controlada pelo Estado. A Celma é uma empresa estratégica para a FAB porque é a única autorizada a revisar as turbinas dos aviões militares. Segundo a *Gazeta Mercantil*, em tese isso seria um empecilho à sua venda a grupos estrangeiros. Mas o governo já chegou à conclusão de que é possível incluir no acordo de venda uma cláusula de salvaguarda.

Está neste pé o projeto do presidente Collor de abrir o País ao capital estrangeiro, até mesmo em áreas tão sensíveis à soberania nacional como as estatais vinculadas aos ministérios militares. ■

HAROLDO LIMA - Líder do PCdoB na Câmara dos Deputados

Texto baseado em informações retiradas das seguintes publicações:
Gazeta Mercantil, 26 de junho de 1991;
Veja, 16 de março de 1977;
Isto é, 16 de março de 1977;
Movimento, 14 de março de 1977;
Jornal do Brasil, 13 e 21 de março de 1977;
O Estado de S. Paulo, 12 de março de 1977 e 22 de julho de 1979;
Jornal de Brasília, 12 de março de 1977;
Correio Braziliense, 12 de março de 1977.

VIOLÊNCIA: PRODUTO EM EXPANSÃO NO CAMPO

ALDO ARANTES

E os que não se chamam Chico Mendes? Em 10 anos, só no Sul do Pará, 174 foram mortos. Em Rio Maria, toda a família Canuto está na mira dos pistoleiros. Assassinato, trabalho escravo, prisões, seqüestros fazem parte da rotina dos sem-terra. Por quê?

A sociedade brasileira acompanha, estarrecida, o crescimento da onda de violência no campo, praticada contra dirigentes sindicais e outros lutadores pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores. O fato de maior repercussão, no período recente, foi o covarde assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria - Pará e membro do PCdoB, Expedito Ribeiro de Souza. Esse acontecimento trouxe a questão da violência no campo para as primeiras páginas dos jornais e desencadeou a formação, em vários estados do país, de Comitês de Solidariedade aos Trabalhadores Rurais de Rio Maria e dos Fóruns Contra a Violência no Campo. Em Brasília, inúmeras entidades se uniram para a criação do Fórum Nacional de Luta Contra a Violência no Campo, entre as quais a Ordem dos Advogados do Brasil, a Procuradoria Geral da República, a CNBB, a CUT, a Contag e a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

Tal fato é um indicador de que importantes setores da sociedade já não estão dispostos a ver passivamente a morte sistemática de dirigentes sindicais rurais, religiosos e militantes de partidos de esquerda.

As repercussões do assassinato de Chico Mendes e do julgamento do mandante do crime deu um impulso extremamente importante à luta contra a violência no campo. O julgamento e a condenação do assassino, intermediário e mandante do crime praticado contra a vida de Expedito deve se transformar em uma nova ofensiva na luta contra a

violência do latifúndio.

Rio Maria se transformou hoje na cidade onde a violência dos latifundiários se manifesta da forma mais agressiva e despuorada. Lá a violência contra os dirigentes sindicais rurais ganhou vulto com o assassinato, em 1985, de João Canuto, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade.

Quando se realizava, em Marabá, o II Encontro sobre a Violência e Direitos Humanos da OAB, o presidente do Conselho Federal da Ordem, na época, Hermann Assis Baeta, comunicou à assistência do conclave o assassinato daquele dirigente sindical afirmando que a morte de João Canuto era mais uma triste prova do índice de criminalidade violento que imperava na região e que exigia das autoridades constituídas providências eficazes e imediatas.

Tais providências não foram tomadas e os dirigentes sindicais continuaram sendo assassinados em Rio Maria. Em 3 de abril de 1990 foram assassinados, de forma bárbara, Braz Antônio de Oliveira e Ronan Rafael Ventura. Evidenciando a impunidade e a audácia dos latifundiários locais, poucos dias depois, em 22 de abril do mesmo ano, foram assassinados José e Paulo Canuto, tendo Orlando Canuto conseguido fugir baleado.

Diante de tantas atrocidades cometidas o presidente do sindicato e o padre Ricardo Rezende, acompanhados de entidades defensoras dos Direitos Humanos, fizeram denúncias desta situação ao procurador geral da República e ao ministro da Justiça. No 1º de maio



do ano passado, Expedito falou no comício de São Paulo, relatando a gravidade da situação do Sul do Pará, destacando inclusive o risco de vida que ele corria.

**Expedito denunciou
em praça
pública o risco
que corria
sua própria vida**



O deputado Haroldo Lima esteve inúmeras vezes com o então ministro da Justiça, Bernardo Cabral, denunciando as arbitrariedades cometidas em Rio Maria e solicitando garantias de vida para os dirigentes sindicais.

Não sendo tomadas providências eficazes, no dia 2 de fevereiro deste ano foi assassinado Expedito. Poucos dias depois, numa reafirmação da ousadia dos latifundiários da região, foram vítimas de atentado à bala Carlos Cabral, que assumira a presidência do sindicato e Roberto Neto da Silva, presidente do PC do B de Rio Maria.

Dada a repercussão nacional que ganhou o assassinato de Expedito, tanto o assassino José Serafim Sales "Barreirito", como o intermediário Francisco de Assis Ferreira "Grilo" e o mandante Jerônimo Alves de Amorim, foram identificados e presos. Hoje, aguardam julgamento.

Porém, têm havido fortes pressões, inclusive de governadores, bem como tentativas de suborno para que Jerônimo seja libertado.

Durante as audiências realizadas perante o juiz de Direito de Rio Maria, os vínculos políticos do mandante do assassinato de Expedito foram sendo trazidos à tona. Várias testemunhas de Jerônimo se identificaram como sendo da UDR. Uma destas testemunhas afirmou que, durante a Constituinte, 95% dos fazendeiros do Sul do Pará participavam daquela entidade, inclusive ele e Jerônimo.

Esta violência se estende por todo o Sul do Pará. Entre maio de 1980 e fevereiro de 1991 foram assassinados 174 trabalhadores e dirigentes sindicais rurais nesta região. A truculência dos latifundiários desta área foi verbalizada por um dos irmãos Carioca, frequentador assíduo da fazenda do mandante do crime de Expedito, que afirmou ao *Globo Repórter* no programa que foi ao ar no dia 12 de abril: "burro só desempaca na espora e posseiro só tem um remédio para ele: bala".

O país já tomou conhecimento das macabras listas dos "marcados para morrer" elaboradas em reuniões de fazendeiros e políticos indicando a existência do crime organizado na região.

Em depoimento prestado no processo que investiga o assassinato de João Canuto, o crime organizado foi denunciado pelo trabalhador João Martins, quando falou da reunião que elaborou a lista para o assassinato, de três lutadores em defesa dos trabalhadores: João Canuto

(assassinado), Paulo Fontelles (assassinado) e Ademir Andrade. Martins tomou conhecimento de tal reunião por intermédio de seu cunhado, Marcondes Mendonça de Lima, que participou da mesma juntamente com Orlando Mendonça, então prefeito de Conceição do Araguaia; Adilson Laranjeiras, então prefeito de Rio Maria; Elviro Arantes, candidato a prefeito de Xinguara pelo PDS em 1982 e presidente da UDR da região; o fazendeiro Luiz Arnelas e Jordão Mendonça. Outra lista de "marcados para morrer" foi denunciada pelo próprio Paulo Fontelles, quando ainda deputado. Na época, da tribuna da Assembleia Legislativa do Pará, denunciou a realização de uma reunião em Paragominas para a elaboração de uma lista com oito nomes, entre os quais estava o dele e da atual deputada federal do PC do B do Pará, Socorro Gomes.

No Pará, a violência chegou a tal ponto que o procurador geral da República fez uma representação ao Supremo Tribunal Federal solicitando a intervenção federal naquele estado. Até hoje o pedido de intervenção federal mofa nas gavetas dos ministros do Supremo.

No entanto, a violência no campo não se restringe ao Pará, mas se espalha por todo o país. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), houve um aumento significativo de assassinatos no campo (Gráfico 1), passando de 56 em 1989 para 75 em 1990 com um crescimento de 34%. Destes, 30 formam assassinados na região Norte, 26 no Nordeste, 9 no Sudeste, 8 no Centro-Oeste e 2 no Sul. Na região Norte, houve um aumento de mais de 50% do número de assassinatos de lideranças e trabalhadores rurais, aumentando de 14 em 1989 para 30 em 1990.

A região Nordeste, que aparece como a segunda área com maior número de assassinatos no campo (26), surge como a região onde foram maiores os números dos conflitos por questões de terra (Gráfico 2). E os conflitos ocorreram

principalmente no Sul da Bahia e Maranhão. Nesses dois estados ocorreram quase todos os assassinatos do Nordeste em 1990.

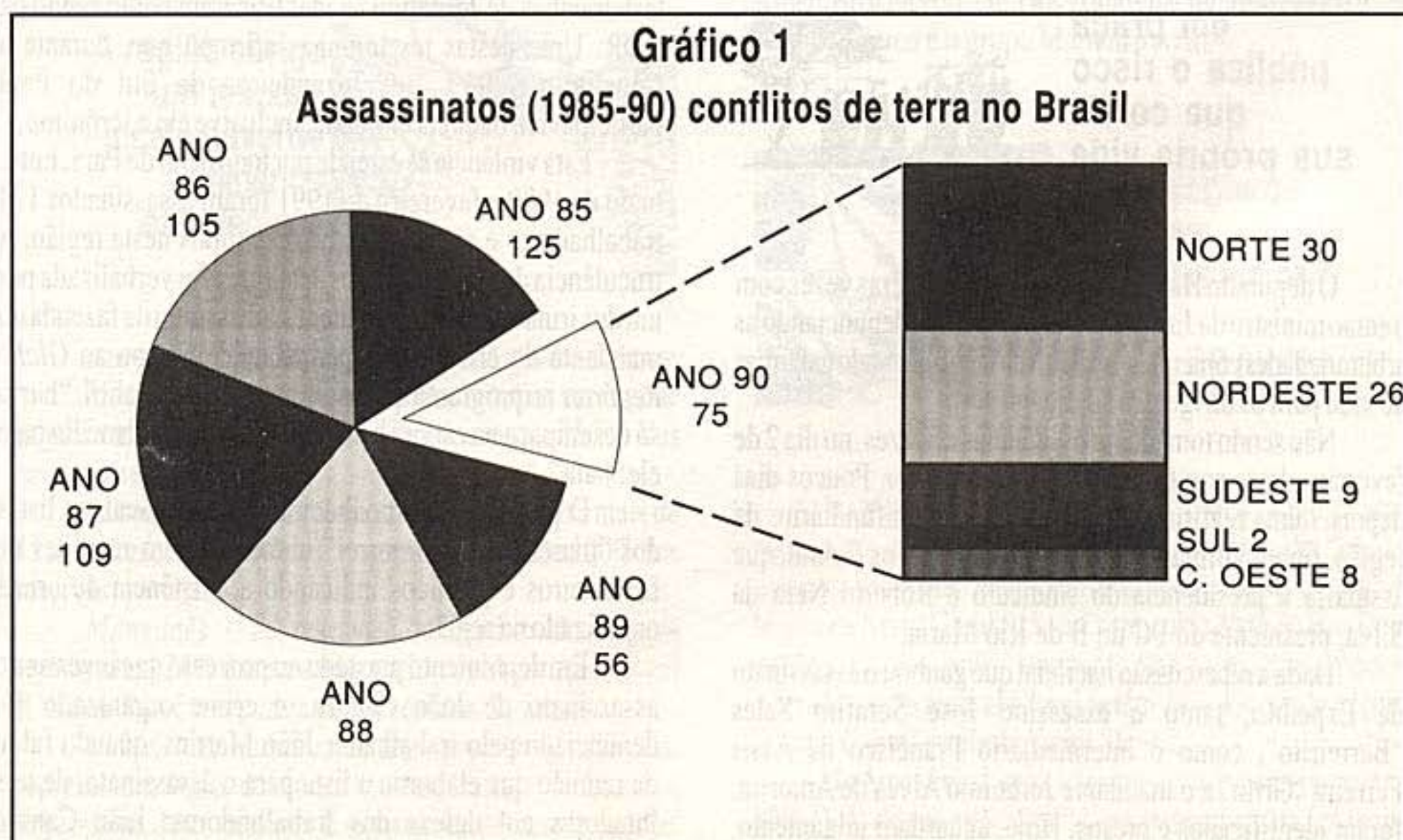


A violência varia por região mas está sempre rondando o homem do campo

No Centro-Oeste a violência também está presente. Inúmeros casos de violência continuam ocorrendo. Em Goiás continuam impunes os mandantes dos crimes de Nativo da Natividade, Sebastião da Paz e outros. No Mato Grosso a violência se equipara à de 1984. O trabalho escravo é encontrado na região e a polícia realiza execuções sumárias. A região Sudeste, como indicam os números, não fica fora deste quadro de violências.

Na região Sul o número de assassinatos é bem menor. Mas a violência se manifesta sob outras formas. Há um maior endurecimento por parte da polícia e pistoleiros com os sem-terra. Ali o movimento dos sem-terra tem crescido em decorrência do processo de concentração fundiária na região e do fracionamento das pequenas propriedades com o crescimento das famílias. Os jovens, descendentes de pequenos produtores, aspiram por um pedaço de terra e representam uma importante base do movimento dos sem-terra.

Além dos assassinatos, prisões e sequestros, os trabalhadores rurais são vítimas de inúmeros outros tipos de violências tais como: saque e destruição das casas, destruição



de benfeitorias através da queima ou da invasão das roças pelo gado, roubos de animais, fechamento de caminhos, abusos sexuais contra mulheres de trabalhadores, extermínio de animais domésticos, cobranças ilegais de foro e renda pelo uso da terra, além de espancamentos. Tudo isto é feito com um só objetivo: expulsar o trabalhador da terra onde vive, em vários casos, há muito tempo.

Outra forma de violência no campo é o trabalho escravo encontrado sobretudo na região Norte do país. Vítima deste tipo de violência o trabalhador José Pereira dos Santos denunciou que na fazenda do Sr. Silva, em Curionópolis - PA, os pistoleiros "prendem os trabalhadores num barracão acorrentando-os pelos pés" e que "durante o dia eram obrigados a trabalhar acorrentados pela cintura". Os trabalhadores são levados para estas fazendas em decorrência de promessas mirabolantes. Lá chegando são mantidos no cativeiro, sob a vigilância de pistoleiros armados. A fuga representa um grande risco de vida.

Para a prática de tais atos de violência os latifundiários, há muito tempo, utilizam pistoleiros e formam grupos armados. Os novos latifundiários-empresários não abandonaram tais métodos, particularmente nas regiões Norte e Centro-Oeste. Mais recentemente alguns adotaram o expediente de contratarem "empresas de segurança" geralmente contando com a presença de militares reformados. Além disto os latifundiários dispõem de forte armamento, inclusive daqueles privativos das Forças Armadas.

A ação armada do latifúndio contra os trabalhadores rurais vem de muito tempo. No entanto eles agiam sem muita organicidade.

O lançamento do Plano Nacional da Reforma Agrária foi o sinal que desencadeou sua ação organizada, com a criação da UDR. Com isto a violência cresceu no campo.

Porém, com o passar do tempo, a violência generalizada foi cedendo lugar para a violência seletiva, de lideranças.

A impunidade é uma das causas realimentadoras da violência no campo. Os mandantes dos crimes agem acintosamente e de forma agressiva por saberem que não serão objeto de qualquer tipo de sanção por parte do Estado.

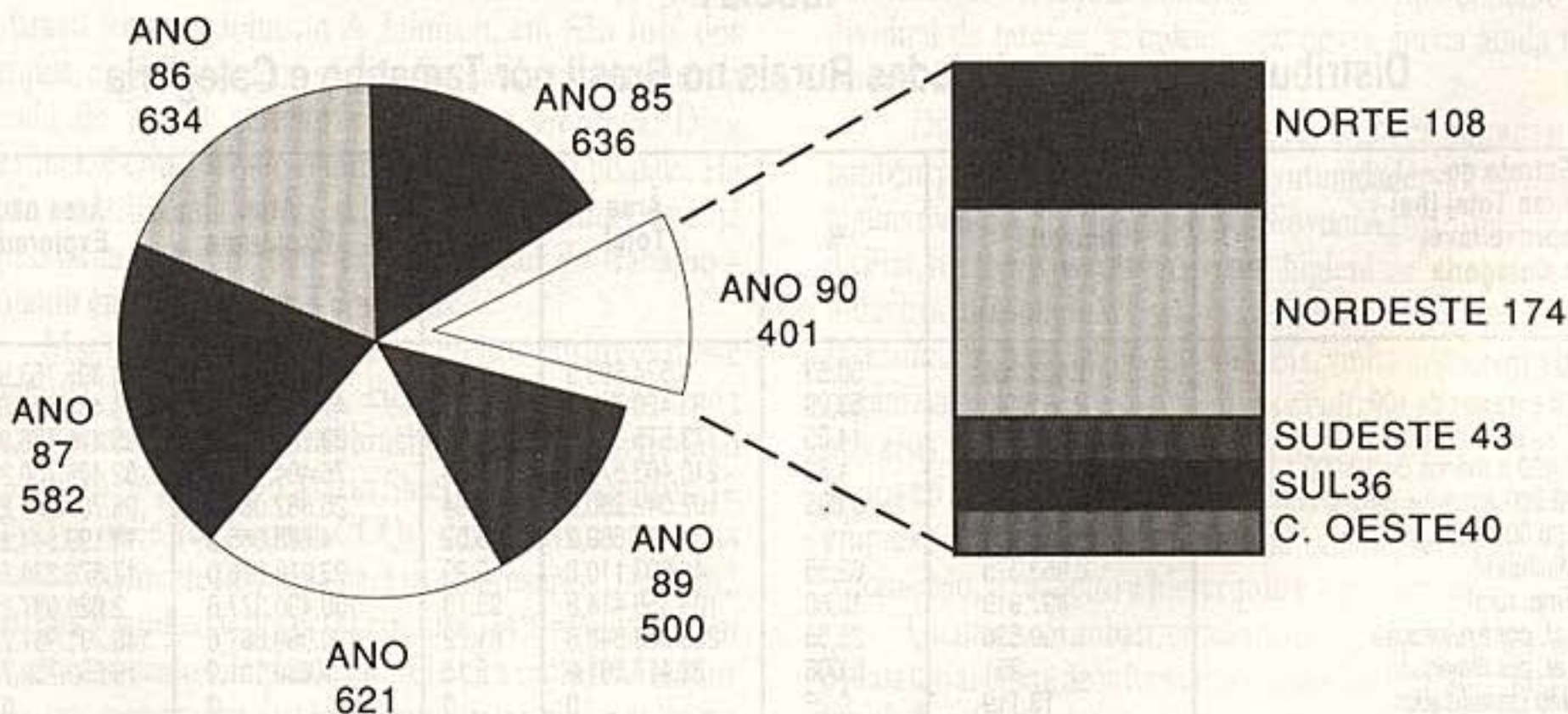


Em mais de 1.500 casos de morte, apenas três assassinos foram condenados

Pela Constituição Federal cabe aos estados a repressão e o combate à violência. Porém, na prática, a nível de município, a polícia e o judiciário são instituições diretamente ligadas e dependentes das prefeituras. E os prefeitos nas regiões agrárias são, normalmente, representantes dos latifundiários. O resultado disto é que, com raras exceções, a justiça e a polícia fazem "vistas grossas" para os crimes cometidos contra os trabalhadores rurais. Exemplo gritante desta situação é o que acontece em Rio Maria. Sendo uma das localidades onde ocorreram o maior número de assassinatos de trabalhadores e lideranças sindicais, até hoje não se realizou ali nenhum Júri Popular.

No Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio, realizado em 1988, chegou-se à conclusão de que dos mais de 1500 trabalhadores rurais, índios, religiosos, advogados e outros profissionais assassinados deste 1964, somente 6 casos tiveram julgamento na Justiça, sendo que em 3 houve

Gráfico 2
Número de conflitos de terra no Brasil (1985-90)



condenação dos executores dos crimes e em outros 3 houve absolvição. Em nenhum dos casos os mandantes foram levados às barras dos Tribunais e, na maioria absoluta, sequer foram indiciados.

Foi necessário ocorrer o assassinato de Chico Mendes, com toda repercussão que teve, para se conseguir apurar alguma coisa. Mesmo assim paira a dúvida se não existiriam outros mandantes por trás daquele assassinato.

Com a morte de Expedito Ribeiro de Souza, novamente as atenções voltaram-se para a questão da violência no campo. Neste caso, tratava-se uma luta para que o julgamento seja feito em Belém e não em Rio Maria para evitar pressões locais que impedirão um veredicto com um mínimo de isenção.

Face a possibilidade de realização ali do primeiro Júri, foi elaborada uma lista de 131 jurados. Em sua composição percebe-se o caminho para inocentar o mandante do crime. Isso porque foram indicados para compor a lista 43 fazendeiros, esposas ou filhos de fazendeiros, 61 comerciantes (diversos são também fazendeiros), 4 dos seis médicos da cidade, com o detalhe de que estes são também fazendeiros. Numa cidade composta por 50% de trabalhadores rurais foi indicado para compor a lista somente um trabalhador rural. Foram indicados, também, um comerciante e 4 professoras de uma rede pública de 200. O caráter tendencioso da lista é tão evidente que o Promotor de Justiça da cidade entrou com uma representação contra a mesma.

Analisando a questão da violência no campo e da impunidade o advogado José Carlos Castro afirmou que "tais conflitos têm como fundamento a divisão de classes. De um lado estão os grandes proprietários rurais que representam o latifúndio; de outro o lavrador, posseiro, o homem sem terra para cultivar, que é oprimido pela estrutura social. A classe rica controla a ação da polícia através da corrupção e

o poder do judiciário, que se dobra à vontade dos poderosos".

A razão maior da impunidade é que o Estado brasileiro é um Estado burguês-latifundiário. Os latifundiários ou seus representantes ocupam postos relevantes na máquina estatal, no legislativo e no judiciário. Os instrumentos de poder, portanto, estão influenciados, por seus interesses. Por isto mesmo as autoridades, com raras exceções, procuram não enxergar, são coniventes com a ação criminosa do latifúndio. Tal conivência se expressa não somente através da impunidade dos responsáveis pelos crimes praticados contra os trabalhadores rurais, bem como pela falta de qualquer iniciativa do Estado de desarmar os latifundiários.

Mesmo nos limites de um Estado burguês-latifundiário há condições de avançar em sua democratização através da ampliação da representação política dos setores populares e a conseqüente redução do papel dos latifundiários e da burguesia. É evidente que uma transformação profunda deste quadro só é possível através da alteração do caráter de classe do Estado, somente obtido através de um processo revolucionário.



A concentração da terra é a raiz principal dos violentos conflitos no campo

A luta tomando por base a denúncia de fatos concretos que mostrem à opinião pública os crimes do latifúndio e a omissão e conivência dos poderes públicos, é importante aspecto do processo de democratização do país. A pressão

Tabela 1

Distribuição das Propriedades Rurais no Brasil por Tamanho e Categoria

Extrato de Área Total (ha) aproveitável e Categoria	Nº de Imóveis	%	Área Total	%	Área Explorada	Área não Explorada
Até 10	1.433.208	30,53	6.524.698,9	1,06	1.737.691,8	4.395.763,5
10 a menos de 100	2.501.443	53,29	83.420.719,7	13,61	47.558.641,8	26.481.575,6
100 a menos de 1.000	668.823	14,25	173.575.329,7	28,34	89.143.272,3	55.476.776,3
1.000 a menos de 10.000	86.126	1,83	210.463.579,1	34,33	76.494.411,5	62.486.750,2
10.000 a menos de 100.000	4.475	0,095	102.042.280,6	16,64	26.882.087,5	26.707.874,2
100.000 e mais 163	0,0034	-	36.917.889,2	6,02	4.688.065,5	13.199.344,8
Minifúndio	2.983.373	63,55	40.893.110,8	9,39	23.016.876,0	17.876.234,8
Emp. rural	497.919	10,60	103.358.414,8	23,73	100.430.377,6	2.928.037,2
Lat. por exploração	1.199.536	25,55	268.782.848,8	61,72	120.080.887,6	148.701.961,2
Lat. por dimensão	291	0,006	22.417.861,6	5,15	5.834.101,9	16.583.759,7
Não classificados	13.119	0,28	0	0	0	0
Total	4.694.238	-	435.452.236,0	-	249.362.243	-

Fonte: Incra - Cadastro de Imóveis Rurais - 1987.

política sobre os aparelhos de Estado os obriga a atuar de forma mais objetiva. E cada prisão de assassino e, principalmente de mandante, termina levando os latifundiários a pensarem inúmeras vezes antes de cometerem as atrocidades que têm cometido.

O advogado Miguel Pressburger no Tribunal dos Crimes do Latifúndio afirmou "é preciso fazer com que a justiça puna exemplarmente os criminosos e, principalmente os mandantes, porque essa é a única forma de reduzir esta prática que se tornou exaustivamente abusiva em todo território nacional, sobretudo no interior".

Se a impunidade tem sido um fator de estímulo à violência no campo, a causa principal dos conflitos agrários está relacionada com a estrutura latifundiária da propriedade da terra, com a brutal concentração da propriedade das terras em mão de poucos, enquanto milhões de trabalhadores não têm um pedaço de terra para trabalhar. Os métodos violentos dos latifundiários para ampliar seus domínios e a luta dos camponeses por um pedaço de terra, estão na raiz dos conflitos existentes no campo.

O quadro da estrutura agrária existente no país é dramático. Evidencia o caráter anti-democrático e concentrador da propriedade e do poder do latifúndio.

A *tabela 1* indica que as propriedades de até 100 hectares representam 77,7% do total das propriedades, detendo 14,27% da área total, enquanto as propriedades de mais de 1.000 hectares, representando apenas 1,83% do total das propriedades detém o controle de 56,9% da área total. Mas a gravidade da situação não está somente nesta grande concentração da propriedade em mãos de poucos. Está, também, na existência de extensas áreas não exploradas das grandes propriedades, caracterizando um verdadeiro crime praticado contra a economia do país e contra o seu povo carente de terra para trabalhar e produzir.

Enquanto as propriedades de até 10 ha. têm uma área explorada de 4.395.763,5 ha. sua área não explorada é de 1.737.691,8 ha. Já as propriedades de 10.000 a menos de 100.000 ha. têm uma área não explorada de 26.707.874,2 ha., pouco menor do que a área explorada que é de 26.882.087,5 ha. O absurdo maior está nas propriedades de mais de 100.000 ha. onde a área não explorada (13.199.344,8 ha.) é quase três vezes maior do que a área explorada (4.688.065,5 ha.). Além disto é sabido que mesmo as áreas ditas exploradas das grandes propriedades são constituídas por latifúndios de baixa produtividade.

A comparação entre os dados de 1978 e 1987 (tabelas 1 e 2) indicam um crescimento significativo da empresa rural que sobe de 3,7% do total das propriedades para 10,6% e de 5,6% da área total para 23,73%. Houve evidentemente, neste período, um crescimento do número de empresas agrícolas. No entanto tal número certamente não corresponde à realidade já que muita propriedade latifundiária foi "maquiada" em empresa rural para fugir da possibilidade de vir a ser desapropriada para fins de reforma agrária.

A análise da *tabela 2*, comparada com a *tabela 1*,

mostra o processo de concentração da propriedade da terra verificada neste período. Tal fato se dá de forma acentuada nos extremos. Enquanto há um redução da área das propriedades de menos de 10 ha. e de 10 a menos de 100, há um crescimento expressivo da área das propriedades de 10.000 a menos de 100.000 e nas de mais de 100.000 ha. Os dados mais recentes indicam uma queda no processo de concentração fundiária nestas duas faixas. Entre 1978 e 1987, as propriedades de 10.000 e menos de 100.000 hectares tiveram uma queda de 17,5% para 16,64% na participação da área total, enquanto as com mais de 100.000 tiveram uma queda de 7,5% para 6,02%. No entanto, neste período houve uma concentração maior nas propriedades da faixa entre 1.000 e 10.000 hectares, com um aumento de 32% para 34,33% do total da área.



O capital penetra no campo sem levar em conta a presença de antigos posseiros

O grau de concentração da propriedade da terra no país fica mais gritante quando se sabe que enquanto 1.433.208 propriedades (30,53% do total) detém o controle de uma área equivalente a 6.524.698,9 ha. (1,06% da área total), somente 136 latifúndios controlam 36.917.889,2 ha. O caráter frontalmente anti-democrático desta estrutura agrária fica mais realçado ainda quando se identifica no *quadro 1* que apenas 27 propriedades controlam 25.547.539 ha. Somente a Manasa - Madeireira Nacional S/A tem propriedades que atingem 4.140.767 ha, com um território superior ao da

Tabela 2
Distribuição das Propriedades Rurais no Brasil por Tamanho e Categoria entre 1967 e 1978

Extrato de Área total (há) e Categorias	Número de Imóveis (%)			Área Total (%)		
	1967	1972	1978	1967	1972	1978
Menos de 10	36,4	31,1	28,5	1,7	1,4	1,0
10 a menos de 100	51,0	54,7	55,7	17,0	16,1	13,8
100 a menos de 1.000	11,3	12,7	14,0	32,5	31,4	28,2
1.000 a menos de 10.000	1,3	1,4	1,7	33,1	32,4	32,0
10.000 a menos de 100.000	0,1	0,1	0,1	12,3	14,6	17,5
100.000 e mais	-	-	-	3,5	4,4	7,5
Minifúndio	75,8	72,0	67,3	12,6	12,5	8,8
Empresa rural	2,4	4,8	3,7	4,6	9,7	5,6
Lat. exploração	21,8	23,2	28,9	76,4	72,9	77,7
Lat. dimensão	-	-	-	6,4	4,9	7,8

Fonte: HOFFMANM, R. e SILVA, G.J. "A Concentração Fundiária". In Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, novembro-dezembro de 1968.

Bélgica.

A análise do quadro 2 indica que a penetração capitalista no campo levou a que grupos industriais, financeiros e agropecuários se tornassem proprietários de grandes extensões territoriais.

Nos grupos industriais que possuem vastas extensões de terras, destacam-se a Manasa, Antunes/Caemi, Votorantim, Klabin, Ometto, Camargo Correia, entre outros. Entre os grupos financeiros destacam-se a Aplub, Bradesco, Bamerindus e Bueno Vidigal.

O quadro 2 indica, também, a existência de grandes propriedades em mãos de grupos estrangeiros. Entre eles estão a Manasa, Belgo-Mineira, a E.N.I., a Calcetruzzi e a Manesmann.

Além do tamanho destas propriedades, a análise do quadro 2 mostra um baixíssimo índice de aproveitamento destas áreas. Tais propriedades foram adquiridas, evidentemente, como investimento em decorrência da grande valorização das terras.

Durante a ditadura militar procurou-se colocar em prática um projeto de "colonização dirigida", através do Projeto Integrado de Colonização (PIC). O objetivo deste projeto era fazer uma migração dirigida, sobretudo do Nordeste para a Amazônia. No entanto a migração espontânea ganhou grandes dimensões com o deslocamento de um elevado número de trabalhadores rurais para a região Norte.

Em julho de 1973 o então presidente do Incra sugeriu ao ministro da Agricultura inibir a migração interna e "reordenar a ocupação da Amazônia" privilegiando os grandes empreendimentos agropecuários, com a colocação à "venda" de lotes de 50 mil hectares.

Aí estavam lançadas as bases para as imensas propriedades existentes hoje no país e para o agravamento dos conflitos fundiários particularmente nas regiões Norte e Centro-Oeste. Os grandes empresários e fazendeiros compraram terras a preços de banana e lá encontraram posseiros que residiam na região há muito tempo. Ou mesmo posseiros chegados mais recentemente que ocupavam terras que nada estavam produzindo.



O Estado serviu de alavanca para um vigoroso processo de acumulação

É prática comum no Brasil, particularmente em regiões de expansão da fronteira agrícola, o latifundiário adquirir uma área bem menor e grilar um território mais abrangente. Com o título de propriedade de uma parte da terra ele termina

Quadro1: Maiores Detentores de Terras e Latifúndios por Dimensão

Nº DETENTORES (1)	ANO (2)	UF	ÁREA TOTAL (3)		LATIFÚNDIOS POR DIMENSÃO						OUTROS IMÓVEIS		
			HECTARES	Nº	TOTAL	ÁREA				Nº	TOTAL	ÁREA REGISTR.	POSSE
						EXPLOR.		SIT. JURID.					
						APROV.	UTILIZ.	REGISTR.	POSSE				
1- MANASA - Madeireira Nacional S/A (6) (7)	78 81 83	AM PR	4.140.767	3	3.584.129	3.584.129	0	1.281.575	2.302.554	5	556.638	89.709	466.929
2 JARI FLORESTAL Agrop. (7)	80	PA	2.918.892	0	-	-	-	-	-	1	2.918.892	2.918.892	0
3 APUB - Agrop. Amazônia Cia Florestal M. Dourado	78 84	AM PA	2.194.374	6	1.529.164	642.848	0	1.529.164	0	12	665.710	665.710	0
5 Cia. Des. Florest. Piauí (7)	78 79	PI	1.682.227	2	1.632.277	504.668	142.554	680.046	1.002.180	0	-	-	-
6 Cotriguaçu Colon. Aripuanã	82	MT	1.076.752	5	855.235	693.583	0	855.225	0	0	13	221.527	22.527
7 João F. M. Barata	79	AP	1.000.000	1	1.000.000	300.000	0	1.000.000	0	0	0	-	-
8 Manoel M. Queiroz	81	AC	1.000.000	1	1.000.000	100.000	0	1.000.000	0	0	-	-	-
9 Rosa L. G. Amora (7)	78 79 81	AM	975.000	1	975.000	292.500	270.000 (8)	975.000	0	0	-	-	-
10 Pedro Ap. Dotto	78	AM	901.248	0	-	-	-	-	-	-	20	901.248	901.248
11 Albert Nicola Vitali	80	AC	504.866	2	671.480	203.740	121.950	671.480	0	5	133.408	133.408	0
12 Antônio P. Freitas (7)	78 79 81	BA AM	792.575	3	792.575	694.216	1.640	792.575	0	0	-	-	-
13 Malih Hassan Elmadula	78	AM	704.574	0	-	-	-	-	-	17	704.574	704.574	0
14 Moraes Madeiras Ltda (7)	80	AM	661.173	2	661.173	219.550	0	661.173	0	0	-	-	-
15 INDECO - Int. Des. Colon.	80 81 82 84	AM MT	656.754	2	577.341	173.225	173.201 (8)	577.341	0	5	79.453	79.453	0
16 Mário J. M. Moraes	81	MT	615.218	0	-	-	-	-	-	6	615.218	615.218	0
17 Agroind. Amapá S/A	83	AM	587.883	2	587.883	176.364	173.364 (8)	587.883	0	0	-	-	-
18 Francisco J. Silva (7)	80 81 82 84	AP SP AC AM	540.613	1	540.613	200.306	118.287	540.613	0	0	-	-	-
19 Plínio S. X. Benfica (7)	81 82	SP AC	460.406	2	256.536	94.330	86.195 (8)	256.536	0	4	203.870	203.870	0
20 Cia Colon. Nordeste	82	AM	452.000	1	160.000	80.000	0	160.000	0	6	292.000	292.000	-
21 Jorge Wolney Atala (7)	82	MA	448.000	1	448.000	248.000	0	448.000	0	0	-	-	-
22 Jussara Marques Paz	82	SP	436.340	1	427.390	128.127	128.217 (8)	0	427.390	1	8.950	8.950	0
23 Adão Medeiros Paz	81	AM	432.119	1	432.119	129.635	432.119	0	0	-	-	-	-
24 Adalberto C. Silva (7)	81	AM	432.119	1	432.119	130.068	78.040	432.119	0	0	-	-	-
25 Romulo Bonalumi (7)	82	AM	423.170	1	11.783	93.636	93.636 (8)	311.783	0	1	11.387	11.387	0
26 União Construtora S/A (9)	80	AM	406.121	0	-	-	-	-	-	6	406.121	393.774	12.317
27 Mape Marconi Agr. Pec. (7)	79 81	BA PA	405.000	1	405.000	245.000	800	405.000	0	0	-	-	-
			398.786	2	171.966	138.466	0	171.966	0	0	4	226.820	226.820
			25.547.539	42	17.501.723	8.874.376	1.517.519	13.769.598	3.732.124	106	8.045.816	7.566.540	479.276

FONTE: Cálculos, tabulação e idealização do Eng. Agr. Carlos Lorena, a partir de dados do Incra.

por conseguir liminares na Justiça de reintegração de posses que na verdade não são suas.

Esta política de ocupação da fronteira agrícola por meio da grande propriedade, ignorando a existência anterior de posseiros na região conduziu ao agravamento dos conflitos no campo. Para defender suas "propriedades" os fazendeiros passaram a organizar milícias armadas, a contratar jagunços e empresas de segurança, praticando todo tipo de violência e arbitrariedade.

Com o desenvolvimento capitalista no país, a estrutura agrária organizada com base no latifúndio cada vez mais criava obstáculos à expansão das forças produtivas.

Assim havia uma pressão objetiva para liquidar ou transformar a estrutura agrária brasileira. Abriam-se dois caminhos para o desenvolvimento da agricultura brasileira: ou a "via Norte-Americana", com base na pequena propriedade, ou a "via Prussiana", com base no aburguesamento do latifúndio.

Os trabalhadores rurais ao levantarem a bandeira da reforma agrária fortalecem a primeira alternativa. Os latifundiários ao combaterem-na e exigirem uma política agrícola que beneficie os grandes proprietários de terras, jogam na segunda alternativa.

Com o golpe militar o segundo caminho se consolida. No entanto a alteração mais profunda do sistema produtivo no campo brasileiro deu-se com a introdução da cultura da soja. Aí se desenvolve, em ritmo mais acelerado, o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro.

Este processo tem seu marco na década de 70, com o Estado funcionando como alavanca no processo da acumulação capitalista no campo através da concessão de subsídios, incentivos e, sobretudo, crédito para os grandes e médios proprietários de terras.

A tabela 3, mostra que em 1970, 38,6% dos financiamentos foram destinados para as propriedades de 0 a 99 ha., enquanto em 1980 o volume dos financiamentos para esta categoria de propriedade decresceu para 34,4%. Já as propriedades de mais de 100 ha. que obtinham em 1970 o montante correspondente a 61,4% dos financiamentos, em 1980 tinha evoluído esta participação para 65,6%. Tais dados revelam a pouca importância dada pela política agrícola do governo aos pequenos proprietários, produtores de alimentos para o mercado interno.

O processo de desenvolvimento capitalista no campo, ao lado de estimular a concentração da posse da terra, determinou uma grande concentração da renda. Entre 1970 e 1980, enquanto os 5% mais ricos dobravam sua participação na renda agrícola, passando de 23,7% para 44,9%, os 1% mais ricos triplicavam sua renda passando de 10,5% para 29,5%. Neste mesmo período os 50% mais pobres diminuíram sua participação na renda de 22,4% para 14,9%.

O desenvolvimento capitalista já atingiu vastas áreas do país, introduzindo novas técnicas agrícolas e mecanizando a lavoura. No entanto o latifúndio aburguesado convive com o velho tipo de latifúndio que adota ainda métodos arcaicos de produção. Tomando-se o país no conjunto o latifúndio

de velho tipo predomina em termos de extensão. Porém, economicamente é o novo tipo de latifúndio que tem o papel preponderante. Mas, o novo latifúndio, principalmente em áreas de fronteiras agrícolas, adota os mesmos métodos violentos do latifúndio antigo.

As alterações ocorridas no campo brasileiro, além de aguçarem os conflitos agrários, produziram um processo de diferenciação de classes no campo, criando um grande contingente de bóias-frias e sendo responsável por um êxodo rural de grandes proporções.

Entre os anos de 1960 e 1980 houve um êxodo rural de 28,5 milhões de pessoas, o equivalente à população da Argentina. Somente na década de 70 aproximadamente 16 milhões de pessoas saíram do campo para morar na cidade, provocando o "inchaço" das cidades e agravando os problemas urbanos no país.

A solução da questão agrária hoje está diretamente

Quadro 2
Maiores grupos econômicos que possuem terra no Brasil - 1987

Empresa		Área Total (Há)	Área Utilizada - (Há)	Área Class. como Latif.	Rebanho - Nº Cabeças	Assalar. Rurais
Grupos industriais						
Manasa/Cifec	3	4.160.668	51.222	3.661.291	0	657
Antunes/Caemi	1	2.240.485	391.536	1.988.367	82.966	8.579
Votorantim	1	497.566	188.758	351.768	28.740	9.027
Klabin	1	522.984	321.526	309.601	42.288	7.336
Ometto	1	438.715	183.252	294.196	62.141	12.155
Camargo Correa	1	202.144	54.918	62.859	43.017	247
And. Gutierrez	1	167.664	38.854	89.886	22.872	1.882
Monteiro Aranha	1	190.202	4.274	183.716	1.40	64
Dedine	1	179.869	18.016	171.032	1.248	1.584
Nahas	1	119.972	37.061	357	26.899	191
Fischer	1	125.690	74.768	114.707	45.388	1.486
Aracruz	2	102.814	70.756	82.914	0	160
Unicon	2	405.000	800	405.000	2.000	1
Belgo Mineira	3	288.333	202.185	75.400	26.695	65
E.N.I	3	492.174	67.397	492.158	60.700	265
Calcestruzzi	3	367.885	40.277	338.411	33.700	102
Manesmann	3	138.431	92.249	13.503	0	0
C.V.R.D.	4	350.725	153.555	176.623	11.842	261
Sub-total		10.991.211	1.991.396	8.811.39	481.897	44.075
Grupos Agropec.						
Cotiguaçu	1	1.611.757	0	1.611.757	0	0
Moraes Mad.	1	668.280	200.784	669.280	0	15
Ingeco	1	599.669	171.041	98.930	0	0
Agroind. Amapá	1	540.613	118.287	540.613	1.642	45
Mad. S. João	1	392.967	0	85.104	0	0
Madeirex	1	391.071	0	391.071	0	61
Empree. Amazonia	1	352.861	105.859	352.861	0	0
Cebrin	1	339.514	100.508	227.445	1.610	16
Vale R. Grande	1	318.338	147.265	150.000	3.215	25
Agrimar	1	301.000	52.300	301.000	16	4.000
Rio Cajari	1	278.705	9.242	278.462	9.935	725
Colon	1	278.600	0	278.600	0	0
Sinop	1	202.794	0	201.077	0	0
Sub-total		6.277.169	905.297	5.186.200	16.418	4.887
Grupos Financeiros						
Aplub	1	2.279.073	900	2.279.015	0	330
Bradesco	1	893.224	335.689	678.221	165.537	2.843
Bamerindus	1	254.410	85.917	217.707	3.058	138
Bueno Vidigal	1	240.651	87.671	189.088	60.069	4.714
Denasa	1	156.083	307	155.599	184	22
B.C.N.	1	143.865	76.674	9.163	11.408	108
Itamarati	1	131.689	53.547	131.554	3.205	1.069
Safra	1	107.775	23.691	107.755	7.139	164
Itaú	1	106.595	61.393	39.825	3.228	454
Econômico	1	100.669	18.245	99.127	4.692	865
Multiplic	1	96.540	45.068	80.000	4.741	87
Nacional	1	73.927	34.153	62.771	25.355	129
Boz. Simonsen	2	114.043	52.086	34.880	11.533	3.441
Wall. Simonsen	2	82.616	25.072	81.947	14.596	226
Credireal	4	83.808	2.142	83.441	1.045	1
Sub-total		4.854.962	902.555	4.250.093	315.790	14.590
Total	46	22.133.342	3.779.248	18.248.102	824.206	63.552

1) Privado (2) Misto: Nacional-estrangeiro (3) Estrangeiro (4) Estatal
Fonte: Elaboração Convênio PACS/CEMPLA-Mirad (a partir de dados do cadastro Inbra/87)

relacionada e é, em certo sentido, parte integrante do correto equacionamento da questão urbana tão agravada nos últimos anos.

A luta contra a violência no campo se transformou numa importante bandeira do movimento democrático. Como falar em sociedade democrática, em respeito aos direitos do cidadão se trabalhadores rurais, no limiar do terceiro milênio são assassinados, agredidos e têm suas roças destruídas? Isto é a expressão da barbárie, inaceitável numa sociedade que queira avançar no sentido de uma verdadeira democracia.

A luta contra a violência e pela reforma agrária são indissolúveis



E já que as autoridades públicas são omissas, coniventes, cabe à sociedade civil se organizar para pressioná-las, para lutar contra a vergonhosa impunidade que predomina em nosso país. A exigência do andamento dos processos, do julgamento e prisão dos assassinos e, principalmente, mandantes dos crimes é uma forma altamente eficaz para conter a mão assassina dos latifundiários. Por isso os Fóruns Contra a Violência no Campo devem se ampliar por todo o país. Contudo a luta não pode ficar nestes limites porque aí estaremos combatendo somente as conseqüências e não as causas determinantes desta situação. Daí torna-se necessário a retomada da luta pela reforma agrária como solução capaz de extirpar as raízes determinantes da violência no campo.

Tabela 3

Participação relativa dos estabelecimentos agrícolas na obtenção de financiamentos e no valor de financiamentos Por extratos de área total - Brasil - 1970-80 (em %)

Extratos de área total (em há)	% dos estabelecimentos			% que obtiveram financiamentos			% do valor dos financiamentos		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980
0 a 10	51,2	52,1	50,6	5,0	4,8	10,3	5,5	3,2	4,4
10 a 99	39,3	38,0	39,0	17,2	23,2	32,3	33,1	28,7	30,0
100 a 999	8,4	8,9	9,5	23,2	31,1	35,0	41,8	44,6	42,5
1.000 a 9.999	0,7	0,8	0,9	25,3	36,5	33,5	15,6	19,7	20,3
10.000 e mais	0,0	0,0	0,0	23,1	33,9	21,7	4,0	3,8	2,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

A vitória das forças de direita na Constituinte, no capítulo da reforma agrária, coloca a necessidade de ampliarmos a base desta luta nesta nova fase. Naquele momento setores importantes dos pequenos e médios produtores foram ganhos para a luta contra a reforma agrária. E a experiência de outros países já demonstrou que, sem o apoio destes setores, não há como fazer a reforma agrária. Foi com esta preocupação que os setores progressistas incorporaram à Constituição o dispositivo constitucional que torna as pequenas e médias propriedades não passíveis de reforma agrária. É necessário exigir a regulamentação deste dispositivo e propagandear não somente o fato de que tais propriedades não são objeto da reforma agrária, mas também defender uma política agrícola que atenda seus interesses como forma de atrair os pequenos e médios proprietários para uma aliança em defesa da reforma agrária.

É necessário, também, neutralizar os grandes produtores agrícolas, deixando claro que o objeto da reforma agrária é o latifúndio, a propriedade improdutiva ou com baixa produtividade. Daí a definição do que seja propriedade produtiva passa a ser questão importante. Pois para a UDR, na Constituinte, terra produtiva era toda aquela que "tinha condições de vir a produzir".

Nesta luta devem ser incorporadas, também, as populações urbanas. A reforma agrária tem não somente uma dimensão social de incorporar milhões de trabalhadores à terra, desafogando as cidades, como tem uma dimensão econômica. Com sua realização estaremos abrindo condições para a ampliação da produção de alimentos no país, e ativando o mercado interno.

Sem liquidar com o latifúndio, não somente com sua base econômica mas com seu poder político, torna-se impraticável maiores avanços no processo de democratização do país. Portanto a questão da reforma agrária é uma das peças-chaves na construção de um país verdadeiramente democrático. ■

ALDO ARANTES - Membro da Direção Nacional do PCdoB e advogado da família de Expedito Ribeiro de Souza

BIBLIOGRAFIA

- CPT. *Espinhoso Caminho para a Liberdade - Conflitos no Campo* Edições Loyola - 1990.
 GÖRGEM, Frei Sérgio. *Uma Foice Longe da Terra - Repressão aos sem-terra de Porto Alegre*. Editora Vozes - 1991.
 IANNI, Octávio. *A luta pela Terra*. Editora Vozes - 1988.
 IBASE. *Os Donos da Terra e a Luta pela Reforma Agrária*. Editora Codecri - 1984; *Violência no Campo*. Editora Vozes - 1985.
 IAJP. *Em Julgamento a Violência no Campo*. Ed. Vozes - 1988.
 LISBOA, Teresa Kleba. *A luta dos sem-terra no Oeste Catarinense*. Editora da UFSC - 1988.
 MARTINE, George e Garcia, Ronaldo Coutinho. *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. Editora Caetés - 1987.
 OAB - Conselho Federal. *Violência no Campo* - 1985.
 WAGNER, Alfredo. *O Estado, os Conflitos Agrários e a Violência na Amazônia (1965 - 1989)*.

DE VOLTA ÀS CATEDRAIS DO LIBERALISMO

LUIS FERNANDES

*Renovar é a palavra-de-ordem do deputado Roberto Freire.
Quer retirar a designação “comunista”
de seu partido e incorporar a noção de “economia de mercado
regulado” ao ideário socialista.
Precisa, entretanto, demonstrar o que isto renova e para onde.*

No final de abril, o *Caderno Idéias* publicou um artigo do deputado federal do PCB, Roberto Freire, defendendo a renovação do pensamento socialista em geral (e comunista em particular). Renovar o ideário socialista, ajustando-o aos desafios do mundo contemporâneo, é uma perspectiva que só pode despertar sentimentos de simpatia e concordância. Sobretudo para aqueles que nutrem um espírito crítico, aberto e dialético. Afinal, quem em sã consciência, pode se sentir atraído pela proposta de “envelhecimento” do socialismo? Ainda mais depois da *débâcle* do Leste nos últimos anos. Mas renovar exatamente o quê, com que concepção, e em que direção? É este o verdadeiro terreno da discussão, que deve romper com o superficialismo dos rótulos fáceis e do senso comum para se situar no debate teórico e político sério.

Como se depreende de outra matéria publicada no caderno principal do *Jornal do Brasil* no mesmo dia, o artigo de Roberto Freire era, na verdade, uma defesa de posição relacionada com os debates do congresso do seu partido, onde o deputado despontou como principal defensor da mudança do nome (comunista) e dos símbolos (foice e martelo) da agremiação - decisão que foi protelada para contornar as divergências surgidas. Enquanto membro de outra organização política, não me cabe entrar na polêmica interna de posições e propostas do congresso pecebista. Mas os temas levantados por Freire dizem respeito à crise mais geral em que se encontra o pensamento de esquerda e progressista como um todo. E neste sentido, enquanto intelectual marxista e ativista político de esquerda, senti-

me tentado a entrar no debate. Entro pela porta “formal” da polêmica sobre a nomenclatura comunista (sem trocadilho), para discutir, em seguida, sua relação com os temas substantivos do debate. Cabem, de início, alguns esclarecimentos factuais. A adoção do nome “comunista” para caracterizar a(s) corrente(s) do movimento socialista que se baseia(m) nas idéias marxistas não foi uma iniciativa original de Lênin no início deste século. Ela remonta, na verdade, a Marx e Engels. Em meados do século passado esse nome estava associado a duas correntes distintas no movimento operário europeu que foram precursoras diretas da intervenção política marxista - a dos que se referenciavam nas idéias políticas defendidas por Babeuf na sequência da revolução francesa ao final do século XVIII (e defendiam, portanto, uma espécie de “comunismo igualitário” a ser conquistado por sociedades secretas conspirativas) e a dos que seguiam as idéias do alfaiate revolucionário alemão Wilhelm Weitling (que buscava fundamentar seu comunismo em princípios cristãos e identificava no *lumpen*-proletariado o grande agente da transformação social).

Marx e Engels assumiram o termo “comunismo” para caracterizar a corrente política formada em torno das suas teorias, argumentando que ela havia superado as limitações das correntes comunistas anteriores. Ao longo das suas vidas, sempre manifestaram a sua discordância com a designação “socialista” ou “social-democrata” assumida por diversos partidos proletários (inclusive os que se assumiam como marxistas). Segundo eles, o nome

comunista era mais apropriado pois refletia os objetivos maiores do seu programa revolucionário - do ponto de vista econômico, a socialização dos meios de produção como base para a construção de uma sociedade sem classes ou diferenças de classe; do ponto de vista político, a superação do poder de Estado junto com os antagonismos de classe (e, portanto, a superação da própria democracia enquanto forma de organização do Estado).

Em discussão os objetivos para emancipação social indicados por Marx



O debate atual no âmbito da tradição marxista sobre a manutenção (ou não) dessa designação remete, assim, à discussão da validade e/ou atualidade destes objetivos maiores indicados por Marx como base para a emancipação humana. Mesmo sem o assumir, a proposta de Freire de mudança do nome "comunista" se fundamenta justamente na negação deste objetivos. A visão de "renovação do socialismo" desenvolvida no seu artigo se baseia em dois eixos centrais que apontam em direção diametralmente oposta ao "programa máximo" marxista indicado acima - a aceitação da economia de mercado e a renúncia a qualquer estratégia de confronto com o Estado (capitalista) moderno.

O conceito de "economia de mercado" se refere a uma economia regulada pelo mercado. Ou seja, a regulação da economia (e da sociedade) pela concorrência de interesses privados, orientados pela "racionalidade instrumental" de maximizar seu(s) lucro(s) particular(es). Trata-se, portanto, de uma economia baseada na propriedade privada (em geral burguesa) onde a forma mercadoria penetra em todos os poros da sociedade. Pela ótica da teoria marxista, isto faz com que a humanidade permaneça subordinada a forças (de mercado) que não domina, e por isso mesmo não seja livre. Isto se expressa, concretamente, na incapacidade desta economia de mercado resolver problemas básicos como o desemprego, as crises cíclicas, a inflação, a polarização social, etc, apesar dos gigantescos avanços tecnológicos e científicos.

Ao renovar o pensamento socialista temos de perguntar se o capitalismo contemporâneo superou esta realidade. Um exame mais objetivo revela que não, nem nos países centrais e muito menos no chamado terceiro (ou quarto) mundo. No artigo de Roberto Freire, no entanto, não há uma referência crítica sequer à instituição da propriedade privada, embora abundem críticas ao "estatismo". Já no século passado Marx indicava (e a experiência socialista do nosso século confirma) que a transição socialista tem de conviver por um longo período histórico com relações de mercado, ampliando progressivamente os mecanismos de regulação

social da economia à medida que se avança na socialização da produção. O artificialismo nesta questão só conduz (como conduziu) a becos sem saída. Afinal, trata-se de superar e não de abolir o mercado. Mas simplesmente aceitar, em nome do socialismo, a regulação da economia e da sociedade pelo mercado também não leva a lugar nenhum. Ou melhor, leva à prostração diante das relações de exploração e alienação próprias do capitalismo, que passam a ser concebidas como perpétuas e imutáveis.

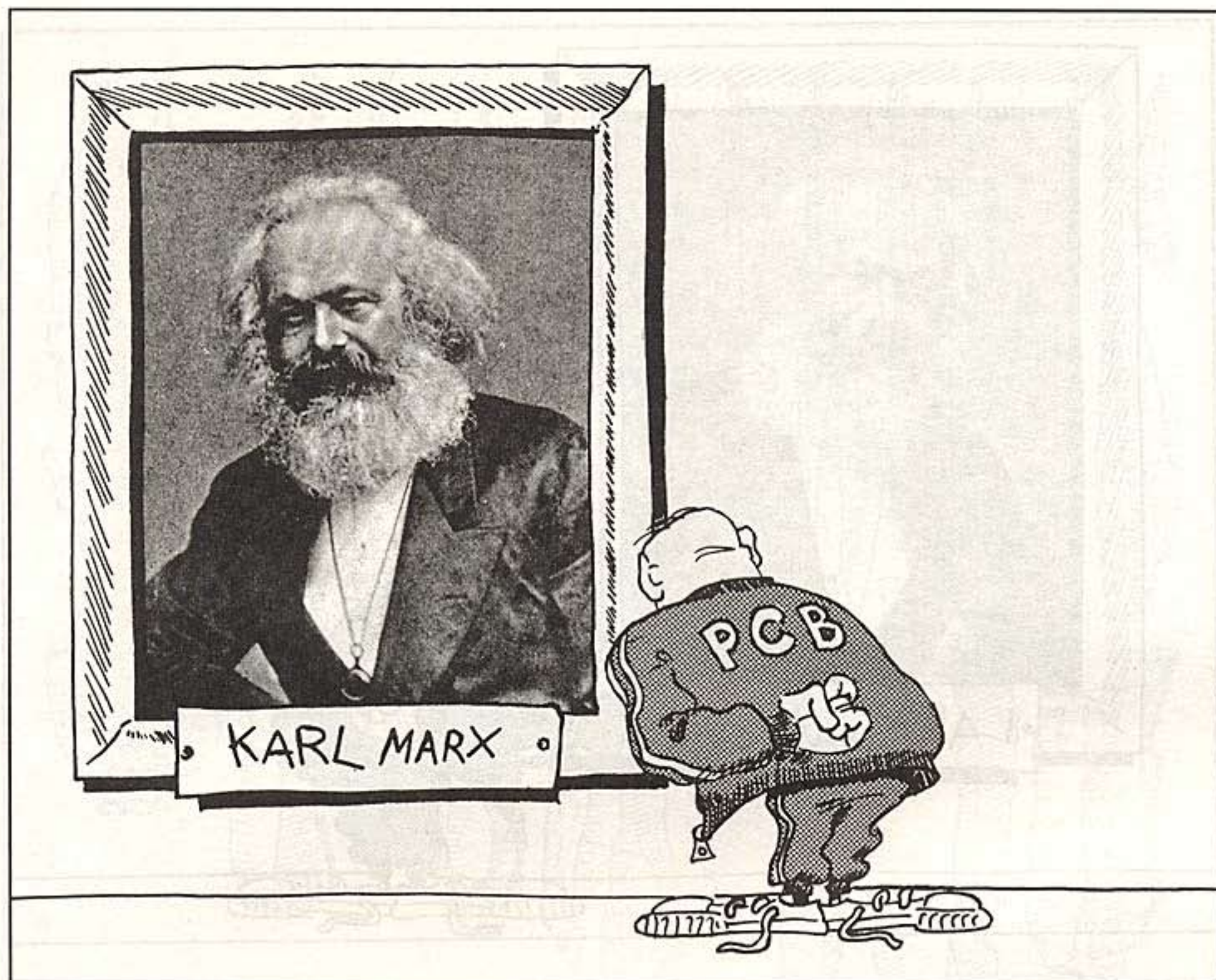
Freire tenta eludir estas questões com a proposta de uma "economia de mercado regulado". A idéia é mais ou menos a seguinte - a economia seria regulada pelo mercado, que por sua vez seria regulada pelo Estado (democrático). O que esta abordagem teria de "novo" seria a substituição da proposta marxista clássica de "abolição da propriedade privada" (indicada pelo próprio Marx no *Manifesto Comunista* como o "resumo da sua teoria") pela perspectiva da regulação democrática do mercado, via Estado. Na verdade, não se trata propriamente de uma abordagem nova. Foi exatamente essa perspectiva teórica e política que serviu de base para o casamento da social-democracia com o keynesianismo na década de 30.



A exigência de liberdade implica em superar o Estado, mesmo o socialista

Esta abordagem esbarra na crítica fundamental dirigida por Marx ao liberalismo ainda no século passado, e que me parece inteiramente atual - a de que, sem superar a propriedade privada que fundamenta a divisão da sociedade em classes, os mecanismos e instituições democráticas preconizadas teoricamente pelo autores liberais e gestados historicamente pela trajetória de ascensão política da burguesia acabam marcadas por um "viés de classe" que favorece a dominação desta mesma burguesia. Se é fato que o Estado é permeável à influência e pressão de diferentes interesses (e que ele próprio é composto por interesses contraditórios), não é menos verdadeiro que os diferentes interesses têm influência desigual sobre o Estado. E, aqui, o viés de classe é determinante. Basta pensar na influência do "poder econômico" sobre os processos eleitorais brasileiros e o peso da pressão das "elites" (como definiu a própria ex-ministra Zélia na sua demissão) sobre a ação do governo. É neste sentido que Marx (e não Lênin) chegou à conclusão original de que o Estado, mesmo na sua forma moderna mais democrática, era um "órgão de dominação" de classe. Por isso, na sua concepção, o horizonte da verdadeira liberdade teria de ser o horizonte da superação do poder de Estado (mesmo o socialista)!

Em nome da "renovação do socialismo", Freire



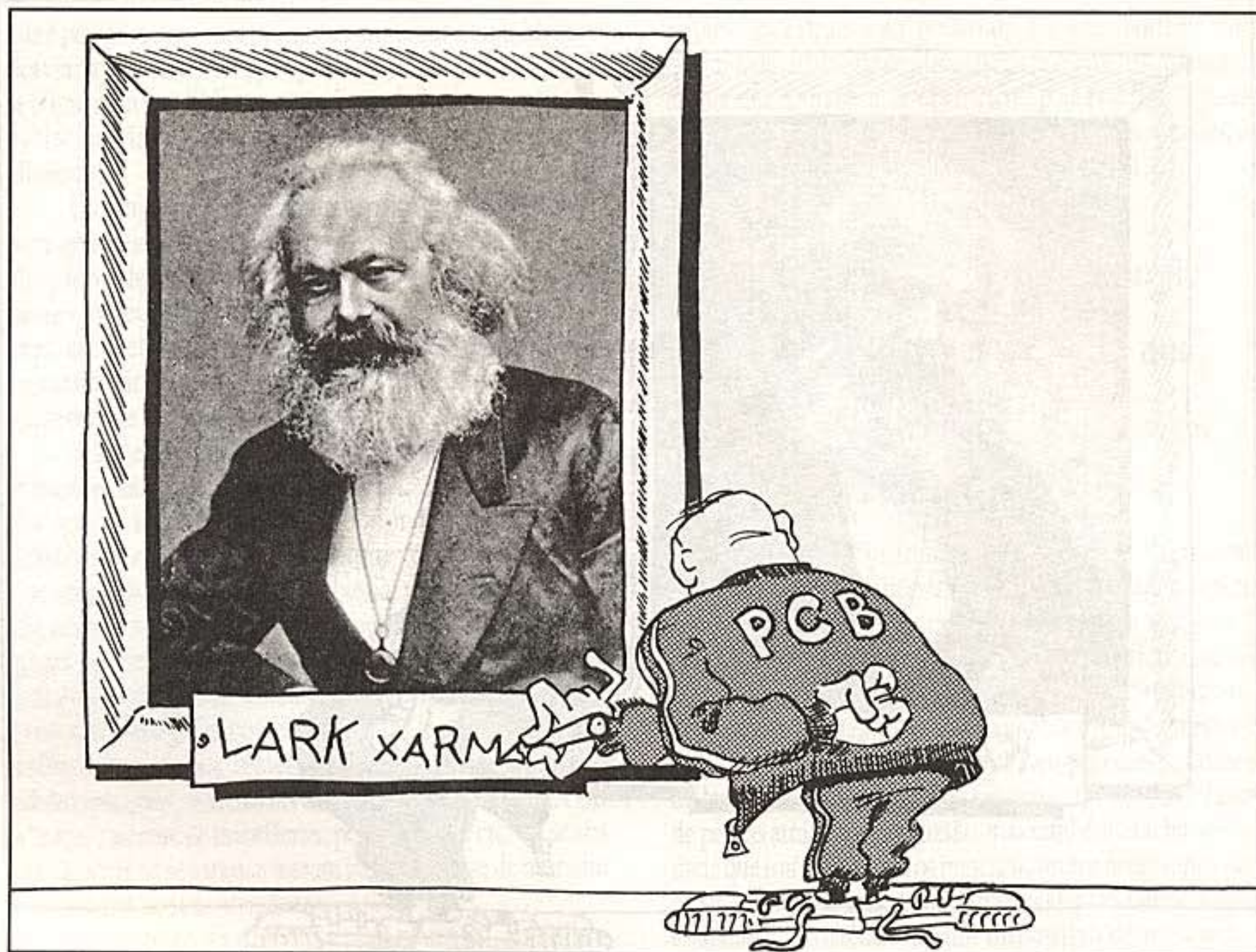
simplesmente passa ao largo desta crítica central formulada ao liberalismo pela teoria política marxista. Ela se dirige não apenas às versões do pensamento democrático-liberal clássico do século XVIII (como Rousseau) que concebiam a liberdade e a igualdade como metas a serem realizadas através do Estado (Freire se refere a estas no seu artigo), mas também a outras versões (como a dos utilitaristas seguidores de Bentham no século XIX) que concebiam a ação estatal apenas como “corretora” dos desvios gerados pelo mercado, de forma a garantir “o máximo de felicidade para todos”. Estas últimas compõem a verdadeira matriz teórica e política da proposta de Freire, que se limita a defender, em nome do socialismo, uma economia de mercado associada à uma ação social preventiva e regulatória do Estado.

A redefinição do socialismo em termos liberais também não é nova ou original. Já no século passado esta perspectiva foi assumida por diferentes pensadores no seio do movimento marxista, começando por Bernstein na Alemanha, servindo de base para toda a evolução da social-democracia ao longo do século XX. Estes autores argumentavam que a incorporação de organizações “de massas” (como os Partidos e Sindicatos) às instituições representativas haviam conferido uma “elasticidade” aos estados democráticos (capitalistas) modernos que tornava anacrônica a sua caracterização como “órgãos de dominação

de classe”. Esta “socialização” da política teria alterado (ou cancelado) o seu “viés de classe”.

O interesse é que os autores que se assumiram (e assumem) como herdeiros do liberalismo fora da tradição marxista no século XX não caíram nesta mesma idealização dos mecanismos democráticos do Estado moderno. Os chamados “teóricos das elites” no início do século (Pareto/Mosca/Michels) destacavam que a incorporação das organizações modernas nas instituições representativas do Estado só aprofundava o processo de formação e consolidação de uma elite, oligarquia ou classe dominante. A suposta “representação popular”, segundo eles, não passaria de “fingimento”.

Já a “linha de recuo”, adotada pelos autores pluralistas, foi a de redefinir o próprio conceito de democracia, retirando de sua fundamentação qualquer referência substantiva à soberania popular, para situá-la como mero *modus procedendi* - um processo mais eficiente para contrapor e compor interesses diversos na formulação de políticas. É neste sentido que Norberto Bobbio afirma inexistir uma teoria política marxista, já que esta não centra sua discussão do Estado no que ele considera a questão fundamental da teoria política - a problemática de “como se governa”. Mas mesmo as reflexões mais recentes dos teóricos clássicos do pluralismo norte-americano (como Robert Dahl) reconhecem que a desigualdade econômica



acaba produzindo um corte de classe na interferência e influência dos diversos grupos de interesse sobre a agenda política do Estado.

Resta saber se a *débâcle* do socialismo no Leste altera esta realidade essencial dos estados capitalistas no ocidente. Acredito sinceramente que não. É bom lembrar que a perspectiva do "keynesianismo progressista" da social-democracia também se encontra em crise hoje, diante da ofensiva do neoliberalismo. Crise esta que tem levado os partidos sociais-democratas no poder a optar, cada vez mais, pela regulação da economia e da sociedade pelo mercado, em detrimento da ação social preventiva e regulatória do Estado.

**A renovação não
se faz
com o abandono
da crítica
ao capitalismo**



Com estas reflexões, não pretendo subestimar a gravidade da crise que hoje assola o ideário marxista/comunista. O lado mais dramático desta crise, e que revela toda a sua profundidade, é o fato de nenhuma das diversas alternativas que se gestaram no âmbito do antigo campo

socialista ter conseguido enfrentar e superar, dentro das suas condições e particularidades históricas, os desafios da transição a uma sociedade sem classes.

Isto revela que as contradições estruturais que golpearam (e golpeiam) estas experiências se situam além do horizonte de respostas geradas até aqui pelo ideário socialista. A renovação do socialismo é hoje uma questão da sobrevivência. Só não acho que este desafio seja resolvido simplesmente trocando as "catedrais do socialismo" pelas "catedrais do liberalismo", enfraquecendo a própria crítica às contradições, iniquidades e limitações do sistema capitalista.

Espero, sinceramente, que os congressos dos partidos de esquerda, marcados para este ano, no Brasil (PCB, PT e PCdoB) ajudem a encontrar respostas socialistas para esta crise, superando explicações superficiais e apressadas baseadas apenas no senso comum. Afinal, como dizia Hegel, se aparência e essência se confundissem, não haveria necessidade da ciência... ■

PARTIDO(S) E ALTERNÂNCIA NO REGIME SOCIALISTA

ROGÉRIO LUSTOSA

Muitos partidos, que se revezam no poder; convivência amena entre as classes sociais; um novo Estado, que esquece a mania de obrigar os descontentes a fazer o que não querem. Serão estes valores modernos, a serem incorporados pelo socialismo?

O regime de partido único passou a ser tratado, por boa parte do movimento comunista - embora nem sempre de forma explícita - como se fosse um princípio no período de transição do capitalismo ao comunismo. Em oposição a esta tendência, setores de esquerda que se consideram renovadores defendem, hoje, a necessidade do socialismo incorporar "valores essenciais" da democracia moderna como o pluripartidarismo e a alternância no poder.

Só pode trazer benefícios estudar com atenção propostas de desenvolver o pensamento socialista. É necessário, porém, conferir o alcance prático e teórico do pluralismo e da alternância de poder e, com espírito autocrítico, analisar a relação dos comunistas com outras correntes políticas. Afinal, durante certo tempo, um dos entraves ao avanço das idéias revolucionárias foi não saber aliar a defesa dos princípios com a avaliação dos erros e deficiências da construção do socialismo.

O informe de Stálin ao 8º Congresso Extraordinário dos Soviéticos, em novembro de 1936, sobre o projeto de Constituição e a Carta então aprovada, podem servir de ponto de partida.

A Constituição, em seu artigo 126, assegurava a todos o direito de se filiar em organizações sociais, sindicatos e cooperativas "enquanto que os cidadãos mais ativos e mais conscientes da classe operária e de outras camadas de trabalhadores unem-se ao Partido Comunista da URSS, que é a vanguarda dos trabalhadores na sua luta pela afirmação e desenvolvimento do regime socialista e

que representa o núcleo dirigente de todas as organizações de trabalhadores, tanto sociais como do Estado". O informe de Stálin, em nome da Comissão de Constituição, esclarece: "Um partido é parte de sua classe, é sua vanguarda. Vários partidos e, em consequência, a liberdade de partidos, só podem existir numa sociedade em que existem classes antagônicas, cujos interesses sejam hostís e irreconciliáveis (...) Na URSS só existem duas classes, operários e camponeses, cujos interesses, longe de serem hostís, são, pelo contrário, amistosos. Portanto, não existe na URSS terreno para vários partidos e, por conseguinte, para liberdade desses partidos. Na URSS só existe terreno para um partido, o Partido Comunista."



Operário, camponês e pequeno burguês devem ter apenas um partido como opção?

No socialismo as classes e as lutas de classes permanecem. É possível, como lei geral, negar que os conflitos de classes se expressem através de partidos políticos? Como justificar teoricamente que só podem existir vários partidos onde os interesses de classes sejam "irreconciliáveis"?

Operários e camponeses são classes distintas, com interesses, idéias, formação, economia e cultura diferentes. O campesinato e a pequena burguesia, devido à opressão capitalista, tendem a se aliar com o proletariado. Mas ideologicamente são aferrados à propriedade privada e, no fundo, sonham com um capitalismo que lhes garanta um lugarzinho.

Marx já apontava, no *Manifesto*, em 1848, que o proletariado é a única classe verdadeiramente revolucionária, partidária do socialismo e do comunismo. Para manter o poder, vencer as vacilações, conquistar as grandes massas para o novo sistema e promover efetivamente as transformações sociais, os operários precisam estabelecer alianças com o campesinato e demais camadas intermediárias, ou conseguir sua neutralidade. É difícil supor que neste processo, como regra geral, a única opção partidária seja o partido comunista.

É discutível também que em 36 não existissem mais classes exploradoras na URSS. Do ponto de vista econômico, os poderosos tinham perdido suas propriedades particulares. É preciso estudar, porém, a possibilidade de parte dos exploradores se camuflarem e, devido a debilidades no controle de massas sobre o aparato estatal, reproduzirem ainda certos mecanismos para se apropriarem do trabalho alheio.

No socialismo, dizia Lênin em 1919, “as classes permaneceram, mas cada uma delas modificou-se; variaram igualmente as relações entre elas. A luta de classes não desapareceu sob a ditadura do proletariado; o que ocorre é que ela ganha outras formas” (1). Em 1921, voltava a advertir: “os grandes latifundiários e capitalistas não desapareceram na Rússia, mas foram totalmente expropriados e estão inteiramente derrotados no terreno político como classe, e seus restos foram esconder-se entre os empregados da administração pública do poder soviético” (2).

Isto não é propriamente o assunto deste artigo. De qualquer modo, do ponto de vista ideológico e político, a luta entre o caminho proletário revolucionário rumo ao comunismo e a reconstituição burguesa do capitalismo, permanece durante todo o período de transição.

A idéia do abrandamento da luta de classes - “só existem classes amistosas” - conduz ao debilitamento ideológico do Partido como força de vanguarda, desarma a classe operária e dificulta a sua mobilização para enfrentar as contradições reais da sociedade. Pode ter também como conseqüência a exacerbação da repressão contra qualquer oposição ao poder - identificada não como fruto das contradições sociais mas da ação solerte do inimigo externo.

A luta de classes é um movimento complexo, com idas e vindas, e fases distintas. Depende da marcha das transformações sociais e de seus reflexos na formação da consciência social. A experiência mostra que, em determinados momentos, é possível avançar rapidamente e com certa tranquilidade. Em outros, as resistên-

cias se radicalizam e podem inclusive assumir formas violentas. Não se pode fixar uma tendência permanente. Os partidos, e as relações entre eles, comportam-se em função desta realidade.

Quando o Partido e a classe operária estão vigilantes e mobilizados, elevam sua consciência e sua capacidade de conquistar as camadas não proletárias para a luta revolucionária. Com isto, a tarefa de indentificar e coibir as tentativas contra-revolucionárias desloca-se cada vez mais do aparelho estatal para as organizações de massas.

Se a classe e o Partido imaginam que “todos são amigos”, e que o único a temer é o agente externo, a responsabilidade de localizar e reprimir as “infiltrações” fica cada vez complexa e dependente de especialistas de vanguarda, longe do povo... e da vida. Então, não cabe nenhuma contestação e nenhum partido discordante da linha oficial. O Partido Comunista passa, por decisão constitucional, a interpretar o sentimento de todos e a ser vanguarda. Como se vanguarda pudesse ser posto nomeado por decreto.



A direção implica em convencer e ajudar a tirar lições da experiência

Marx, no *Manifesto do Partido Comunista* indica que “os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários (...) não proclamam princípios particulares, segundo os quais pretenderiam modelar o movimento operário”. Mostra que eles se distinguem dos outros partidos porque em todas as lutas “destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado (...) representam sempre e em toda parte, os interesses do movimento em seu conjunto. (...) Teoricamente, têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos resultados gerais do movimento proletário.”

Se os comunistas perdem esta capacidade teórica e deixam de defender os interesses comuns e gerais da classe operária, não há Constituição que os faça continuar sendo vanguarda. Esta é uma posição a ser conquistada cotidianamente em confronto com outras classes e seus partidos, se existirem. É desastroso supor que outras correntes não possam sensibilizar a opinião de parcelas dos trabalhadores, mesmo num processo vitorioso de construção do socialismo. A caminhada revolucionária depende da demonstração permanente para as massas operárias e populares, com argumentos e experiência práticas, da teoria e das vantagens da nova sociedade em construção.

Dispor de uma teoria científica evidentemente cria a possibilidade de compreender o desenvolvimento da história



e identificar os interesses fundamentais dos trabalhadores. Mas a essência do marxismo, como já foi exaustivamente repetido, é a análise concreta da situação concreta e não a simples proclamação de princípios e fórmulas. Em decorrência, a relação com outras correntes de opinião deve ser considerada, em cada momento, em função das necessidades da revolução e da elevação do nível de consciência do povo e não da opinião pré-concebida de que não cabem outros partidos.

A constituição albanesa, aprovada em 1976, seguiu o exemplo soviético e foi mais adiante. No artigo 3, proclama que "O PTA, vanguarda da classe operária, é a única força política dirigente do Estado e da sociedade." No artigo 4, acrescenta que, na Albânia, "a ideologia dominante é o marxismo-leninismo." A precipitação em consagrar os desejos como realidade levou a que, no artigo 55, se proibisse qualquer organização e atividade religiosa.

A ilusão de que a única ameaça vinha do inimigo externo foi tão longe que Mehmet Shehu, membro do Comitê Central, quando rompeu com o Partido do Trabalho da Albânia, em fins de 1981, foi caracterizado como membro de vários serviços secretos estrangeiros. Não se apontou nenhuma ligação entre suas posições com conflitos de classes no interior do país.

Não se pode confundir hegemonia política e direção ideológica do proletariado com dominação da ideologia proletária, que resulta de um longo processo de luta de classes, em todos os terrenos, que pode envolver muitas gerações, e de profundas transformações das relações sociais - tarefas essenciais da ditadura do proletariado.

O resultado das concepções equivocadas foi o afastamento entre os comunistas e o povo. Infelizmente, isto só veio plenamente à tona recentemente, com acontecimentos tão dramáticos, que culminaram com uma triste demonstração de 400 mil albaneses saudando James Baker, a troca de esmolas, na praça central de Tirana, no fim do mês de junho.

Estado e Partido são categorias derivadas da sociedade de classes. O poder socialista é resultado de uma revolução que eleva o proletariado à condição de classe dominante. É um poder da classe, que não pode limitar-se a um instrumento nas mãos do Partido Comunista. Este, pelas condições já citadas, deve dirigir política e ideologicamente, exercer, por sua compreensão dos interesses gerais, da marcha e dos fins do movimento, uma função de vanguarda, sem colocar-se acima do povo.



**Questões menores
podem
desviar parcelas
operárias do
objetivo socialista**

A classe operária não é evidentemente homogênea. O processo histórico condiciona sua estratificação em camadas diferentes em relação ao grau de consciência, organização, localização, cultura. Estas camadas têm cada qual certos

interesses particulares distintos, de acordo com as condições concretas de trabalho, salário, etc. São questões parciais, passageiras e conjunturais, que se expressam em geral pela formação de entidades sindicais de cada categoria. Existem entretanto interesses gerais, comuns e duradouros, da classe em conjunto - mesmo que a princípio só uma minoria tenha consciência deles - que apontam para a luta contra a burguesia e a propriedade privada dos meios de produção, e pela construção de uma nova sociedade apoiada na propriedade social.

Trabalhadores que não tenham compreensão de tais interesses e objetivos maiores podem naturalmente ser atraídos por propostas intermediárias que lhes ofereçam vantagens imediatas. Propostas que, exatamente por não tomarem em conta as questões essenciais da luta de classes, não se libertam das concepções burguesas e dos velhos valores capitalistas. Propostas que, mesmo no socialismo, podem se cristalizar em partidos operários e populares com orientações vacilantes e reformistas - no fundo, de conteúdo pequeno burguês - e que podem, em determinadas condições, ser utilizadas como instrumentos da contra-revolução.

Entretanto, se a perspectiva do regime de partido único, como norma geral, representa uma distorção, temos que verificar se o pluralismo e a alternância no poder representam soluções a serem incorporadas ao socialismo como conquistas avançadas e universais.

O pluralismo partidário nas "democracias modernas" consagra o direito de todas as correntes de opinião organizarem-se politicamente em partidos e disputarem eleições para postos legislativos e executivos.

Por mais democrático que seja o país, entretanto, se a propriedade, o aparelho de Estado e o sistema de exploração da força de trabalho forem ameaçados, existem recursos constitucionais, como o estado de sítio, que justificam inclusive o cerceamento das liberdades democráticas, para garantir a "ordem". As instituições funcionam democrática e livremente enquanto cumprem sua função de administrar o sistema capitalista. O limite da democracia burguesa e das suas liberdades políticas é o interesse geral do capital.

Todos os partidos gozam de direitos legais - inclusive para denunciar as mazelas do capitalismo - enquanto não tenham condições reais de colocar em prática alterações de caráter revolucionário, enquanto não tomam medidas concretas que ameacem o Estado e suas forças repressivas, em busca de outro regime, dirigido pelos trabalhadores e o povo. Ou seja, a legalidade dos partidos revolucionários é assegurada desde que eles não possam realizar na íntegra o seu programa revolucionário.

Não se trata de diminuir a importância das liberdades democráticas conquistadas pelo povo no regime capitalista. Aqui, o importante é identificar seu caráter de classe e suas limitações - que os adoradores da "democracia moderna" não percebem, ou fingem não perceber.

Da mesma forma, não se pode passar por cima do fato de que o exercício prático das liberdades depende de meios materiais. É mais do que evidente que os partidos populares

levam enorme desvantagem em relação aos recursos financeiros, meios de comunicação, sedes, locais de reunião, apoio dos governos. Essa desigualdade em relação ao poder econômico é visível mesmo entre os partidos burgueses.

Por todo lado dois ou três grandes partidos monopolizam o opinião pública e os postos centrais dos governos. Nos EUA existe uma centena de partidos, mas apenas os democratas e republicanos têm como disputar o poder em praticamente todos os níveis - em plano nacional, os outros nem são mencionados. Japão, França, Alemanha, Inglaterra repetem a mesma realidade.

Só por estas razões, já fica em dúvida a possibilidade de tal alternância no poder. Além disto, já se viu que as regras democráticas "modernas" só valem enquanto mantém o sistema capitalista em funcionamento. Mesmo teoricamente, é muito difícil contestar que o mecanismo de Estado é construído exatamente para impedir a substituição da classe dominante. A mudança da classe no poder representa o marco essencial da alteração de um sistema social para outro. No capitalismo domina a burguesia. E só existe socialismo sob direção do proletariado.



Mesmo setores da burguesia dificilmente são capazes de afastar os grandes

O máximo que alguns "inovadores" mais esforçados conseguem é uma afirmação de desejos. O deputado Roberto Freire, presidente do PCB, em artigo no *Jornal do Comércio*, de Pernambuco, em 9 de junho, declara que "não podemos ficar presos à tradicional teoria do Estado como mero instrumento de dominação de uma classe sobre outra (...). Esse Estado tem que ser apreendido por nós como um instrumento de disputa por hegemonia, mas essa disputa deve se dar na radicalidade democrática, respeitando as questões básicas da democracia, do pluralismo da sociedade, da alternância do poder. Tem que ser, dever se dar ... No concreto, não é."

A análise concreta revela sérios obstáculos para modificações na composição do poder central, mesmo entre setores da burguesia. Nos países altamente industrializados, domina a burguesia financeira sem nenhuma ameaça. Onde o desenvolvimento exige, por exemplo, a substituição da burguesia agrária ou comercial pela burguesia industrial, as coisas em geral são resolvidas pelo recurso à força. Os acontecimentos em Portugal, em 1974, no Brasil em 1930, nos países da América Latina repetidamente, são conhecidos por todos.

A alternância "democrática" fica, na realidade, confinada àqueles partidos que representam divergências

táticas no seio da camada dominante da burguesia. Na Inglaterra, trabalhistas e conservadores podem disputar o comando; no Japão liberais e socialistas; na França, gaulistas e socialistas; na Itália, democratas cristãos e socialistas; na Alemanha, democratas cristãos e social-democratas; nos EUA, democratas e republicanos - todos representantes incontestáveis da burguesia monopolista.

Episódios como Watergate e o assassinato dos Kennedy, nos EUA, o escândalo Nakasone, com a intromissão aberta dos grandes monopólios nas decisões governamentais no Japão, e outros casos deste tipo na Alemanha, França, Itália, demonstram que até entre os dominantes o jogo é mais bruto do que a simples conquista de votos. Além das "forças ocultas" extra-legais, é bom lembrar que o aparato do Estado envolve uma vasta rede burocrática que não pode ser mexida com facilidade. Os interesses mais gerais da burguesia são muito bem protegidos contra as oscilações e humores permitidos pela democracia.

A Nicarágua, que o deputado petista José Genoíno candidamente apresenta como exemplo de alternância, é exatamente uma confirmação do oposto do que ele denuncia. "Eu acho que foi negativa a derrota dos sandinistas para a Violeta Chamorro. Mas a eleição para presidente ter se realizado é um fato positivo" diz ele. Ora, depois de promover um rigoroso bloqueio econômico e financiar uma longa campanha de sabotagem e agressão armada, através dos "contra", os EUA conseguiram completar a derrubada dos sandinistas do governo com uma chantagem disfarçada em eleição, impondo ainda três mil agentes americanos para "fiscalizar" o processo. Foi uma operação anti-democrática do imperialismo obrigando, pela força, o povo a engolir uma solução contra-revolucionária e um governo da oligarquia.

Um caso impar, que poderia dar algum alento às esperanças de alternância, foi a eleição presidencial de 1989, no Brasil. Criou-se uma situação muito especial em que a unidade do povo ameaçou vencer as elites numa disputa nacional. Logo ficou claro, todavia, como funcionam os mecanismos para assegurar a vitória dos poderosos; corrupção, utilização desavergonhada dos meios de comunicação, manobra com um sequestro mal esclarecido para intimidar o eleitorado, promessas mirabolantes, mentiras, interferência flagrante do poder econômico. Tudo foi mobilizado para impedir a votação na Frente Brasil Popular.

Ressalte-se que esta foi uma experiência muito particular. Nas mais "modernas" democracias não se permite um "acidente" popular como este. E cabe também perguntar: caso as forças de esquerda tivessem vencido, qual seria a possibilidade real de colocar em prática seu programa? No Chile de Allende, em 73, a prática não foi propriamente um exemplo de tranquilidade democrática.

No fundo, o que se verifica é que o pluralismo e alternância, apregoados pelo pensamento liberal, permitem no máximo uma plasticidade ao sistema de dominação

burguês. Servem para acomodar as diversas facções das classes dominantes e, até certo ponto, anestesiar o descontentamento das classes oprimidas. Afinal, por este processo, os trabalhadores podem até conquistar postos eletivos em diversos níveis - só não podem mudar o caráter do Estado e das instituições capitalistas. Ou seja, só não podem realizar a prometida alternância no poder.

A Articulação, principal tendência no interior do PT, quando, na sua tese para o primeiro Congresso desse partido, defende o socialismo "como estágio de radicalização do próprio conceito de democracia", e que os mecanismos democráticos conquistados no interior da própria sociedade capitalista "não serão superados e sim ampliados" revela nitidamente o desconhecimento do caráter de classe do Estado e o fundo idealista que informam os defensores da tal alternância.



O Estado neutro e bonzinho é aquele que já não tem razão de existir

O Estado não surgiu por artes diabólicas de algum político mau caráter. Foi uma imposição da divisão da sociedade em classes com interesses irreconciliáveis. A burguesia construiu o Estado capitalista de forma adequada a preservar e desenvolver o seu sistema de dominação e exploração. Por mais democrático que seja, este instrumento serve para fazer funcionar o capitalismo.

Em contrapartida, na luta pela passagem para uma sociedade sem classes, o proletariado necessita, de igual modo, conquistar o poder. Nas experiências até agora, este Estado de transição deformou-se e permitiu que o capitalismo voltasse a dominar. Tirando lições desta realidade, para cumprir seu papel de vanguarda, a classe operária deve promover modificações no processo de edificação da ditadura do proletariado. Não se pode, porém, transformar ou aperfeiçoar o socialismo entregando este poder à burguesia.

É ilusão pretender ignorar a vinculação entre classes e sistemas sociais. Se um dia o Estado pudesse ser neutro e permitir a rotatividade das classes no poder, é porque as diferenças de classes teriam sido suprimidas e, portanto, as próprias classes teriam deixado de existir, tornando o próprio Estado sem razão de ser.

A passagem do capitalismo ao comunismo deve, portanto, ser realizada necessariamente por uma democracia diferente, com outro caráter daquela construída pela burguesia. Deve ser uma democracia de conteúdo proletário e não uma radicalização do sistema burguês.

Se é justo criticar a fórmula de partido único como linha geral, não há porque imaginar que o princípio inverso seja o modelo universal. O regime democrático proletário



não pode se resumir a uma definição por um novo modelo, pelo pluripartidarismo. O essencial é encontrar mecanismos para que os trabalhadores tomem efetivamente nas suas mãos o poder, as decisões e a administração da sociedade, e para que as contradições quanto ao processo de construção do socialismo se expressem livremente. E estabelecer relações que facilitem, cada vez mais, a interferência organizada dos trabalhadores no aparelho estatal. E mais, a passagem progressiva das tarefas do Estado para as organizações de massas.

Não há porque fixar proibições prévias à existência de vários partidos. Assim como não existe nenhuma razão para dourar a pílula. Se as condições reclamarem, e quando existir, o pluralismo socialista tem como limites essenciais os interesses gerais e fundamentais do proletariado e dos trabalhadores. É a liberdade socialista. Não pode ser instrumento de coação dos trabalhadores. É uma alavanca para facilitar e promover a aliança entre operários e camponeses sobretudo, para mobilizar as grandes massas na construção do novo sistema social e para impedir todas as ofensivas burguesas visando restaurar a exploração capitalista.

A existência de vários partidos pressupõe conflitos de idéias e interesses de classes. O partido revolucionário da classe operária cumprirá sua função dirigente com propostas e medidas práticas que mobilizem as massas populares na marcha rumo ao comunismo. Os partidos que só compreendem os interesses menores e particulares dos trabalhadores, assim como os que representam objetivos de camadas intermediárias, como o campesinato e a pequena burguesia, oscilam entre o caminho revolucionário e a defesa das heranças capitalistas. Podem, em determinadas condições, oferecer resistência às transformações sociais.

Saber travar a luta ideológica com estas forças visando elevar a consciência dos trabalhadores sob sua influência e, ao mesmo tempo, estabelecer com elas alianças políticas para combater o caminho burguês, são questões essenciais durante todo o período de transição que o socialismo representa.



**Os comunistas
devem
saber incorporar
tudo que
serve ao progresso**

O partido comunista não pode desconhecer, entretanto, que não basta ser marxista para ser vanguarda ou possuir soluções acertadas para tudo. A ciência se forja incorporando tudo de progressista que a humanidade produz. Organizações que não são comunistas podem adotar posições avançadas a favor do socialismo e criar idéias que servem ao proletariado na sua luta.

Na medida em que as transformações sociais e a luta ideológica avançam, e que as massas trabalhadoras assimilam seus objetivos maiores, reduz-se o terreno das organizações operárias, populares ou pequeno-burguesas, presas a conceitos e interesses de curto alcance. As idéias e propostas de vanguarda do proletariado e de seu partido comunista são incorporadas por contingentes cada vez mais amplos da sociedade.

Convém ainda recordar a atitude dos bolcheviques em relação a outros partidos na revolução de 17. Como diz Rosa Luxemburgo (3), "o partido de Lênin foi assim, o

único na Rússia que compreendeu os verdadeiros interesses da revolução neste período, foi o seu elemento motor e, nesse sentido, o único partido a praticar uma política verdadeiramente socialista". Os demais partidos, acrescenta, "após um longo período de oscilações, tendo-se recusado com unhas e dentes a tomar o poder e assumir suas responsabilidades, sem glória foram varridos da cena".

Apesar desta evidente posição de vanguarda, quando tais partidos vacilantes retiraram-se do Congresso dos Soviéticos, Lênin declara, em 29 de outubro de 1917, numa reunião com representantes do regimento de Petrogrado: "Não é por nossa culpa que os socialistas revolucionários e mencheviques partem. Nós lhes propusemos partilhar o poder, mas eles preferem esperar que a luta com Kerenski termine". Mesmo assim, em 12 de dezembro foi formado um governo de coalizão com 11 bolcheviques e 7 socialistas revolucionários de esquerda, que durou até fevereiro de 1918.

**Vanguarda não é
posto nem
motivo de vaidade
ou desprezo
de outras forças**



Também em relação aos partidos burgueses e sua imprensa, a atitude do poder soviético baseou-se na situação concreta e não com definições absolutas. Elementos do partido Cadete, ainda em 1921 atuavam abertamente, aproveitando-se de uma campanha internacional de solidariedade a regiões pobres. Foram alvo de repressão quando tentaram organizar um governo burguês paralelo. O jornal burguês *Svoboda Rusii* só foi fechado em 1818 quando, em plena guerra civil, tornou-se porta-voz da luta armada contra o socialismo. A revista liberal *Ekonomist* circulou até 1922.

Tais atitudes prendiam-se ao esforço concreto de somar forças e incorporar as massas na revolução. Durante anos os bolcheviques traçaram uma política de negociar e neutralizar as vacilações desses partidos e dos anarquistas - ao mesmo tempo, recorriam inclusive ao uso da força para impedir que várias tentativas de insurreição contra-revolucionária destes grupos prosperassem.

Se os socialistas revolucionários e mencheviques optaram pelo caminho da atividade anti-socialista, as massas operárias e camponesas avançaram resolutamente para o trajeto que os revolucionários bolcheviques lhes indicaram.

Quando foram suprimidos os direitos políticos dos exploradores, Lênin, em 1919, explicou: "Em futuro próximo, o fim da invasão estrangeira e a expropriação dos exploradores podem, em certas condições, criar um estado de coisas que o poder do Estado proletário pode escolher outros meios para esmagar a resistência dos exploradores e introduzir o sufrágio universal sem qualquer restrição" (4).

Parece que não foi este o pensamento dominante a partir de 1936, embora esta frase tenha sido citada no informe de Stálin.

O modo de pensar unilateral, tendendo a absolutizar o Partido como vanguarda, influenciou, de maneiras variadas, o movimento comunista em plano mundial. Espalhou-se, uma certa auto-satisfação com a adesão ao marxismo-leninismo e com o "posto" de vanguarda que isto presumidamente deveria garantir. Durante muito tempo uma característica dos pronunciamentos dos comunistas eram afirmações enfáticas acerca do caráter histórico e científico de qualquer resolução adotada. E, em muitas ocasiões um certo ar de desprezo por quem discordasse delas. Não é, portanto, inteiramente sem fundamento que a burguesia fez, e ainda faz, campanha contra os comunistas taxando-os de donos da verdade.

Aqui no Brasil, esta prática levou a que o Partido Comunista fosse apontado em certa época, jocosamente, como "O glorioso" - adjetivo repetidamente usado nos documentos comunistas. Embora o Partido tivesse glórias, e muitas, esta afirmação sobre si mesmo a cada momento, além de desnecessária, revelava uma vaidade antipática às outras correntes.

Tudo isto dever servir como aprendizado. Transformar em princípio questões conjunturais só leva ao afastamento do povo e à paralisia do próprio Partido. A classe operária precisa, para dirigir o processo revolucionário, construir o seu partido revolucionário de vanguarda. As relações deste partido com outras correntes de pensamento, durante a luta pelo poder e no desenvolvimento do socialismo, dependem das condições concretas e não de opiniões apriorísticas. A existência de contradições é o terreno onde a vida e as transformações sociais se operam. Neste mar revolto é que se testam e se provam as teorias científicas e os partidos que as defendem e aplicam. ■

ROGÉRIO LUSTOSA - editor da Revista Princípios

NOTAS

- (1) LÊNIN, V. I., *A Economia e a Política no Período da Ditadura do Proletariado*.
- (2) LÊNIN, V. I., *Teses do informe sobre a tática do PCR ao III Congresso da Internacional Comunista*.
- (3) LUXEMBURGO, Rosa, *A Revolução Russa*.
- (4) LÊNIN, V. I., *Projeto de programa do PCR*.

BIBLIOGRAFIA

- MARX e Engels, *Manifesto do Partido Comunista*
 LÊNIN V. I., *Os Sindicatos, a situação atual e os erros de Trotsky*; *A economia e a política no período da ditadura do proletariado*; *As eleições para a assembléia constituinte*; *X Conferência do PCR*; *Sobre o papel e as tarefas dos sindicatos nas condições da Nova Política Econômica*; *Relatório sobre o programa do Partido - 8º Congresso do PCR*; *Uma grande iniciativa*; *Projeto de programa do PCR*;
 STÁLIN, *Informe ao 8º Congresso Extraordinário dos Soviéticos*
 LUXEMBURGO, Rosa, *A revolução russa*
 BETTLHEIM, Charles, *A luta de classes na URSS*
 SAES, Décio, *Democracia*
Jornal do Congresso (nº 2) do PT - Teses
Constituição da URSS - 1936
Constituição da RPS da Albânia - 1976

HISTÓRIA: A CIÊNCIA DO HOMEM

JOSÉ CARLOS RUY

Os historiadores vivem um dilema. Discutem se os homens apenas desempenham um papel que o destino lhes reserva ou intervém, e fazem parte, do processo evolutivo. Questionam o sentido da história e se ela pode ser estudada cientificamente

A história está na ordem do dia em nossos tempos. Expressões como “bonde da história”, “contra-mão da história”, “fim da história”, trazem para os meios de comunicação muitas das preocupações que, tradicionalmente, frequentavam apenas os gabinetes dos especialistas e suas vizinhanças. E os historiadores, cientistas sociais e outros intelectuais dão, de bom grado, sua contribuição ao debate. “Não tentemos descobrir uma lei ou regras de evolução”, pede um historiador eminente, o francês George Duby — o mesmo que, em outro lugar, diz não acreditar que “a objetividade seja possível em história”. Ele é um elo de uma linhagem secular. Nietzsche, em 1874, escrevia: “enquanto há leis na história, as leis não valem nada e a história não vale nada”. Em nosso século, pensadores como Karl Popper e Claude Levi-Strauss recusam-se a reconhecer o caráter de ciência à história, uma forma de conhecimento que o nazista alemão Martin Heidegger considera um destino, sobre o qual “não é o homem que decide”, teoria aparentada à do brasileiro (e atualmente muito badalado, até nos círculos reformistas da esquerda) Carlos Byington, um psiquiatra e analista de filiação junguiana. Ele criou, com base nas idéias do suíço Carl Gustav Jung, uma teoria mitológica da história que preconiza um “conhecimento iniciático revelado a partir da função prospectiva” de símbolos gerados a “partir do inconsciente coletivo operante, criativo e reativo à realidade histórica”. Finalmente, outro tema — o do fim da história, — foi trazido às páginas dos periódicos pelo nipo-americano Francis Fukuyama, um consultor da Rand Corporation e do Departamento de Estado do governo norte-americano. Poucos meses depois de anunciar que Clio completou seu trabalho com o predomínio da democracia liberal, Fukuyama apresentou também uma proposta para garantir a integridade e a segurança da obra que a Musa da História levou tanto

tempo para terminar: a substituição do Conselho de Segurança da ONU por um organismo internacional formado a partir da estrutura da OTAN, do qual só participariam os países que aplicam o modelo democrático-liberal (isto é, por definição, as potências imperialistas de nosso tempo) e que funcionaria como polícia internacional para solucionar conflitos em todo o Mundo.

“A história não é uma ciência como as outras”, diz Jacques Le Goff, historiador francês. Ele toca aqui o ponto central de uma importante linha de argumentação que recusa o caráter científico à história. É a argumentação daqueles que, como Popper, tentam reduzir a história ao paradigma das ciências chamadas exatas. “Do nosso ponto de vista, não podem existir leis históricas”, escreveu Popper. “Na história, só raramente pode ser obtida uma teoria que possa ser testada e que seja, portanto, de caráter científico”.



O que distingue o estudo das outras ciências da análise do fato histórico

A ciência, para Popper, trabalha com experimentos que podem ser repetidos e verificados em condições laboratoriais. Ora, na história isso é impossível — ela baseia-se em fatos únicos e irrepetíveis, cujo registro é sempre incompleto e invariavelmente comprometido pela visão do autor do relato. A especialidade da história é o particular, escreveu o francês Michel de Certeau — e aqui esbarramos em outra linha de argumentação contra o caráter científico da



história, a representada pelo alemão Friedrich Nietzsche (ver meu artigo “Filósofo de Direita, Guru da Esquerda”, in *Princípios*, nº 20), que enfatiza o particular em detrimento do geral, do universal.

Centrada no fato, no acontecimento, no passado irrepitível, a história se distingue das outras ciências precisamente pela natureza de seu objeto. Mas o que é esse objeto? Não é, evidentemente, semelhante ao objeto da física, da química, da biologia, das demais ciências da matéria — que podem ser tocados, medidos, observados direta ou indiretamente. Ele não se reduz a um mero acontecimento, isolado, fechado em si próprio. Um fato só adquire significação quando inserido numa rede ampla de relações. Um fato histórico é, assim, um conglomerado de inúmeros outros, que ele articula, interliga, aos quais dá sentido e dos quais, por sua vez, extrai seu próprio sentido. Por não compreender isso, Popper não consegue hierarquizar os fatos, e seu liberalismo exige igualdade para todos. “Uma história concreta da humanidade, se houvesse, teria que ser a história de todos os homens. Teria que ser a história de todas as esperanças, lutas, sofrimentos humanos. Nenhum homem é mais importante que outro. É claro que essa história concreta não pode ser escrita.”

Se fosse possível seguir o programa que Popper propõe para a história, chegaríamos a um resultado semelhante ao dos cartógrafos referidos por Jorge Luis Borges que, tentando fazer mapas cada vez mais precisos e fiéis à realidade, acabaram produzindo um que tinha o tamanho do país mapeado e que, portanto, não servia para nada.

Ciência das relações no tempo e no espaço, a história tem outras exigências. E, como Marx já havia observado no prefácio à 1ª edição de *O Capital*, a abstração é a mais veemente dentre elas. “Na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes

químicos. A faculdade de abstrair deve substituir a ambos”, escreveu.

Por isso, como diz o biólogo Stephen Jay Gould, “os estereótipos do ‘método científico’ não têm lugar para a irredutível história”. “As leis da natureza são definidas pela sua invariabilidade no espaço e no tempo. As técnicas de experimentação controlada e da redução da complexidade natural a um conjunto mínimo de causas gerais partem do pressuposto de que todas as épocas podem ser tratadas da mesma forma e simuladas adequadamente em laboratório”. Isso não se aplica à história: “há muitas diferenças entre as explicações históricas e os resultados experimentais. Não existe a possibilidade de se comprovar os fatos através de sucessivas repetições porque estamos tentando explicar as causas de um conjunto único de detalhes que, tanto pelas leis da probabilidade como pelo caráter irreversível do transcurso do tempo, não podem voltar a ocorrer”.



A política é a principal fonte das teses para ter visão do processo

Essa é a opinião de um cientista cujo interesse pela história da vida e da evolução levou-o às vizinhanças da ciência da história, onde encontrou uma problemática semelhante à encontrada pelos historiadores, com as mesmas exigências e limitações. E o que é que faz o historiador? Em primeiro lugar, tenta “ver” — a própria palavra “história” deriva de radical indo-europeu “wid”, “weid”, que significa

“ver”. Em grego, “historien” é “procurar saber”, “informar-se”. Fiel a essa imposição, outro eminente historiador francês, Fernand Braudel, diz que “ver, fazer ver, é metade de nossa tarefa. Ver, se possível, com os nossos próprios olhos”.

Mas isto não basta. A história tem também que entender, esclarecer, procurar o sentido que encadeia os fatos e determina os resultados. Uma história baseada exclusivamente nos fatos, que renunciasse ao esforço de compreender o processo onde eles se situam, não passaria de mera crônica, um registro cuja única diferença para com o jornalismo seria a distância temporal em relação ao objeto de seu relato. “As leis da história tem de ser demonstradas nos fatos e a partir dos fatos” — escreveu Herbert Marcuse em seu estudo sobre Hegel. “Até aqui, o método de Hegel é o método empírico. Mas estas leis não podem ser conhecidas a não ser que a investigação tenha sido orientada, desde o início, pela teoria adequada. Os fatos, por si, não dizem nada; eles só respondem a perguntas teóricas apropriadas. A objetividade verdadeiramente científica exige, em lugar de uma recepção passiva de fatos dados, a aplicação de categorias corretas, que organizem os dados em sua significação real”.

A teoria, por definição, é formada pelo conjunto de categorias que orientam o olhar ao mundo objetivo. Mas as categorias são universais, resultam de um processo de abstração baseado na observação e no isolamento de traços comuns a inúmeros fenômenos reais. Aqui estamos novamente às voltas com a dialética do universal e do particular (ver meu artigo acima citado).

Há cerca de um ano, a *Folha de S. Paulo* abrigou uma polêmica pública cujo centro foi o ataque de alguns historiadores da Unicamp à obra de Jacob Gorender, *A Escravidão Reabilitada*, e o móvel da polêmica era justamente a posição daquele grupo de historiadores jovens (que se pretendem novos), para os quais a história é o conhecimento do singular e do individual, alheia à noção de leis, relações, sistemas, modos de produção, etc. A atividade desse grupo de historiadores trouxe para o Brasil os métodos e as polêmicas que ocorrem no exterior, onde os defensores de uma micro-história se contrapõem aos partidários da história globalizante, onde as revoluções são opostas à vida cotidiana, onde a “autonomia das mentalidades” é enfatizada contra o condicionamento social do pensamento e da vida.

A política é a principal fonte das teses que permitem ao historiador reconstruir os processos históricos e a visão global de períodos mais ou menos extensos, com suas relações e significações que permitem ao historiador a visão de um todo articulado e coerente. Assim, a história tem outra particularidade: ela é uma ciência política. Ela nasceu nos palácios, em tempos imemoriais, quando os escribas tinham a tarefa de registrar os feitos e as glórias dos poderosos. Mais tarde, necessidades e interesses políticos de classes sociais, independentes ou contrárias ao sistema de poder vigente, levaram a novos pontos de vista na elaboração da história.

Cada classe social, em cada época histórica, produz então uma historiografia que remonta o passado de acordo com sua ótica ideológica, ressaltando seus heróis e condenando seus bandidos. Isso ocorre principalmente

quando a história é vista como um leque de temas edificantes, com os quais a elite dominante pretende moldar a moral cívica dos governados através do exemplo de gerações passadas, ou enaltecer e justificar seu próprio domínio.

Para Varnhagen, historiador oficial do II Reinado no Brasil, o grande acontecimento histórico foi a expulsão dos holandeses de Pernambuco e os grandes heróis da história foram os Restauradores, isto é, os latifundiários escravistas pernambucanos que dirigiram a luta contra o invasor estrangeiro. Varnhagen, historiador dos grandes latifundiários que dominavam a monarquia brasileira, procurava destacar, como acontecimento fundador da nacionalidade, justamente o evento onde aquela classe apareceu com mais força criadora e onde seu papel dirigente parece incontestável. Onde ela aparentemente tornou-se porta-voz da sociedade, defensora dos interesses gerais de todos os brasileiros, encarnação da nacionalidade.



**A luta do povo
iluminou
os construtores
reais da
nossa sociedade**

A política - e a luta política - orienta a leitura do passado e a seleção e hierarquização dos fatos em relatos consistentes. Os acontecimentos e os heróis vão surgindo na história - ou melhor, na historiografia - com a emergência de novas forças sociais, com o alargamento do campo democrático. Os negros de Palmares, os revoltosos dos levantes escravos de Salvador, na década de 1830, os camponeses Mucker do Rio Grande do Sul, só emergem como heróis dignos desse nome com a irrupção do povo na história presente, nas lutas políticas contemporâneas. É significativo que *O Quilombo dos Palmares*, de Edison Carneiro, ou *Rebeliões de Senzala*, de Clóvis Moura, que foi a primeira sistematização das lutas dos escravos no Brasil, só tenham sido possíveis no calor das lutas políticas dos anos 50, quando a exigência de democracia e de mudanças profundas na sociedade brasileira mobilizou enormes camadas do povo, tornou operários e camponeses protagonistas da luta política - e fez ver que a história do povo brasileiro é justamente a história dos escravos, base da sociedade e massa do nosso povo em quatro séculos de existência do Brasil.

O debate que opõe, no Brasil e no exterior, os historiadores do cotidiano, do detalhe, do “aparentemente insignificante”, como diz George Duby, aos que enfatizam o sistema, o geral, o enfoque globalizante, é nitidamente político. A luta pela democracia deu fundamento ao liberalismo radical da nova esquerda libertária, para a qual toda forma de poder deve ser denunciada como nociva. A ênfase passou para a liberdade individual e o subjetivismo, para o resgate da memória do povo, do discurso dos oprimidos,

de sua subjetividade. A historiadora Emilia Viotti da Costa enfatiza esse aspecto, e alerta para suas limitações. “Esta postura, entretanto, termina muitas vezes resultando num relativismo total. A afirmação da subjetividade é uma espécie de resistência, mas há riscos: pode-se levar toda a história para o campo do subjetivo, transformando-a em uma simples coleção de testemunhos e depoimentos”. “O historiador, assim, renuncia a um discurso totalizador que possa incorporar as múltiplas subjetividades. O resultado é uma história em que todos os testemunhos são igualmente relevantes”. Ele fica, assim, sem “critérios para separar o relevante do irrelevante”.

Outro aspecto, propriamente historiográfico, que resulta dessa tendência, é a atomização dos relatos históricos em casos isolados, parciais, arqueológicos no sentido foucaultiano do termo - relatos que se encerram em si, aparentemente sem ligações com outros do passado, sem pretender influir em outros do futuro, envolvendo seu tema em camadas, como uma cebola envolve em camadas seu núcleo vazio.

Este é outro lado da renúncia dessa historiografia que, muito apropriadamente, se considera uma arte (e seus relatos, literatura) e não ciência: ela se desenraiza de sua própria ciência. Além de ser condicionada por interesses mais gerais dos atores sociais, a história é impulsionada também por uma dinâmica própria. Em certa medida, ela adquire - como todas as outras ciências - autonomia, e gera seus próprios problemas e questões, cujo esclarecimento depende não apenas da reflexão sobre os resultados já obtidos, mas principalmente da descoberta de novos dados sobre o passado, que permitam aprimorar o conhecimento e melhorar as teses que orientam a história como ciência.

**Ver no passado os
signos
denunciadores da
nossa
realidade atual**



A política e a própria historiografia podem estar, assim, entre os elementos que dão origem às teses que organizam o estudo do passado. Este é o sentido da ruptura de Karl Marx com a idéia tradicional de história corrente no século XIX, ruptura que aparece já em seus primeiros escritos, principalmente em *A ideologia Alemã*, de 1845.

“Neste particular, para a concepção marxista da história, o processo histórico importa em função do presente, pois, através do método histórico, se chega à compreensão e crítica da realidade social, residindo aí a importância da história como ciência”, escreve a professora Gizlene Neder.

De fato. A forma mais desenvolvida, mais complexa e variada é, para Marx, a chave das formas anteriores a partir das quais ela se desenvolveu. “A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”, escreveu ele. Mas só no

sentido de que “nas espécies animais inferiores só se podem compreender os signos denunciadores de uma forma superior quando essa forma superior já é conhecida”. Isto tem uma importância decisiva para a crítica marxista das doutrinas históricas anteriores, principalmente da doutrina cristã: “aquilo a que se chama de desenvolvimento histórico baseia-se, ao fim e ao cabo, sobre o fato de a última forma considerar as formas passadas como jornadas que levam ao seu próprio grau de desenvolvimento, e dado que ela raramente é capaz de fazer a sua própria crítica”.

Aparentemente nosso círculo parece começar a se fechar. Para a compreensão e crítica da realidade social atual a história deve entender o passado e encontrar nele “os signos denunciadores” dessa forma atual. Mas a história só pode fazer isso se for uma ciência.

“A melhor prova de que a história é e deve ser uma ciência - diz Jacques Le Goff - é o fato de precisar de técnicas, de métodos e de ser ensinada”. Ela “é a ciência do tempo”, ensina o historiador e, por isso mesmo, seu objeto perde-se, sem relevo, na multiplicidade infinita dos acontecimentos que cercaram a vida humana no passado. É preciso descobrir, nesse emaranhado, as linhas de desenvolvimento que conduzem ao presente, processos objetivos que ocorrem no mundo real, fora da consciência do homem (e fora, igualmente, de qualquer consciência transcendental, não importa seu nome: Deus, Absoluto, Espírito do Tempo, etc).

Se o relato do historiador é condicionado pelos interesses conflitantes de seu tempo, se a teoria com a qual ele organiza sua investigação é expressão desses interesses, como deixar de pensar que, não importa o ponto de vista, qualquer reconstrução histórica é igualmente válida? Como escapar, aqui, do relativismo histórico?

Uma forma possível para escapar a esta armadilha é encontrar um elemento que, sendo comum a todas as épocas históricas, possa servir de medida. E esse elemento é o progresso, apesar de todas as dúvidas e ataques a que esta noção, hoje, está submetida. Por isso, é preciso cuidado no uso desse metro. O arqueólogo e historiador australiano Gordon Childe propõe que se abandone como inútil e anti-científico o hábito de perguntar à História: “Fizemos progresso?”. Será difícil obter concordância entre as pessoas e respeito de perguntas como essa. “Uma pergunta assim formulada não tem sentido científico”, diz ele. Ao contrário, poderá “ser legítimo perguntar: ‘O que é progresso?’, e a resposta pode tomar mesmo parte da forma numérica que a ciência preza com tanta razão. Mas o progresso torna-se, então, aquilo que realmente aconteceu - o conteúdo da história”. Será possível, então, avaliar a situação dos homens ao longo dos milênios, e perguntar à história se a liberdade aumentou ou diminuiu, se o bem estar social atinge a um número crescente ou decrescente de indivíduos, se as condições de higiene e saúde melhoram ou pioram, se os instrumentos para aumentar a produtividade do trabalho existem e são empregados, se a expectativa de vida das pessoas aumenta ou diminui, etc.

A partir desse metro pode-se construir uma avaliação sobre os períodos históricos, julgar para onde a humanidade

caminha, pode-se compreender mesmo a natureza progressista ou não de retrocessos temporários, de discontinuidades, dos períodos considerados de estagnação histórica.

Por isso, as classes sociais cujos interesses exigem a ruptura com situações cristalizadas e a aceleração da história são sempre otimistas em relação ao curso da história, ao contrário das classes conservadoras que, ameaçadas pelas mudanças iminentes, iludem-se pensando ser possível paralisar a história. Os gregos da época arcaica (antes do século V, o século de Péricles e da democracia ateniense, de Sócrates e Platão na filosofia) tinham uma concepção trágica, circular, da história. As Parcas dominam, com desígnios imutáveis, o destino dos homens, que são impotentes para lutar contra determinações gravadas desde sempre com ferro e bronze no palácio daquelas três deusas. A passagem da Idade Arcaica para a Época Clássica foi marcada por intensas lutas de classes, entre os comerciantes enriquecidos, individualizantes e, naquele contexto, progressistas, das cidades gregas, e a tradicionalista aristocracia rural. Os aristocratas defendiam um modelo eterno, baseado na afirmação da instabilidade do humano, na impossibilidade de previsão e cálculo, ficando fora da história. Contra eles, levantavam-se as "individualidades que vão criando o conceito de história como um progresso de racionalização, e as outras individualidades, as que realizam essa idéia da história na prática. Em ambos os casos o progresso racional é concebido como conduzindo a um êxito racional - poder, riqueza - e como solidário com o progresso da Justiça", diz o historiador Francisco Rodriguez Adrados.

A noção cristã deu espaço para a perspectiva de necessidade na visão histórica



A concepção circular do tempo e da história, comum a muitas concepções míticas primitivas, presente no pensamento indiano antigo, no pensamento grego anterior ao século V, foi superada pela noção do progresso linear, principalmente depois da criação da concepção cristã da história. Para historiadores cristãos dos séculos IV e V d.C. "o mundo era governado pelo *logos* ou Razão Divina, também chamada Providência, que constituía a estrutura de toda a natureza e de toda a História", diz Le Goff. Ficou possível, assim, estudar o processo histórico e entender sua lógica já que, comandado pela mente de Deus, conhecer esse processo seria algo como descobrir os desígnios divinos.

Essa visão pode ser vista como uma ruptura, "uma revolução na mentalidade histórica", diz Le Goff. "O Cristianismo teria substituído as concepções antigas de um tempo circular, pela noção de um tempo linear e teria orientado a história, dando-lhe um sentido".

Santo Agostinho, que escreveu sua *Cidade de Deus* em 413 d. C., fundamentou a concepção cristã da história na Providência Divina, criando uma teoria cuja influência se estenderia por um milênio e meio e que, mesmo em nosso tempo, encontra inúmeros adeptos. Não se pode acreditar que Deus "tenha deixado os reinos dos homens, seu domínio e sua servidão, fora das leis de Sua providência", escreveu ele.

Foi um progresso, de toda forma. A história deixou de ser o domínio de forças cegas e inescrutáveis e passou a ser regida por leis. O progresso consiste que, agora, o estudo da história podia ser organizado segundo critérios *racionais*, conhecidos por todos os estudiosos, que podiam aceitá-los ou refutá-los. Ficava assim estabelecida uma base mínima que permitia tirar a história do domínio das arbitrariedades individuais, e dar os primeiros passos para sua transformação em ciência.

Ao dar um sentido para a história, a noção cristã deu origem também à noção de *necessidade histórica*. Orientado para um fim - o Juízo Final, depois do qual o Reino de Deus se instalaria na Terra - o processo histórico deveria percorrer etapas previstas num plano pré-fixado pela mente divina, que não previa lugar para o acaso. Cada acontecimento estaria, assim, rigorosamente dentro do *script*, e seu sentido esclarecido pelo objetivo final perseguido pelo processo.



O primeiro fato histórico é a produção dos meios que asseguram a vida

A concepção histórica de Hegel - a história é o processo de auto-desenvolvimento, desdobramento e auto-conhecimento do Espírito Absoluto - talvez seja o último e mais grandioso dos frutos da escatologia cristã. E a crítica a Hegel feita por Marx e, depois, por Nietzsche, talvez foram, por isso mesmo, a mais arrasadora denúncia da falsidade da doutrina histórica cristã. "Essa história entendida hegelianamente - escreveu Nietzsche - foi chamada, com escárnio, a perambulação de Deus sobre a Terra, Deus este que entretanto, por seu lado, só é feito pela história". Mas a crítica aristocrática de Nietzsche, recusava-se "a escrever a história do ponto de vista das *massas* e a procurar aquelas leis que podem ser derivadas das necessidades das massas, portanto, as leis de movimento das mais baixas camadas de lama e de argila da sociedade". Assim, orientou-se no sentido de uma história imutável, saudosista do passado e pessimista quanto ao futuro.

Para Marx, a "concepção hegeliana da história nada mais é do que a expressão especulativa do dogma germano-cristão e a oposição do espírito e da matéria, de Deus e do Mundo". A crítica de Marx, nesse texto de 1844, orienta-se no sentido de uma compreensão não só não-cristã da história,

mas também não especulativa, apontando já o caráter científico que marcaria sua concepção. “A história não fez nada, não possui ‘enormes riquezas’, não ‘leva a cabo nenhuma luta’!(...) não é a história que utiliza o homem para realizar os seus fins - como se fosse uma entidade independente - ela nada mais é do que atividade do homem em busca dos seus fins”.

Começava a nascer, assim, a mais revolucionária concepção da história, onde não há um plano pré-estabelecido nem uma finalidade rigorosamente estabelecida. Ela abria-se para o conhecimento das inumeráveis possibilidades inscritas em cada momento do processo histórico, e que só a vontade dos homens, independente de qualquer força transcendental, poderia determinar o rumo a seguir. Essa concepção não nasceu pronta e acabada; ela desenvolveu-se lentamente, elaborada nos duros anos de estudo empreendidos por Marx e Engels. São os homens que fazem sua história, escreveram eles em *A Sagrada Família* (1844) e em *A Ideologia Alemã* (1845). No *Manifesto do Partido Comunista* (1848), disseram: “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias é a história das lutas de classes”. A idéia inicial de que são os homens que fazem a história começava a se precisar. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels esboçam também as condições para a existência da história: a produção material da vida. “Devemos lembrar a existência de um primeiro pressuposto de toda a existência humana, a saber, que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de ‘fazer história’. Mas, para viver, é necessário antes de mais nada beber, comer, ter um teto onde abrigar-se, vestir-se, etc. O primeiro fato histórico é, pois, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida; trata-se de um fato histórico (...) que é necessário (...) executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos”. Os pontos seguintes eram: satisfeita a primeira necessidade, “a ação de a satisfazer e o instrumento utilizado para tal conduzem a novas necessidades”; além disso, os homens não renovam dia a dia apenas sua própria vida, mas reproduzem-se, criando outros seres humanos.

Assim, Marx e Engels introduziam uma visão histórica que trazia a atividade prática do homem, o trabalho, e as relações objetivas, materiais, reais, dos homens com a natureza e como os outros homens, para o centro do esquema explicativo. Pierre Villar lembra como, nessa época, os fundadores do marxismo traçavam, ainda que precariamente, os fundamentos do materialismo histórico: a estreita ligação entre as forças produtivas e a divisão do trabalho, que determina as formas das relações sociais; a articulação entre a realidade social e as representações que os homens fazem dela; e, finalmente, a contradição entre as relações de produção e as forças produtivas.

Assim, foi ficando cada vez mais evidente que o comportamento do indivíduo não era completamente livre e autônomo, mas condicionado pela sociedade onde ele vive, pela história dessa sociedade. Assim, em 1852, Marx tornou mais precisa sua concepção da história. “Os homens fazem sua própria história - escreveu em *O 18 Brumário de Luís*

Bonaparte -, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”.

Não pode haver um plano extra-histórico a determinar o rumo dos acontecimentos; esse plano, segundo se depreende das teses de Marx e Engels, é elaborado cotidianamente pelos homens, e o acaso é um elemento importante nessa elaboração. “A história universal - escreveu Marx, numa carta em 1852 - teria um caráter muito místico se excluísse o acaso. Este acaso, bem entendido, faz parte do processo geral de desenvolvimento, e é compensado por outras formas de acaso. Mas a aceleração ou o atraso do processo dependem desses ‘acidentes’, incluindo o caráter ‘fortuito’ dos indivíduos que estão à cabeça do movimento na sua fase inicial”.



**Velhas tradições
oprimem
como um pesadelo
o cérebro
das novas gerações**

Como um rio que vai contornando as pedras e obstáculos em seu caminho, a história do homem vai assim abrindo passagem através de obstáculos que o meio geográfico, as formas de pensar e o conflito de interesses entre as classes e os grupos sociais vão erigindo. Mas esse acaso, na época em que a história se constitui plenamente como ciência, deixa de ser cego.

“A história se faz de tal modo - escreveu Engels em 1890 - que o resultado final sempre deriva dos conflitos entre muitas vontades individuais, cada uma das quais, por sua vez, é o que é por efeito de uma multidão de condições especiais; são, pois, inumeráveis forças que se entrecruzam umas com as outras, um grupo infinito de paralelogramos de força, das quais surge uma resultante - o acontecimento histórico - que, por sua vez, pode ser considerado produto de uma potência única que, como um todo, atua *sem consciência e sem vontade*”.

Mas, como Lênin mostrou em sua atuação na revolução de 1917, na época em que a história se constitui como ciência, os atores não são mais cegos. Ao exigir do partido bolchevique a insurreição, em setembro daquele ano, Lênin advertiu: “A história não nos perdoará se não assumirmos o poder agora”. Com isso, ele alertava para o fato de que não basta a existência de condições objetivas maduras para a revolução; é preciso também a disposição subjetiva para isso, a história não faz sua tarefa sozinha - ela não faz nada: são os homens que, usando os recursos que ela oferece, devem acertar o momento exato para agir. E a ciência da história é uma ferramenta de grande valia para esse diagnóstico.

A crítica liberal frequentemente vê no marxismo uma variação da escatologia cristã, onde o objetivo final - o Reino de Deus na Terra - é substituído pela Revolução e pela instauração do Comunismo. Embora muitas versões do marxismo tenham contribuído para que essa crítica fosse, ao menos parcialmente, real, a verdade é que ela é completamente estranha ao marxismo e não compreende a essência da crítica feita por Marx e Engels às concepções anteriores da história. Mais do que isso, essa crítica não compreende a noção radicalmente científica e materialista da concepção da história dos fundadores do marxismo, uma concepção cujo centro são os homens reais e suas relações

com a natureza e com os outros homens. Uma concepção que não reconhece, em nenhuma hipótese, a existência de um fim para o qual a história obrigatoriamente se dirige, mas que põe esse fim nas mãos e nas vontades dos homens, que são os únicos que podem decidir, com os meios objetivos e subjetivos de que dispõem, se o mundo caminha ou não para o Comunismo. ■

JOSÉ CARLOS RUY - Jornalista

BIBLIOGRAFIA

ADRADOS, Francisco Rodriguez, *La Democracia Ateniense*, Alianza Editorial, Madrid, 1975

AGOSTINHO (Santo), *The City of God*, in *Gret Books of the Western World*, vol. 18, Encyclopaedia Britannica Inc, Chicago, 1952

BORGES, Jorge Luiz, *História Universal da Infâmia*, Ed. Globo, Porto Alegre, 1986

BRAUDEL, Fernand, *A Dinâmica do Capitalismo*, Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1987

BYINGTON, Carlos, *Uma Teoria Mitológica da História*, mimeo, sd.

CARNEIRO, Edison, *O Quilombo de Palmares*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966 (1ª edição: 1946, no México)

CHILDE, V. Gordon, *A Evolução Cultural do Homem*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975

COSTA, Emilia Viotti da, entrevista ao *Jornal do Brasil*, 25/06/1989

DUBY, Georges, entrevistas a *Le Point*, traduzida pelo *Jornal da Tarde*, 4/01/1986, e a *Lé Nouvel Observateur*, 23/10/1987

ENGELS, Friedrich, *Carta a Joseph Bloch* (21.09.1890), in Marx e Engels, *Obras Escogidas*, T. II, Editorial Ayuso, Madrid, 1975

FARIAS, Victor, *Heidegger e o Nazismo - Moral e Política*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988

FUKUYAMA, Francis, "O Fim da História", in *Jornal da Tarde*, 28/10/1989

GOFF, Jacques Le, "História", verbete à *Enciclopédia Einaudi*, v. 1 *Memória-História*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Porto, 1984

GORENDER, Jacob, *A Escravidão Reabilitada*, Editora Ática, São Paulo, 1990

GOULD, Stephen Jay, *Vida Maravilhosa - O Acaso na Evolução e a Natureza da História*, Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1990.

HEIDEGGER, Martin, *Sobre o Humanismo*, Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1967

KOCHAN, Lionel, *Origens da Revolução Russa, 1890-1918*, Zahar, Rio de Janeiro, 1968

MARCUSE, Herbert, *Razão e Revolução - Hegel e o Advento da Teoria Social*, Editora Saga, Rio de Janeiro, 1969

MARTON, Scarlett, Nietzsche - *Das Forças Cósmicas aos Valores*

Humanos, Brasiliense, São Paulo, 1990

MARX, Karl, *O Capital*, Livro I, Editora Abril Cultural, São Paulo, 1983

— *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1969

— "Formas que preceden a la produccion capitalista", in *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (Grundrisse), 1857-1858, Siglo Veinteuno Editores, México DF, 1982

— "Introdução à Crítica da Economia Política", in *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, Editorial Estampa, Lisboa, 1973

— *Textos Filosóficos*, Editora Mandacaru, São Paulo, 1990

MARX, Karl e Friedrich, Engels, *A Ideologia Alemã*, I, Editorial Presença, Lisboa, 1976

— *Manifesto do Partido Comunista* in *Obras Escogidas*, T. I, Editorial Ayuso, Madrid, 1975

NEDER, Gizlene, "Marx e a história - a prática do método", in Konder, Leandro e outros (orgs), *Por que Marx?*. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1983

MOURA, Clóvis, *Rebeliões da Senzala*, Editora Conquista, Rio de Janeiro, 1972 (1ª edição: 1959).

NIETZSCHE, Friedrich, *Considerações extemporâneas* (Segunda: da utilidade e desvantagens da história para a vida), in *Obras Incompletas*, Pensadores vol. XXXII, Editora Abril Cultural, São Paulo, 1974

ORDÁLIA, Nilo (org), *Introdução a Varnhagen* (coletânea de textos), Editora Ática, São Paulo, 1979

POPPER, Karl, *A sociedade aberta e seus inimigos*, in *Pensadores*, Editora Abril Cultural, São Paulo, 1980

RIBEIRO, Darcy, *O processo civilizatório*, Editora Vozes, Petrópolis, 1987

VARNHAGEN, Francisco Adolfo, *História Geral do Brasil*, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1981

VERNANT, Jean Pierre, entrevista a *Lé Nouvel Obsevateur*, 31/07/1987

VILLAR, Pierre, "Marx e a história", in Hobsbawn, Eric (org), *História do Marxismo*, Vol. I (O marxismo no tempo de Marx), Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983



A GÊNESE DO TRABALHO

ILKA BICHARA

Quando se fortalece a pregação de idéias que valorizam o individual em detrimento da sociabilidade, convém estudar se tais análises pós-modernas coadunam com eixos essenciais da evolução biológica, comportamental e social da humanidade.

No seu ensaio *Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*, Engels já afirmava o trabalho como a própria essência do processo de hominização.

Marx em *O Capital* nos diz que “antes de tudo, o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defrontando-se com a natureza como uma de suas forças, o homem põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo sua própria natureza” (1).

Nestas duas afirmativas destaca-se o papel fundamental, decisivo mesmo, do trabalho na história humana, visto ter sido através dele que os hominídeos transformaram-se em homens, uma vez que o trabalho assume-se não só como uma atividade essencialmente humana, mas também como um dos definidores do que podemos denominar “essência humana”.

Neste artigo levantaremos algumas questões que nos parecem importantes na tentativa de compreender melhor as circunstâncias que colocaram o homem neste caminho, ou seja, recompor a própria gênese do trabalho e principalmente o modo de vida dos primeiros trabalhadores.

Basearemos nossas reflexões nos conceitos marxistas de trabalho e de processo produtivo, e também nos dados advindos das várias áreas da ciência que se preocupam em desvendar as origens do homem, não só do ponto de vista biológico, mas também dos aspectos comportamentais e sociais que compreendem a nossa evolução. Tentaremos juntar os conceitos e os dados numa análise dialética da nossa pré-história, porém, queremos deixar claro que ainda é um trabalho inicial com o objetivo de abrir um debate visando um maior aprofundamento e, conseqüentemente, maior esclarecimento das questões aqui levantadas.



Há dois milhões de anos hominidas tinham certas relações familiares

Nos motivamos para abrir este debate, neste momento, em virtude da grande propagação de idéias que valorizam o individual em detrimento da sociabilidade, que estão em voga atualmente, inclusive se intitulando de pós-modernas. É necessário, a nosso ver, que fique claro que estas idéias, além de não apresentarem novidades nos seus conceitos que

justifiquem a sua qualificação como pós-modernas, o eixo das suas análises não se coadunam com os resultados das pesquisas realizadas pela ciência.

O trabalho que pode ser apreendido e compreendido por diversos aspectos, apresenta um sentido mais geral, válido para qualquer forma de sociedade humana. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels dizem que o que difere os homens dos outros animais não é o ato de pensar, mas o de produzir seus meios de vida. Quando então pela primeira vez esta diferenciação pode ser estabelecida?

Muitos pré-historiadores consideram que o trabalho teve início quando um hominídeo casualmente bateu uma pedra na outra e “fabricou” o primeiro instrumento. Esta “descoberta” individual teria sido depois generalizada para outros indivíduos e transmitida às gerações seguintes pela cultura.

Esta visão é discutível em vários dos seus aspectos. Analisando o sistema de vida dos primeiros hominídeos, a partir dos dados disponíveis advindos de várias áreas das ciências, supomos que antes dos instrumentos de pedras nossos ancestrais já faziam uso de varas, pedaços de paus, ossos e mesmo pedras tal qual as encontravam, inclusive como fazem hoje os chimpanzés.

É parcial o limite do conceito de trabalho ao uso de instrumentos, pois se assim pensarmos, somos levados a concluir que não só o homem trabalha na natureza, além do que também é remota a possibilidade de que um avanço tão significativo como o quebrar de pedras tenha se originado de um processo casual e isolado.

O conceito marxista de trabalho pressupõe a existência de uma sociedade. É uma atividade dirigida a um fim e que produz coisas que tenham “forma útil à vida humana”, que seja criadora de valores de uso. Por isso nossa análise vai partir dos primórdios da organização social humana.

Um ponto importante para a nossa reflexão é o reconhecimento científico de que a espécie humana afastou-se de seus parentes primatas próximos, mais por diferenças de comportamento, que por diferenças anatômicas. Cabe lembrar que as investigações que buscam o esclarecimento destas mudanças operadas na espécie são realizadas a partir de estudos comparativos do comportamento e da ecologia dos primatas vivos e de outros mamíferos, com dados quantitativos obtidos de sociedades humanas que ainda vivem de forma primitiva, e de outros estudos arqueológicos e bioquímicos. Somam-se a isto também, investigações das circunstâncias ecológicas que cercam o desenvolvimento evolucionário humano. Estes estudos são possíveis pelo fato das rochas sedimentares estratificadas, disponíveis hoje no leste da África, preservarem, além de fósseis, um registro ordenado dos ambientes habitados.

O fato de que num determinado estágio da evolução os ancestrais do homem moderno terem se tomado fabricantes e usuários de instrumentos de pedra também é muito importante, pois estes artefatos formam um tipo de registro que mostra aspectos do comportamento que é complementar aos outros estudos.

Hoje, por exemplo, estuda-se cada vez mais o contexto dos artefatos, o padrão de distribuição dos instrumentos descartados e sua associação com vários tipos de restos alimentares, visando estabelecer tanto o seu uso como a própria forma como eram fabricados e a sua origem. Estes estudos dos contextos dos primeiros artefatos africanos fornecem pistas importantes sobre as circunstâncias ecológicas dos fabricantes de instrumentos protohumanos e sobre sua organização sócio-econômica.

Estes estudos indicam que há dois milhões de anos, alguns elementos que diferenciam hoje o homem dos grandes símios já eram parte de uma nova estratégia adaptativa baseada na partilha de alimento. São desta época as concentrações mais antigas de artefatos seguramente datadas. Há evidências claras de que os hominídeos, há dois milhões de anos atrás no leste da África, carregavam coisas, por exemplo pedras, de um lado para outro. Estes mesmos hominídeos estavam fabricando com pedras instrumentos de corte simples, mas eficientes e, ocasionalmente, sua atividade concentrava-se nas vizinhanças de carcaças de grandes animais, presumidamente para obter carne. Os estudos sugerem fortemente que esses seres carregavam ossos de animais (e carne) e que concentravam este suprimento portátil de alimentos em certos lugares.

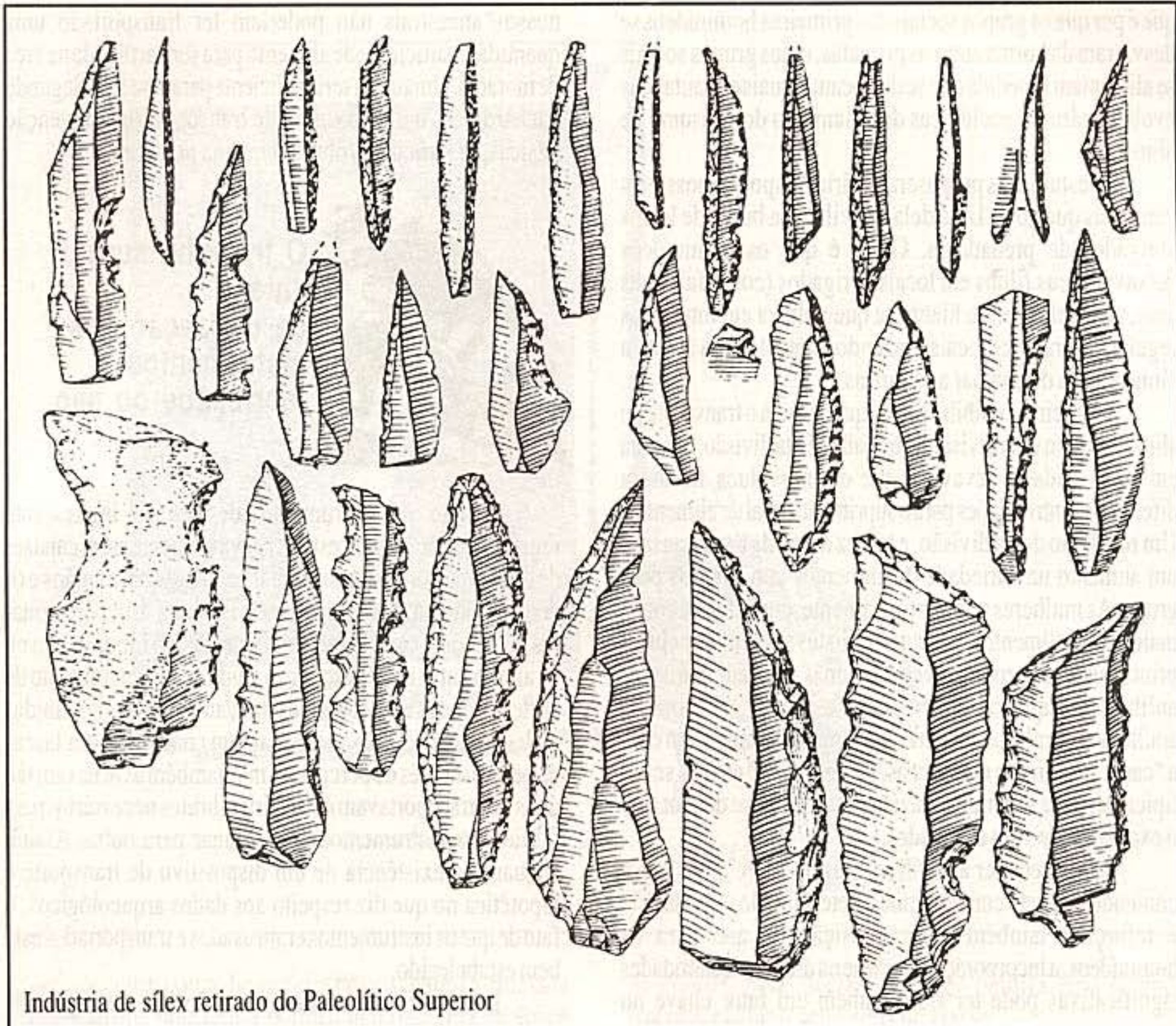


Divisão de trabalho por sexo e idade na obtenção e transporte de alimentos do grupo

Para um antropólogo, este é um padrão de comportamento familiar, pois é precisamente o que fazem hoje os grupos de caçadores-coletores, dos quais ainda existem uns poucos remanescentes no mundo. Mas, para um primata não-humano é uma maneira excepcional de se relacionar com as coisas, diz o paleoantropólogo Richard Leakey.

Por mais sociais que possam ser em vários aspectos da sua vida, nem os chimpanzés, nem os babuínos, por exemplo, partilham seu alimento da maneira como fazem os humanos. Compartilhar é uma atividade totalmente desconhecida para os babuínos, enquanto os chimpanzés, de má vontade, se engajarão numa partilha somente quando um indivíduo tiver capturado um bebê babuíno ou outra presa. Glynn Isaac prefere chamar esta partilha de carne de “fila tolerada”, pois os outros chimpanzés precisam suplicar repetidas vezes para que lhes seja dado um bocado.

A mudança da alimentação individual, provavelmente praticada por nossos mais remotos ancestrais, para a coleta e repartição de alimentos num lar base, provocou uma profunda alteração no modo de vida destes hominídeos e talvez seja aí que encontremos a chave para a existência do



Indústria de sílex retirado do Paleolítico Superior

trabalho. Para tanto, temos que analisar quais fatores sustentaram esta revolução.

Alguns estudiosos apoiam a hipótese da “caça”, outros a da “coleta”. Consideramos, entretanto, que os dados levam a demonstrar a hipótese de “alimento compartilhado”.

A hipótese da “caça” está baseada na noção do “Homem, o caçador” que o antropólogo Sherwook Washburn se empenhou em desenvolver - “O homem é homem e não chimpanzé porque durante milhões de anos nós matamos para viver” (2).

Esta hipótese é rejeitada pela antropóloga Sally Slocun, que argumenta: “A hipótese leva à conclusão de que a adaptação humana básica foi o desejo dos machos de caçar e matar. Isto não só concede demasiada importância à agressão, que no final de contas é só um dentre os fatores da vida humana, mas origina a cultura da matança... Demasiada atenção foi dada às habilidades exigidas pela caça e muito pouco às habilidades exigidas pela coleta e criação dos jovens dependentes” (3).

A autora chama a atenção para o fato de que entre a maioria dos caçadores-coletores atuais, os alimentos vegetais coletados pelas mulheres proporcionam a maior parte da dieta cotidiana. Ela sugere que a força que colocou os

hominidas em sua nova direção foi o período sempre prolongado da dependência das crianças. Vale-se ressaltar que os instrumentos de pedra encontrados não sugerem o seu uso para a caça, mas sim para o corte de carne ou de vegetais. Instrumentos típicos para a caça só mais tarde vão aparecer.

Adrienne Zihlman e Nancy Tanner desenvolvem a idéia da coleta e partilha de alimentos, argumentando que ela deve ter começado inicialmente entre a mãe e os filhos dependentes, e esses elos econômicos e sociais persistiriam dentro do que chamaram de “grupos domésticos”. Os homens poderiam estar incluídos se fossem parentes, ou conforme o sistema evoluiu, se eles também estivessem contribuindo. As mulheres compartilhariam também com seus parceiros sexuais. Posteriormente este comportamento constituiria a base da generalização da repartição entre adultos fora do grupo de parentesco imediato.

As duas hipóteses possuem pontos importantes, porém, o maior problema delas é que maximizam uma atividade e um recurso alimentar em detrimento de outros.

Parece muito mais razoável se pensar numa alternativa baseada na partilha de alimentos com uma economia fundamentada tanto no consumo de carne como de vegetais.

Soma-se a esta questão da dieta e da partilha uma outra

que é por que os grupos sociais dos primeiros homínidos se desviaram da norma entre os primatas, cujos grupos sociais se alimentam à medida que se deslocam? Quais as vantagens evolucionárias e ecológicas do adiamento do consumo de alimento?

Os estudiosos propuseram várias respostas possíveis para estas questões. Uma delas privilegia a busca de locais abrigados de predadores. Outra é que os homínidos deixavam seus filhos em locais abrigados (como fazem as aves, cães selvagens e hienas) e que voltava em intervalos regulares para estes locais, trazendo alimento para ajudar a alimentar e a desmamar as crianças.

A terceira possibilidade é a que associa o transporte de alimentos com uma divisão de trabalho. Esta divisão, baseada em sexo e idade, levava a que os indivíduos fizessem diferentes contribuições para o suprimento total de alimentos. Um resultado desta divisão, e talvez aí resida à sua causa, é um aumento na variedade de alimentos consumidos pelo grupo. As mulheres adultas tipicamente, contribuem com a maioria dos alimentos "coletados". Estes alimentos incluem principalmente produtos vegetais, mas também mariscos, anfíbios e pequenos répteis, ovos e insetos. Os homens adultos em geral, mas não invariavelmente, contribuem com a "caça": a carne de mamíferos, peixes, aves e etc. Os sexos tipicamente se separam e trazem para uma base de moradia o excedente de suas atividades.

Esta parece ser a hipótese mais plausível, pois alia o conteúdo da dieta com um modo determinado de vida. Ela é reforçada também pela suposição de que para os homínidos, a incorporação de carne na dieta em quantidades significativas pode ter sido também um fator chave no desenvolvimento não apenas de uma divisão de trabalho, mas também, da organização de movimentos em torno de moradia e do transporte e da partilha de alimentos. O consumo de carne, por seu valor proteico e calórico, permite que se aumente o espaço entre uma e outra refeição, tornando-se, por isso, um dos fatores-chaves de sustentação desta estratégia.

Os dados do leste da África mostram que os fabricantes de instrumentos de há dois milhões de anos consumiam carne de um grande número de espécies de animais maiores do que os predados pelos primatas vivos atualmente. É importante notar que entre os caçadores-coletores humanos recentes, assim como nas tribos indígenas baseadas na agricultura e caça, a existência de uma divisão de trabalho parece claramente relacionada ao fato das mulheres terem a responsabilidade do cuidado das crianças, além de serem as gestantes da espécie, o que limita sua possibilidade de deslocamento e participação nas atividades de caça.

O pré-historiador G. Isaac, que propôs este modelo evolucionário, visualizou a partilha de alimentos como o comportamento central para um complexo novo de adaptações, que inclui como componentes críticos a caça e/ou aproveitamento de carcaças, coleta e transporte. A partilha de alimentos seria a plataforma central do modelo. Este sistema adaptativo só poderia funcionar com a ajuda de instrumentos. Sem a ajuda de um dispositivo de transporte

nossos ancestrais não poderiam ter transportado uma quantidade suficiente de alimento para ser partilhada na área de moradia. Uma cesta seria suficiente para esse fim. Segundo Richard Lee, um dispositivo de transporte foi a invenção básica que tornou a evolução humana possível.



O trabalho surgiu antes da utilização dos instrumentos, fabricados ou não

Quanto aos instrumentos de pedra, é interessante registrar que nossos ancestrais provavelmente eram capazes de quebrar o corpo de um animal pequeno com as mãos e os dentes, como fazem os chimpanzés. Porém, é difícil imaginá-los comendo a carne de um elefante, de um hipopótamo ou de algum outro mamífero sem a ajuda de um instrumento de corte. Os dados arqueológicos indicam que esses homínidos do leste da África não apenas sabiam como produzir lascas de pedras através de percussão, mas também as achavam tão úteis que transportavam os materiais brutos necessários para fabricar os instrumentos de um lugar para outro. Assim, enquanto a existência de um dispositivo de transporte é hipotética no que diz respeito aos dados arqueológicos, o fato de que os instrumentos eram usados e transportados está bem estabelecido.

Para Marx os instrumentos são um meio para se realizar o trabalho, são um elemento do processo produtivo juntamente com a matéria sobre a qual se aplica o trabalho, e a atividade do homem, isto é, o próprio trabalho.

É Marx também quem diz que "...o meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas, que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas, de acordo com o fim que tem em mira... O processo de trabalho, ao atingir certo nível de desenvolvimento, exige meios de trabalho já elaborados".

Analisando todos os elementos até aqui descritos juntamente com os conceitos marxistas, consideramos que a gênese do trabalho deve ser buscada antes mesmo da utilização e fabricação dos instrumentos de pedra. Do nosso ponto de vista, os instrumentos surgiram como resultado de um processo social que já vinha se dando, e que criou as condições necessárias para que os ancestrais do homem moderno dessem este grande salto no seu desenvolvimento, e não o contrário, como pensam alguns pré-historiadores.

Assim como não podemos pensar nos instrumentos como um recurso individual, consideramos que sem eles seria difícil a coleta de alimentos suficientes para suprir as

necessidades que não fossem só as do próprio indivíduo coletor ou de sua prole.

Esta hipótese se baseia também no conhecimento de que os nossos ancestrais já eram animais sociais, assim como são em sua maioria os primatas, bem antes de qualquer utilização de instrumentos, fabricados ou não. É importante registrar que o alto grau de sociabilidade deve ter sido a raiz não só desta, mas também de outras importantes adaptações que conduziram a nossa espécie a ter as características que possui hoje. Esta sociabilidade que deve ter surgido como uma estratégia eficiente para um animal não muito forte, lento, sem elementos naturais de defesa como garras, chifres, etc, pudesse sobreviver, foi a cada dia se tornando mais indispensável, assim que outras adaptações iam se concretizando. Por exemplo, o andar erecto impôs um limite a abertura pélvica feminina, que por sua vez impôs um limite para o período gestacional. Isto levou a que um bebê humano nascesse com apenas 25% do tamanho do cérebro adulto e com todas as debilidades físicas e motoras advindas desse fato, necessitando de cuidados especiais, difíceis de serem realizados apenas pela mãe.

Desde quando verificamos a existência dos primeiros elementos do processo produtivo na nossa pré-história, verificamos também que as forças produtivas não pararam de se desenvolver. Quais os fatores ecológicos e comportamentais que tem motivado os homens a prosseguir incessantemente nesta busca de um maior aperfeiçoamento dos instrumentos e do próprio processo produtivo como um todo?

**Quanto mais acúmulo
de alimento
maior o tempo de
convívio
e atividade social**



Esta não é uma questão simples de ser respondida, pois envolve a análise de vários fatores que vai desde o mais simples, que é a tentativa de matar a fome de milhões de homens espalhados pelo mundo, até a possível existência de uma curiosidade inerente ao ser humano, entre outros fatores.

Um fator importante e pouco considerado até hoje nos estudos conhecidos, é o de que quanto mais alimento se tiver acumulado maior será o tempo para o convívio social. Isto parece ter sido muito importante, pois foi a partir desta convivência que foi possível tanto o próprio aprimoramento dos instrumentos, como o desenvolvimento da cultura, surgimento e desenvolvimento da linguagem, etc.

Assim como o trabalho é fruto do desenvolvimento da sociabilidade, a sua existência proporciona mais tempo e oportunidade para o desenvolvimento de vários atributos que levam, inclusive, ao desenvolvimento de novas formas de trabalho e assim por diante.

Posteriormente, este mesmo processo foi o que motivou, de forma contraditória, a busca de excedentes cada vez maiores que resultaram na acumulação, nas condições para o surgimento da propriedade privada, do sentimento de avariza e da própria exploração do homem pelo homem. Este princípio é válido, inclusive, no socialismo, onde se procura desenvolver tecnologia visando a diminuição da jornada de trabalho para permitir ao trabalhador acesso a cultura, lazer, etc, ou seja, para ampliar seu grau de sociabilidade.

Esta é uma hipótese que ainda precisa ser pesquisada com maior profundidade, assim como vários dos aspectos aqui levantados que carecem ainda de dados conclusivos advindos de estudos interdisciplinares que ainda estão em curso. Mesmo assim, é importante colocá-la em pauta, para tentar estabelecer parâmetros mais completos baseados em análise dialética sobre o nosso passado. Só de posse do método dialético é possível reunir os diversos dados existentes numa análise única e completa acerca dos vários aspectos envolvidos na organização social humana e em suas origens. ■

ILKA BICHARA - Prof. da Universidade Federal de Sergipe (UFSE) e doutoranda em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP).

Agradeço a colaboração de Madalena Peixoto e Marcos Ribeiro da Costa.

NOTAS

- 1- Marx, Karl O Capital, Livro I, Vol. I, p. 49-50, Editora DIFEL
- 2- Leakey, Richard. A Evolução da Humanidade, p. 92, Editora Melhoramentos
- 3- Idem

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ENGELS, F. - Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem - *Obras Escolhidas*, Vol. I, Ed. Alfa-Omega
- ISAAC, G. - O Comportamento de Partilha de Alimentos dos Hominídeos Protohumanos, in *Scientific American*, 1973, 238, (90-108)
- LEAKEY, R. - *A Evolução da Humanidade*, São Paulo, 1982, Ed. Melhoramentos
- MARX, K. - *O Capital*, Livro I, Vol. I, Ed. DIFEL
- PARKER, S. T. - *A social-technological model for the evolution of language*. *Current Anthropology*, 26 (5), 617-639.
- POTTS, R. - *Home bases and early hominids*, *American Scientist*, 1984, 72 (4), 338-347.
- PARIAS, L. (Org.) - *Historia General del Trabajo*, Barcelona, 1965, Ed. Grijalbo.
- MARX, K. e Engels, F. - *A Ideologia Alemã*, São Paulo, 1984, Ed. Hucitec.

NOVIDADES NA EXPLORAÇÃO DENTRO DAS FÁBRICAS

ALTAMIRO BORGES

A exploração se moderniza. Envolve os operários, extrai seus conhecimentos, transforma-os em fiscais de si mesmos. Com aparência de humanizar as relações de trabalho, multiplica a produtividade e o domínio sobre os trabalhadores.

É só ler as revistas especializadas em negócios empresariais ou conversar com os trabalhadores das indústrias de ponta da economia brasileira para se perceber que hoje estão ocorrendo importantes mudanças nos métodos de organização do trabalho. Just-in-time, CCQ, Kanban, administração-participativa e outros termos já fazem parte do vocabulário de milhares de operários, preocupados com as conseqüências dessas inovações no interior das fábricas.

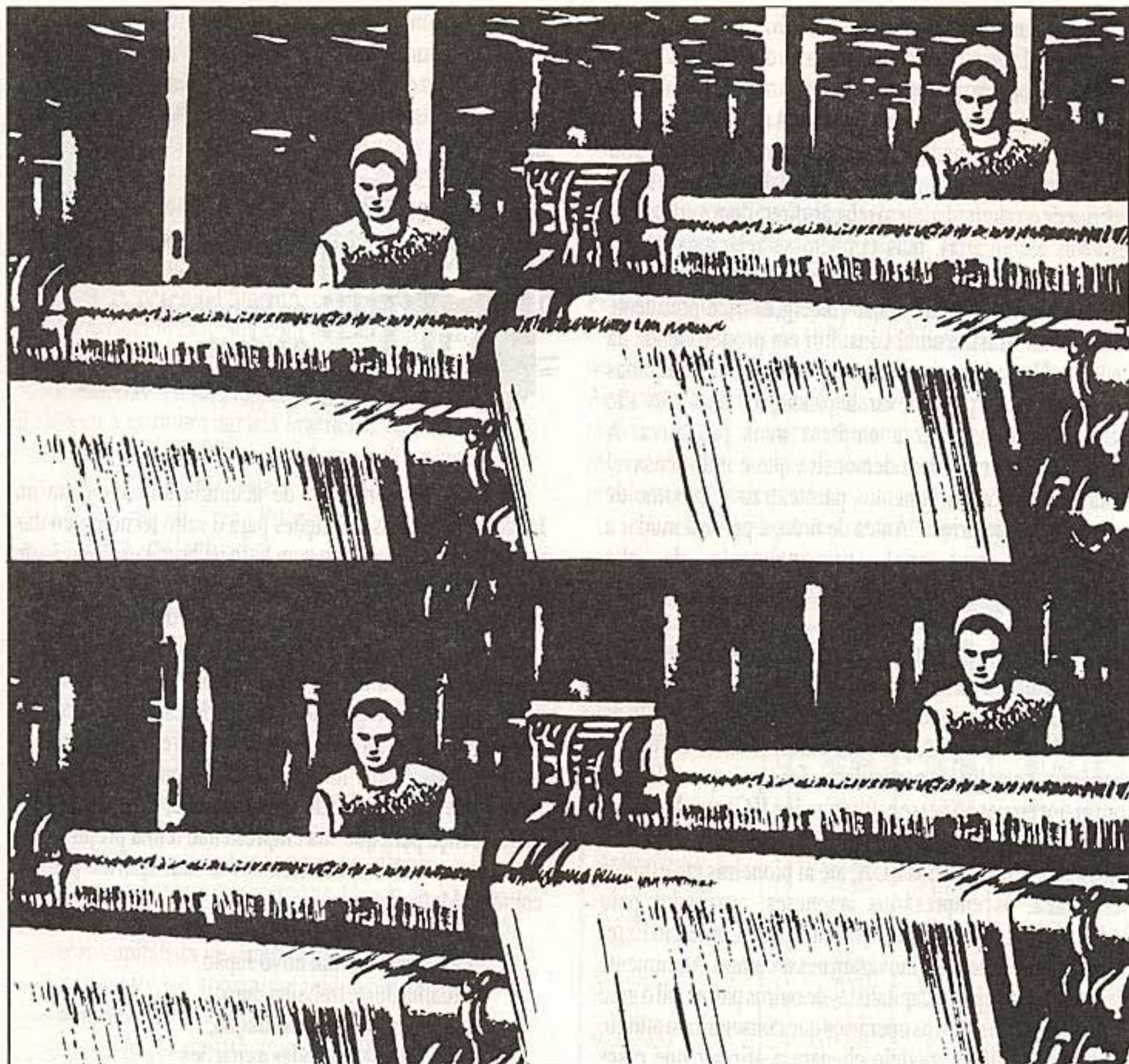
Do próprio governo federal, tão ansioso por "inserir o Brasil no time das nações capitalistas do 1º mundo", várias iniciativas têm sido tomadas para intensificar ao máximo esse processo. No final do ano passado, por exemplo, foi divulgado o "Plano Brasileiro de Qualidade e Produtividade". Elaborado por técnicos do Ministério da Economia e representantes das maiores corporações industriais do país, o projeto fala em "modernização dos métodos de gestão empresarial" e em "treinamento dos recursos humanos e aperfeiçoamento tecnológico".

No Brasil, como país dependente, os empresários ou não dispõem de recursos financeiros necessários ou temem comprar máquinas-ferramentas de tecnologia mais avançada - prevendo as reações negativas ou seu uso indevido. Daí porque, para preparar o terreno, eles preferem investir primeiro em novas formas de organização do trabalho, contratando os serviços das inúmeras agências de consultoria em produtividade já existentes no país.

A frenética busca de novas técnicas de dominação no interior das empresas, no Brasil e no mundo, não é recente. Ela acompanha o próprio desenvolvimento do sistema capitalista desde sua gênese. O atual "boom", entretanto, tem causas particulares. Para os empresários que atuam no Brasil existem pelo menos duas motivações básicas. A primeira é que, observando o ritmo de produção dos países imperialistas - em especial do Japão, a atual "menina-dos-olhos" dos capitalistas -, o patronato avalia que ainda há um grande potencial de aumento da produtividade. As novas técnicas seriam necessárias para sugar ao máximo o suor dos assalariados brasileiros!

Segundo estudo recente do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial), órgão vinculado ao governo federal, anualmente a indústria brasileira desperdiça algo em torno de 40 bilhões de dólares (cerca de 11% do Produto Interno Bruto) em decorrência do baixo nível de produtividade e dos elevados custos de produção.

A mesma pesquisa indica que o índice de rejeição dos produtos fabricados no Brasil é bastante superior à média mundial. De cada um milhão de peças fabricadas na indústria, cerca de 25 mil são defeituosas. Já na Europa e nos Estados Unidos a média de rejeição é de 200 para cada milhão de peças produzidas. O tempo médio de entrega do produto ao cliente - outro indicador importante para medir a eficiência da empresa - é de 35 dias no Brasil e de dois a quatro dias nos



países citados. Já o grau de utilização dos recursos produtivos (máquinas, instalações e mão-de-obra) é de 70% no Brasil e de 97% na Europa e nos EUA.

A crise restringe o mercado e acirra a disputa entre as diversas empresas



É com base nesses números que os empresários brasileiros vislumbram, com brilho nos olhos, as possibilidades de intensificar o ritmo de produção - e, conseqüentemente, de aumentar os seus lucros. Nas suas contas não são incluídos os baixos salários, a jornada estafante de trabalho, a hora-extra compulsória e as péssimas condições de vida e trabalho - para não falar na própria existência de um sistema baseado na exploração e opressão dos homens.

O outro motivo é a própria crise crônica do capitalismo mundial. Para competir num mercado estrangulado os empresários sabem que é necessário intensificar e diversificar a produção, procurando atrair a atenção da pequena parcela de consumidores existente no mundo. Segundo pesquisa do Banco Mundial, cerca de 20% dos aproximadamente 6 bilhões de habitantes da Terra fazem parte do mercado capitalista. Isso exige maior flexibilidade na produção e maior capacidade competitiva, o que requer operários mais dóceis e aptos a contribuir com o patronato.

A própria "abertura dos portos", promovida pelo governo Collor de Mello, empurra os empresários na busca de métodos mais eficazes de produção. Do contrário, eles sucumbiriam diante da concorrência. Isto porque o nível de produtividade das empresas dos países industrializados, que agora terão maior acesso ao mercado brasileiro, é bem superior ao das próprias indústrias estrangeiras que operam no Brasil. Isso faz com que várias mercadorias importadas sejam mais baratas, com melhores condições de concorrer com os produtos fabricados no país.

De acordo com pesquisa realizada pela Price Waterhouse Consultores de Empresas, com base em dados de 1989, a produção por operário nas 500 maiores indústrias brasileiras equivale a 82 mil dólares. Já nos EUA ela é de 172 mil dólares e a média de produção por operário nas 500 maiores empresas do mundo é de 173 mil dólares. Esse nível superior de produtividade tem relação direta com a utilização de novas tecnologias, mas também se relaciona com a generalização dos novos métodos de organização do trabalho.

Conforme explica Gunnar Vikberg, ex-vice-presidente da Xerox no Brasil e atual consultor em produtividade da Andersen Consulting, os investimentos em novas máquinas são importantes para elevar a produção, mas não são suficientes para tornar a empresa mais produtiva. A experiência internacional demonstra que é indispensável adotar novos comportamentos para extrair o máximo de trabalho dos operários. "Antes de tudo, é preciso mudar a mentalidade empresarial, principalmente da alta administração", aconselha o especialista aos patrões brasileiros.

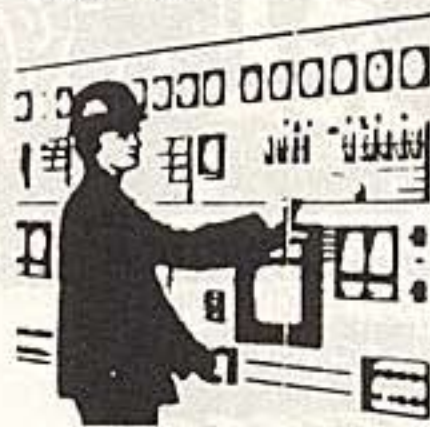
Já do ponto de vista dos chamados países capitalistas desenvolvidos, a corrida em busca dessas novas técnicas de dominação no interior das empresas é mais antiga. Data da década de 50. O Japão, por suas características culturais, econômicas e políticas particulares, foi o país que se lançou com maior empenho nesse esforço após a II Guerra Mundial.

Ofuscando o brilho das escolas de organização do trabalho da Europa e dos EUA, até aí pioneiras em estudos nessa área, os empresários japoneses, auxiliados pelo poderoso Miti (Ministério da Indústria e do Comércio Exterior), foram os que mais inovaram nesse campo. Atualmente eles causam inveja aos capitalistas de outros países, tal o grau de manipulação sobre os operários que conseguiram atingir. Admiradores desse modelo chegam a afirmar que esses novos métodos de organização do trabalho são a principal causa do "milagre japonês", que hoje é o recordista em produtividade no mundo.

Os ideólogos dessas novas técnicas só não explicam como as empresas japonesas atingiram esse patamar. Para impor um ritmo alucinante de trabalho, em primeiro lugar as classes dominantes calaram na marra a resistência operária. Entre 46 e 48 houve uma violenta repressão policial para "evitar o perigo comunista". Ainda sob a intervenção do governo dos EUA, logo após a II Guerra, as greves foram rigorosamente proibidas pelo general Mac Arthur. Também ocorreram os famosos "expurgos vermelhos", quando milhares de operários conscientes foram banidos dos sindicatos, expulsos das fábricas, presos e assassinados.

Para domesticar os trabalhadores, enfraquecendo suas lutas, o governo e as empresas japonesas também impuseram o plurisindicalismo. Proibiram os sindicatos por ramos de produção, tão fortes antes da guerra, e estimularam os sindicatos por empresa. Os grandes trustes econômicos, os "Zaibastus", criaram inclusive o "segundo sindicato", por local de trabalho, ou "Goyokiumiai", totalmente manipulado pelas chefias. Atualmente existem mais de 78 mil sindicatos

no Japão, numa organização totalmente fragmentada e frágil. A maioria dessas entidades faz parte da própria hierarquia das empresas, contribuindo para aperfeiçoar os novos métodos de organização do trabalho dos capitalistas japoneses.



Novos métodos para domesticar os trabalhadores e sufocar entidades sindicais

O intenso processo de acumulação capitalista no Japão, que criou as condições para o salto tecnológico das últimas décadas, ocorreu com base na brutal exploração de uma classe operária desorganizada e castrada. Aproveitando-se dessa desorganização - e também de outros fatores culturais e históricos marcantes -, o patronato encontrou terreno fértil para desenvolver inúmeros mecanismos de manipulação ideológica dos trabalhadores. Essas técnicas é que provocam tanta admiração dos empresários em todo o mundo. Eles ficam impressionados com a disciplina e humildade do trabalhador japonês que, quando doente, pede licença para que sua empresa não tenha prejuízo, faz horas-extras gratuitas e canta hinos de saudação aos patrões, como na Matsushita:

"Para construir um novo Japão,
Trabalha duro, trabalha duro;
Aumentamos nossa produção,
Vamos enviá-la a todas as nações
Sem trégua, sem repouso;
Como um geysir,
Jorra a nossa indústria;
Sinceridade e harmonia:
é isso a Matsushita Eletric".

O sucesso desses novos métodos de organização do trabalho foi reconhecido e enaltecido pelos empresários das outras potências capitalistas a partir do final da década de 60. As várias escolas existentes na Europa e nos EUA, como a da psicologia industrial, recursos humanos ou a sócio-técnica, passaram a receber maiores recursos financeiros para pesquisar a realidade do mundo do trabalho e propor alterações na busca da elevação do nível de produtividade. A "ameaça japonesa" estimulou a generalização das novas técnicas de dominação no interior das empresas.

As velhas práticas tayloristas, que analisaremos em outro capítulo, também passaram a ser mais questionadas pelos trabalhadores. A exigência de melhores condições de trabalho e de relações mais democráticas no interior das empresas forçaram a procura de novos métodos de manipulação dos operários. Estudos feitos nos EUA no

início da década de 70, por exemplo, constataram grande insatisfação dos trabalhadores.

Segundo relatório de um Força-Tarefa Especial, criada pelo governo dos Estados Unidos, a produtividade das indústrias nesse país estava em plena queda no início dessa década. Tinham aumentado o índice de absenteísmo, a taxa de mobilidade no trabalho (o turn-over), as paralisações violentas e a sabotagem nas empresas. “Os produtos são de má qualidade e há relutância por parte dos trabalhadores em se empenharem em suas tarefas”, afirmava o relatório.

Artigo na revista *Fortune*, em 1970, informava que a taxa de absenteísmo dobrara na General Motors e na Ford “nos últimos dez anos”. As faltas no trabalho atingiam seu pico nas segundas e sextas-feiras, alcançando 10% dos horistas. Os atrasos no serviço também haviam crescido, “o que dificulta o início do trabalho nas linhas de montagem. O clima de tensão é maior nas fábricas, com reclamações e brigas constantes”. Essa mesma situação foi observada em vários outros países capitalistas, principalmente durante as generalizadas revoltas na Europa em 1968.

O “just-in-time”
envolve
operários, gerentes
e até
os fornecedores



As novas técnicas de organização do trabalho começaram a ser implantadas no Brasil, ainda de maneira tímida, em meados da década de 70. Uma das primeiras a ser introduzida no país foi o “just-in-time”, ou trabalho no “tempo certo”. Esse método foi elaborado originalmente nos EUA no começo do século, por iniciativa do magnata dos automóveis Henry Ford. O projeto, entretanto, não saiu do papel.

Só no Japão destruído pela II Guerra Mundial é que o “just-in-time” encontrou condições para ser aplicado pela primeira vez. O ex-gerente da indústria Toyota, Taiichi Ohno, foi o responsável pela sistematização das antigas idéias de Henry Ford e por sua viabilização na fábrica de veículos japonesa.

Posteriormente as idéias de Ohno se dissiparam em quase todas as empresas do país. Tanto que ele é considerado um dos principais “heróis” do chamado “milagre japonês”. Na década de 50, as indústrias de automóveis dos EUA tinham uma produtividade oito vezes superior as do Japão. Em menos de 20 anos, ocorreu a inversão no ranking mundial. O sistema “just-in-time” envolve a produção como um todo - trabalhadores, gerência e até clientes e fornecedores. Sua filosofia é “produzir o necessário, na quantidade necessária e no momento necessário”, o que é próprio para um período de crise mundial do capitalismo, onde a disputa

pelo mercado exige uma produção diversificada e ágil.

Para atingir esses objetivos, esse sistema remodela o desenho das fábricas, encurtando os espaços de circulação das peças. Ele também reduz o tempo de troca de ferramentas, aproximando as seções chaves, e subordina a produção à demanda do mercado. Cabe ao departamento de vendas da empresa o papel detonador do processo produtivo, que só fabrica o que estiver encomendado. Todo esse processo diminui o desperdício de tempo de produção, obrigando os trabalhadores a realizarem várias operações sempre dentro dos prazos fixados pelo setor de vendas. Há também a diminuição de estoques, o que representa uma redução do capital de giro na fabricação.

O “just-in-time” possibilitou generalizar uma proposta há muito defendida por várias escolas européias e americanas de organização do trabalho: a da constituição das “ilhas de produção” ou *group technology* (grupos de tecnologia). Ao invés da linha de montagem, que foi fundamental num período do desenvolvimento do capitalismo para controlar o trabalho, as “ilhas de produção” que facilitam a operação em equipamentos mais avançados. Essa técnica possibilita uma maior intensificação do ritmo de trabalho, já que reduz o chamado “tempo ocioso” ou porosidade que são os períodos de tempo em que o operário aguarda o término de uma operação na linha de montagem.

Além disso, as “ilhas de produção” dão maior mobilidade à mão-de-obra, que desta forma pode ser deslocada através de vários processos fabris de acordo com a conveniência da empresa num dado momento. O “just-in-time” também estimula a polivalência na produção, o que não significa o fim do trabalho rotineiro e embrutecedor. Ao contrário. A polivalência se dá com base em operações simples sem qualquer exigência de especialização no serviço. Por último, o sistema de “ilha de produção” gera maior concorrência entre os próprios trabalhadores, forçando a que eles próprios se fiscalizem e controlem.

O “just-in-time” começou a ser implantado nos EUA no final da década de 60. Já no Brasil, a primeira empresa a utilizá-lo foi a Toyota, localizada em São Bernardo do Campo, em 1976. Atualmente, segundo a consultoria Coopers & Lybrand, calcula-se que cerca de 700 empresas brasileiras já adotem esse método de organização do trabalho. E a tendência é a do aumento vertiginoso de sua aplicação. “Agora os empresários brasileiros são obrigados a eliminar desperdícios e otimizar a produção para enfrentar a concorrência das empresas estrangeiras”, justifica o engenheiro Victor Báez, diretor da Coopers, para “vender o seu peixe”.

O próprio baixo custo da implantação do “just-in-time” é outro motivo para que esse sistema se torne cada vez mais comum no país. De acordo com cálculos da mesma agência de consultoria, as empresas conseguem, em média, um retorno de quatro a oito vezes o valor investido no sistema já no primeiro ano de sua implantação.

Uma reportagem publicada recentemente na *F. de São Paulo* mostra as lucrativas vantagens do “just-in-time” para

o bolso dos empresários. Ela cita como exemplo motivador a Vison, uma pequena indústria de lingerie no bairro paulistano de São Mateus. Antes de implantar esse sistema, a firma demorava cerca de 28 dias para fabricar seus produtos. Hoje ela produz a mesma mercadoria no máximo em dois dias. A fábrica foi subdividida em seis "ilhas de produção", cada uma responsável pela confecção de oito a dez produtos diferentes - numa espécie de minifábrica. Antes cada costureira realizava uma única operação. Hoje ela executa de três a quatro tarefas diferentes e simplificadas. Cada funcionário é inspetor de qualidade do seu próprio trabalho.

**Ilhas de produção
fazem de
cada operário
inspetor
do seu trabalho**



A produção também passou a ser determinada pela demanda do mercado. Ao invés de tentar vender o que produz, a Vison só fabrica o que já está previamente encomendado. Com isso, a empresa reduziu os estoques de produtos fabricados - de dois meses para apenas 15 dias. O custo da produção (mão-de-obra, matéria-prima e outras despesas de fabricação), que em 89 engolia 34,8% da receita da empresa, no ano passado caiu para 26,1% graças a implantação do "just-in-time".

Outra técnica moderna de organização do trabalho é o chamado CCQ - Círculo de Controle de Qualidade. A exemplo do "just-in-time", esse programa também foi criado originalmente nos Estados Unidos, mas não encontrou terreno para ser aplicado nas empresas desse país. Foram dois cientistas norte-americanos, Edward Deming e Joseph Juran, convidados pelo governo japonês para auxiliarem na reconstrução industrial no pós-guerra, os responsáveis pelo desenvolvimento dessa técnica no Japão. O primeiro registro de funcionamento de um CCQ nesse país data de 1962.

Segundo o administrador e consultor de empresas Claudius D' Artagnan Barros, um dos principais divulgadores desse programa no Brasil, vários fatores explicam a facilidade de implantação do CCQ no Japão. Alguns dos mencionados são bastante elucidativos. Ele cita a "cultura fortemente disciplinada" do povo japonês; a difícil situação econômica no pós-guerra; a ausência de sindicatos classistas; e a força da ideologia dominante, que faz com que os trabalhadores "coloquem como coisa mais importante a empresa, de onde tiram o seu sustento, e depois a família".

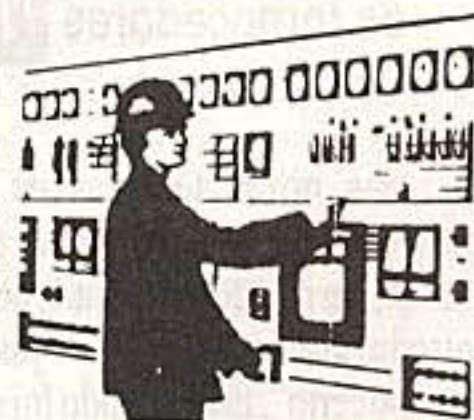
O programa CCQ é bastante simples. Ele consiste na formação de pequenos grupos de trabalhadores - de 6 a 12 funcionários -, que se reúnem periodicamente para propor medidas de melhoria da produção. Essa estrutura caminha paralelamente à hierarquia da empresa. Os "circulistas"

continuam subordinados às chefias, suas sugestões têm caráter indicativo e não há mudanças do sistema de trabalho - diferentemente das "ilhas de produção". Se as propostas formuladas pelos também chamados "times" forem aceitas pela direção patronal, o circulista recebe prêmios em dinheiro ou recompensas simbólicas - como um almoço com a diretoria da empresa ou a foto publicada no jornal interno da firma.

Todos os manuais de CCQs, que raramente são divulgados aos trabalhadores, são enfáticos ao reafirmarem o poder da hierarquia (termo de origem grega e eclesial que significa: arckia - comando; e hieróis - sagrado). Como aconselha Beardsley, um dos expoentes teóricos desse programa, "é preciso dizer logo de início que continuaremos a gerenciar as nossas empresas após a implantação dos Círculos de Qualidade. Na verdade, *será muito mais fácil administrar o nosso pessoal ... Não se está simplesmente entregando a administração da empresa a eles (os trabalhadores)*".

Apesar da "simplicidade" desse programa, do ponto de vista do patronato os CCQs representam um grande achado. Através de técnicas refinadas de envolvimento, esse sistema possibilita absorver os conhecimentos acumulados por aqueles que são responsáveis diretos pela produção. Desde o nascimento do capitalismo que a burguesia observa que os operários tendem a reter certas informações - temendo o próprio desemprego.

**Os círculos geram
disputa
entre os próprios
assalariados
dentro da empresa**



O CCQ visa exatamente estimular a criatividade do trabalhador e liberar suas iniciativas, para que ele apresente as soluções necessárias à redução de custos e à elevação de produtividade. Além disso, os círculos acirram a concorrência entre os assalariados.

O próprio uso do termo "qualidade" é pura mistificação, já que o objetivo não é melhorar a mercadoria para o consumidor, mas sim a chamada qualidade de conformação - ou seja: como produzir com o mínimo custo e de acordo com as especificações e prazos da gerência. Hoje inclusive é público que as grandes empresas se utilizam da filosofia da "obsolescência planejada", o que significa que as mercadorias modernas são produzidas de tal forma que só duram o suficiente para expirar o prazo da garantia ou o vencimento da última prestação do consumidor.

Por todas essas vantagens, o CCQ é uma das técnicas com maior aceitação entre os empresários brasileiros. Isso também se deve tanto à sua operacionalidade, já que não exige nenhum investimento maior a princípio e nem altera a

...E O PROJETO DAS
NOVAS MÁQUINAS PARA
AUMENTAR A PRODUÇÃO?



estrutura formal da empresa, como à sua flexibilidade. O CCQ é facilmente aplicado em qualquer setor da economia. Além disso, o patronato brasileiro tem utilizado esse programa como um instrumento para envolver os trabalhadores e afastá-los do sindicato.

As primeiras indústrias a utilizarem esse programa no Brasil foram a Johnson & Johnson, em São José dos Campos, e a Volkswagen, em São Bernardo, em meados da década de 70. O gerente da primeira empresa, Oleg Greshner, é considerado o introdutor do CCQ no país. Há muita controvérsia sobre o número de firmas que já implantaram esse método de organização do trabalho - variando entre 500 e 2 mil empresas.

Mas não há dúvidas sobre os efeitos positivos desse programa na redução dos custos e no aumento da produtividade das indústrias brasileiras. Estudo feito pelo engenheiro de produção Mário Salerno, que pesquisou 18 empresas onde funcionam CCQs, demonstra como essa técnica é altamente lucrativa para os empresários. Das 1762 sugestões formuladas por esses círculos, 74% resultaram em redução dos custos de produção. Ele cita inclusive alguns casos em que as propostas de circunistas tiveram como consequência a demissão de companheiros!

O programa CCQ é um dos pontos altos de elaboração

da chamada "administração participativa", uma escola de organização do trabalho que tem longa história. Já na década de 30, empresários e "cientistas" dos EUA e da Europa propunham o uso de vários recursos para forjar um clima de harmonia no local de trabalho. É dessa fonte que surgem as correntes de "relações humanas", de "enriquecimento individual de tarefas" e outras, que nessa época ainda não foram bem sucedidas.

Durante o fascismo na Itália, grandes empresários também procuraram aproveitar a oportunidade para introduzir alguns modelos "participativos". Giovanni Agnelli, presidente da Fiat, fez todos os esforços para "higienizar" sua poderosa indústria, afastando o "perigo comunista". O *dopolavoro*, instituído na fábrica de automóveis, tinha como objetivo organizar as atividades recreativas e culturais dos operários nos seus tempos livres de modo a integrá-los por todos os meios ao mundo do trabalho. A idéia era impôr a imagem da empresa como "uma grande família", onde predominassem o consenso, o respeito a hierarquia e a paz social.

Quanto ao Kanban, citado no início desse artigo, esse é mais um sistema de informação para administrar o "just-in-time". Também oriundo do Japão, numa fase mais recente, o termo significa sinal. É que através de cartões ou outros instrumentos visuais, a empresa dá sua ordem de produção

- um sinal. Esse mecanismo ajuda a controlar de forma rigorosa o ritmo de trabalho, indicando o tempo de operação, o seu fluxograma (a seqüência de tarefas) e a qualidade padrão desejada no fabrico. Entre outras conseqüências, o Kanban faz com que o operário agregue funções de inspeção e supervisão - o que reduz o número de funcionários não envolvidos diretamente na produção.

Diante do exposto, sintetizamos algumas conclusões sobre essas técnicas de organização do trabalho, que tendem a se generalizar no Brasil:

1- Elas resultam num maior controle capitalista sobre os trabalhadores. Se antes, para impôr o regime de exploração, era necessária a disciplina férrea na fábrica, agora o empresariado se utiliza também de métodos mais requintados para manipular e envolver os explorados. O poder do patronato, que considera a empresa um local sagrado, não é alterado. Pelo contrário. Ele é reforçado, permeando toda a estrutura da empresa. Como afirma David Jenkins: "Ceder um pouco de poder aos trabalhadores pode ser um dos melhores meios para aumentar a sua sujeição, se isso lhes der a impressão de influir sobre as coisas". Esse é o objetivo maior dos métodos "participativos" ou das "ilhas de produção" - as novas "ratoeiras do capital".

**As inovações vão
no sentido
de aperfeiçoar os
métodos de
manipular operários**



Quanto a isso não pode haver ilusão ou a crença de que essas técnicas são neutras. Toda a história da organização capitalista do trabalho mostra que o patronato visa sempre basicamente dois intentos: o econômico, que é o do crescimento e da acumulação de capital; e o político, que é o de manter a submissão dos trabalhadores para garantir o primeiro objetivo. Há inúmeros estudos que inclusive comprovam que muitas vezes a burguesia sacrifica a "eficiência econômica" para conseguir desqualificar, desorganizar e envolver os trabalhadores, minimizando a possibilidade do surgimento de conflitos do interior das fábricas.

2- Elas geram mais concorrência entre os trabalhadores, incentivando a disputa por melhores índices de produtividade e absorvendo os conhecimentos retidos no contato diário com a máquina. Nesse rumo, elas inclusive transferem certas funções de supervisão e inspeção para os próprios operários, dividindo-os e criando um clima de vigilância permanente entre os companheiros de trabalho.

3- Na busca de maior produtividade e de menor custo de produção, essas técnicas também têm como conseqüência o aumento do desemprego e da desqualificação profissional do trabalhador. Sugestões dos CCQs, eliminação do tempo

dito ocioso (porosidade) e exercício de dupla função (operação e supervisão) são utilizados para justificar demissões. Quanto à "polivalência", necessária nas "ilhas de produção", estudos demonstram que as operações desenvolvidas são ainda mais padronizadas e repetitivas. A "polivalência", necessária ao "just-in-time", por exemplo, significa que o operário deve alimentar mais de um tipo de máquina e não que seja especializado em cada uma delas. Essa "polivalência" visa dar maior flexibilidade à mão-de-obra, possibilitando que ela esteja sempre ocupada produtivamente.

4- Esses e outros sistemas de organização do trabalho são um pré-requisito indispensável para que o patronato introduza - com menos risco e maiores resultados - máquinas de tecnologia mais avançada nas empresas. São meio caminho andado para o aumento da automação. Além de domesticarem os trabalhadores, sistemas como os das "ilhas de produção" redesenham as fábricas, facilitando a troca de maquinário antigo por robôs e máquinas ferramentas de controle numérico computadorizadas.

5- Por último, só para enfatizar, todas essas técnicas modernas visam aumentar a extração de mais-valia do trabalhador, gerando maiores lucros para os capitalistas. ■

ALTAMIRO BORGES - Jornalista, presidente do Centro de Estudos Sindicais (CES) e assessor do sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista - A Degradação do Trabalho no Século XX*. Zahar. RJ. 1980.
- PEREIRA, Duarte. *Um Perfil da Classe Operária - A Ditadura nas Fábricas*. Hucitec. SP. 1981.
- GORZ, André (org.). *Divisão Social do Trabalho e Modo de Produção Capitalista*. Escorpião. Porto (PO). 1976.
- FLEURY, Maria T.L. e Fischer, Rosa Maria. (org.). *Processo e Relações do Trabalho no Brasil*. Atlas. SP. 1985.
- BRUNO, Lúcia e Saccardo, Cleusa (org.). *Organização, Trabalho e Tecnologia*. Atlas. SP. 1986.
- TRAGTENBERG, Mauricio. *Administração, Poder e Ideologia*. Cortez. SP. 1989.
- TOLEDO, José Carlos de. *Qualidade Industrial*. Atlas. SP. 1987.
- BARROS, Claudius D'Artagnan. *Círculos de controle de Qualidade*. Nobel. SP. 1988.
- ORTSMAN, Oscar. *Mudar o Trabalho*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa (PO). 1978.
- NETO, Benedito Rodrigues de Moraes. *Marx, Taylor, Ford - As Forças Produtivas em Discussão*. Brasiliense. SP. 1989.
- RAGO, Luzia M. e Moreira, Eduardo F.P. *O que é Taylorismo*. Brasiliense. SP. 1984.
- TOLEDO, Flávio de. *O que são Recursos Humanos*. Brasiliense. SP.
- SATOSHI, Kamata. *Japão - A Outra Face do Milagre*. Brasiliense. SP. 1985.
- YOSHIMORI, Masaru. *As empresas Japonesas*. Martins Fontes. SP. 1989.
- RATTHÉ, Henrique. *Impactos Sociais da Automação - O caso do Japão*. Nobel. SP. 1988.

SAQUE E DESTRUIÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL

MARCOS KOWARICK

*Com fachada desenvolvimentista, cresce um modelo
marcado pela agressão à
ecologia, pela violência e desrespeito aos direitos
dos índios e trabalhadores:
Um pouco da história dos "grandes projetos"*

A Amazônia Legal, enquanto região geopolítica no Brasil, foi criada em janeiro de 1953, pela Lei 1803, junto com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVA).

Esta "Região Especial" abrange nada mais que 58,4% do Território Nacional. Inclui os estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Tocantins e quase 2/3 do Maranhão. Corresponde a uma superfície de quase 5.000.000 Km², algo como o 7º país do mundo em extensão. A Amazônia Legal brasileira compreende cerca de 77% da Amazônia Continental ou Internacional, que abrange, por sua vez, Suriname, a Guiana Francesa, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia, num total de 6,5 milhões de km².

Na verdade, a criação da Amazônia Legal e do SPVA, em 1953, correspondeu a uma regulamentação tardia do Artigo 199 da Constituição Federal de 1946, que criou o "Plano de Valorização da Amazônia". Isso se deu no governo do marechal Dutra, dentro de uma visão desenvolvimentista do Brasil, no clima mundial de "Guerra Fria" do pós-Guerra (1945), onde a máxima "do que não se entregar aos EUA, entregar-se-á a União Soviética" ganhava terreno nos altos escalões militares. Era já o Brasil integrado política e economicamente ao cerco do crescente "Bloco Socialista" após a derrota dos fascistas e nazistas na II Guerra Mundial.

Foi através destas medidas legais que se armou a primeira grande intervenção política e econômica na Amazônia, após o 2º Ciclo da Borracha (1942-1946) e que

durou até o golpe militar de 1964. Neste período se construiu a Belém-Brasília e a Cuiabá-Porto Velho, que ligaram a Amazônia ao Planalto Central e ao Centro Sul, verdadeiras veias abertas para a ocupação que se sucedeu com extrema violência durante os 21 anos de ditadura militar (1964-1985).

Novo ciclo iniciou-se com a ditadura do marechal Castelo Branco. Neste período teve início a instalação de enormes projetos mineradores, agropecuários, siderúrgicos, hidrelétricos e madeiros na Amazônia. Houve uma ocupação brutal da fronteira econômica, toda ela incentivada e orientada, de forma geral, por interesses antinacionais, concentradores de riquezas e de terras, de fundo antidemocrático e impopular. Tudo isso não poderia deixar de ser também antiecológico, ocasionando a destruição das culturas e das próprias nações indígenas. Os financiamentos externos, como os do Banco Mundial, foram determinantes para que isto ocorresse.

Estes fatos, quando tornados públicos, levantaram, no país e no mundo, a preocupação com os destinos da floresta, dos minérios, dos índios, dos castanheiros, agricultores, etc. Preocupações nem sempre sinceras, muitas vezes sensacionalistas, acobertadas por pseudo-ecologismo, a fim de disfarçar interesses econômicos e políticos colonialistas de poderosas multinacionais ou dos banqueiros do Banco Mundial, de capitais japoneses e do FMI.

O Brasil destaca-se, entre os países do mundo, pela sua enorme potencialidade em minérios, matéria-prima básica para o desenvolvimento industrial. Dados abaixo

dão uma dimensão da posição do Brasil em relação ao mundo (1988).

Minério de ferro - primeiro produtor e exportador do mundo ocidental. 5ª reserva mundial.

Nióbio - primeiro produtor e exportador do mundo ocidental. 1ª reserva mundial.

Quartzo - primeiro produtor mundial. 1ª reserva mundial.

Estanho - segundo produtor e exportador mundial. 4ª reserva mundial.

Manganês - terceiro produtor mundial. 5ª reserva mundial.

Tantalita - terceiro produtor mundial.

Alumínio - sétimo produtor e quarto exportador do mundo ocidental, além de terceiro produtor mundial de bauxita e importante exportador. 3ª reserva mundial.

Lítio e Vermiculita - 3ª reserva mundial.

Barita - 2ª reserva mundial.

Magnesita - 4ª reserva mundial.

Níquel - 5ª reserva mundial.

Aço - 5º produtor do mundo ocidental. 7º produtor mundial.

Ouro - 5º produtor do mundo ocidental.

Ferro-ligas - participação importante e crescente na produção mundial.

A partir destes dados podemos destacar a participação da Amazônia nas reservas e na produção mineral brasileira. É preciso salientar que o potencial mineral da Amazônia ainda é pouco conhecido dada a vastidão de seu território, às dificuldades de acesso e o investimento ainda reduzido em pesquisas realizadas pelo governo. Hoje seu potencial é mais conhecido na Amazônia Oriental (Projeto Grande Carajás).

A região abriga um tesouro incalculável de minérios estratégicos



Apesar disso, podemos dizer que na Amazônia temos:
Minérios de ferro - Carajás-PA - A maior reserva de minério alto teor 66% do mundo. Representa 35,7% das reservas nacionais.

Alumínio - as reservas já estudadas chegam a mais de 15% das reservas mundiais. Representa cerca de 100% das reservas nacionais.

Manganês - as reservas do Pará e do Amapá representam 28% das reservas nacionais. A jazida do Azul (Carajás-PA) é a segunda maior reserva do Brasil.

Cobre - as ocorrências até agora dimensionadas representam 83% das reservas brasileiras. O Brasil é dependente deste minério. É um dos maiores compradores

do concentrado de cobre. Importa quase metade do que necessita. As ocorrências em Carajás-PA associam-se ao ouro, prata e o molibdênio.

Níquel - representa 40% das reservas brasileiras.

Isso além de destacadas ocorrências minerais fundamentais para a economia e soberania nacional, como o ouro, o estanho, o zinco, o tungstênio, cromo, calcário, quartzo, etc. Minerais como o tungstênio e o quartzo têm papel decisivo na indústria e tecnologia "de ponta" dos computadores.

Oficialmente sabe-se que 19% do território nacional está reservado para as mineradoras. São 1.624.555 km² equivalente a 2 vezes à região Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro) ou à soma das superfícies da Alemanha, França, Inglaterra, Espanha e Portugal. Deste "bolo" os grupos econômicos detêm 65% ou 11.053.402 km² das áreas reservadas, que por sua vez é dividida da seguinte forma:

400.292 km² - grupos estrangeiros (24,6% das áreas reservadas);

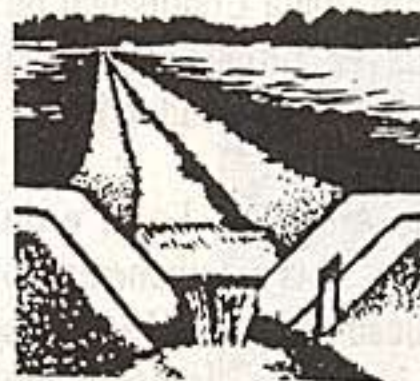
368.690 km² - grupos privados nacionais (22,5% das áreas reservadas);

239.419 km² - grupos estatais (17,6% das áreas reservadas).

Só os estrangeiros têm uma área bem superior à superfície dos estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo somados. Destacamos o caso da multinacional British Petroleum (BP), a maior empresa do Reino Unido, que detinha, até 14.10.86, 192.958 km² sob seu domínio, área tão grande quanto a Inglaterra.

A BP, associada à Brascan, detém o controle sobre 4.641 áreas, através de várias empresas com nomes indígenas, de Santos e Santas.

Seguem-se a Anglo American/Bozzano Simonsen, a Arbed/Broken Hill, etc. Dos grupos nacionais destacam-se a Paranapanema e o grupo Monteiro Aranha.



Os estrangeiros controlam superfície maior do que RS, SC, SP juntos

Na verdade, o capital estrangeiro detém muito mais porque ele também é acionista minoritário de "grupos privados nacionais" e também de grupos estatais. É o caso da Minas da Serra Geral S/A: a Companhia Vale do Rio Doce detém 51% das ações, enquanto que a empresa japonesa liderada pela Kawasaki Steel detém 49%. Ou ainda a Icomi (Grupo Caemi e a Bethelheim Steel Co.).

Na Amazônia Legal, a área reservada geral representa 25% (1/4) da sua superfície! Com destaque para o Amapá,

AMAZÔNIA LEGAL



com 57% do seu território reservado; Rondônia, com 57%; Pará, com 39%; e Roraima, com 35%. As áreas reservadas na Amazônia Legal representam 82% das áreas reservadas no Brasil! O que demonstra claramente a sua importância estratégica no setor mineral brasileiro e explica a corrida às minas na Amazônia, principalmente dos grandes grupos econômicos estrangeiros.

Exemplos não faltam. As jazidas de níquel são controladas pela multinacional Inco no Vale do Rio Xingu; as do manganês e do cromo são exploradas pela Icomi - Associação do grupo Azevedo Antunes com Bethelheim Steel Co., no Amapá. Semelhante é a situação da empresa japonesa Yurio Yoshidome com o ouro do Amapá, ou ainda no Vale dos Tapajós (PA), a exploração de ouro feita pela multinacional Best em associação com grupos nacionais. Das estrangeiras, citamos ainda Alcoa e Reynolds, detentoras das enormes reservas de Bauxita no Rio Trombetas.

A Amazônia Continental é responsável por 20% da disponibilidade mundial de água doce.

Dados da Eletrobrás estimaram o potencial hidrelétrico brasileiro em torno de 213 milhões de KW. Potencial este já bastante explorado nas regiões Sul/Sudeste

e pouco desenvolvido nas regiões Centro-Oeste e Norte. Hoje os grandes projetos hidrelétricos situam-se, em sua maioria, nas bacias dos rios Paraná, Uruguai e do São Francisco.

Desses 213 milhões de KW, pelo menos 40% situam-se nos Vales Amazônicos e do Araguaia-Tocantins, o equivalente a 86 milhões de KW.

O potencial hidrelétrico instalado em 1988 no Brasil era de cerca de 45 milhões de KW. Só através de 18 barragens no Araguaia e Tocantins se chegaria a mais de 20 milhões de KW até o ano 2.000. O aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Xingu, através de 5 usinas instaladas em Cararaô, Babaquara, Ipixuna, Kokraimoso, no próprio Rio Xingu, e uma no Rio Iriri, seu principal afluente, podem gerar 22 milhões de KW. O fato tem levado o governo e a Eletronorte a tentar viabilizar a qualquer custo estes projetos tecnocráticos. A exploração destas duas bacias (Araguaia-Tocantins e Xingu) poderá representar 100% de acréscimo na geração de energia no país.

Estes planos fazem parte do Projeto 2010 da Eletrobrás, que prevê a exportação de energia hidrelétrica do Norte para cobrir "déficits" do Sudeste e Nordeste,

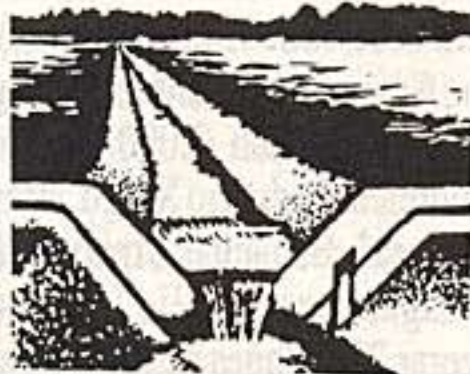
estimados respectivamente, em 24,5 e 5,9 milhões de KW. A Amazônia Legal consumiria apenas 16% do que seria produzido.

O Projeto 2010, criticado e rejeitado por técnicos progressistas e movimentos sociais sob os mais diversos aspectos, pretende construir nada mais nada menos que 79 hidrelétricas na Amazônia Legal. Predente assim, aproveitar o potencial de 86 milhões de KW, inundando a Amazônia.

Pelo Projeto 2010, serão construídas 7 barragens no Vale do Rio Negro, 13 no Vale do Rio Madeira, 7 no Vale do Rio Tapajós, 6 no Vale do Rio Xingu, 23 nos afluentes da margem esquerda do Baixo Amazonas, 5 na margem esquerda do estuário do Rio Amazonas e 18 no Vale dos Rios Araguaia e Tocantins. Isto ocasionará mudança brutal no regime das águas da Grande Amazônia e inundará dezenas de milhares de km² de terras e matas ainda desconhecidas. Inundará inúmeras reservas indígenas e minerais, enfim, alterará em muito toda região, com consequências sociais, econômicas e ecológicas imprevisíveis.

Balbina foi uma das hidrelétricas projetadas para a margem esquerda do Baixo Amazonas, precisamente no Rio Uatumã, no estado do Amazonas. Esta hidrelétrica serve de exemplo do que poderá ocorrer com outras hidrelétricas do Plano 2010 e exatamente do que não deve ser uma usina hidrelétrica na Amazônia. Em resumo, a Hidrelétrica de Balbina tomou mais de 311 km² de terras indígenas e criou inúmeros problemas para os índios Waimiri/Atroari e outras aldeias. Inundou uma enorme área de 2.360 km², de matas cujo potencial madeireiro não foi aproveitado, e está levando à morte (por desoxigenação) o lago e acidificando suas águas, com sérios prejuízos ecológicos à montante e à jusante do Rio Uatumã por pelo menos 10 anos, até que se decomponha toda a matéria orgânica submersa. Isto implicará ainda numa enorme corrosão das turbinas e equipamentos assim como impedirá o aproveitamento econômico deste imenso lago. Finalmente, a relação entre o custo da barragem e o potencial hidrelétrico criado é dos mais desvantajosos e dos mais caros do país. Não faltou, porém, quem protestasse contra esta aberração política, econômica e ecológica antes que ela acontecesse.

**40% do potencial
de energia
hidrelétrica do
Brasil
está na Amazônia**



Estes projetos, e as opções energéticas colocadas para a Amazônia como o carvão vegetal, estão ligados aos Projetos Mineró-Siderúrgicos que lá querem instalar-se na busca insaciável das multinacionais por energia barata e minério farto. É o caso da Hidrelétrica de Tucuruí e o

fornecimento de energia subsidiada à Alumar (MA) e ao Complexo Albrás/Alunor (PA).

Isto fica claro quando se compara o mapa das ocorrências minerais na Amazônia com a proposta de localização das hidrelétricas. Tanta energia produzida nessas regiões longínquas e com tanta pressa pelo Projeto 2010 só se explica pela intenção de atender à formação de amplos complexos internacionais minero-siderúrgicos à beira dos rios amazônicos, visando a exportação. Isso implicará enormes impactos ambientais, econômicos e sociais, agravando a nossa dependência.

Outro capítulo da questão energética na Amazônia é a da privatização no setor. Já existe proposta por parte da multinacional Alumar (Alcoa/Shell e Alcan) em construir, para uso próprio e exclusivo, uma hidrelétrica de médio porte no Rio Tocantins. O local é a Serra Quebrada, a 15 km rio acima da cidade de Imperatriz. Recentemente, o então candidato a governador pelo PFL, Edson Lobão — hoje governador eleito — tratou da questão pessoalmente junto ao presidente Collor.

A privatização das Usinas Hidrelétricas, e ainda por multinacionais, é mais um grave atentado contra a soberania nacional, e seu uso privativo uma aberração colonialista! O Tocantins é propriedade de todo o povo brasileiro, assim como a energia e as riquezas que pode gerar. O domínio deste por enclaves internacionais abrirá precedente para iniciativas mais arrojadas em todo o Brasil e no Projeto 2010. É preciso que o movimento popular e democrático enfrente esta questão, pois se depender do Governo Collor, incentivos não faltarão, como no caso da energia de Tucuruí, mantida para a própria Alumar, e retirada dos demais projetos.

O ambiente ecológico é bastante diversificado na Amazônia Legal. As formações geológicas de diversas eras e períodos, influenciados pela ação do clima, resultaram na formação de solos e de vegetação bastante diferenciada.

Encontram-se solos de alta e baixa fertilidade, arenosos e argilosos, ácidos e alcalinos, rasos e profundos, alagados e em situação de extrema escassez de água. Correspondentemente encontram-se formações vegetais que variam de florestas densas, passando por manguesais e restingas, campos, babaçuais até cerrados e caatingas.

Predominam (mais de 60%) solos ácidos e de baixa fertilidade, que necessitam manejo tecnológico de médio a alto para sua correta utilização agropecuária. Ocorrem em baixa porcentagem, em não mais que 5% da região, os solos de alta fertilidade, em manchas ou nos aluviões ricos da Bacia Amazônica.

Analogamente, as florestas ocupam mais de 65% da região, com pelo menos 14 formações diferentes, onde variam a densidade, a altura e a ocorrência das espécies vegetais. Seguem-se os cerrados, campos cerrados e parques em cerca de 20% da região e, por fim, os babaçuais e formações pioneiras no restante.

A região Amazônica é, sem dúvida, o mais rico e denso potencial genético concentrado, tanto animal como vegetal, de que dispõe a humanidade.

Sua ocupação, no entanto, foi, e é, anacrônica. Foi definida pelos interesses econômicos e políticos dos monopólios e as contradições foram criadas pela exploração do povo e do meio ambiente. Tal ocupação teve origem nas margens das rodovias e dos grandes rios.

Deparam-se as nações indígenas, os seringueiros e castanheiros, a enorme massa de migrantes nordestinos, incentivada pelos governos militares, e ainda os remediados colonos gaúchos, com a ocupação violenta dos enormes latifúndios, incentivados e financiados generosamente pelos governos federal e estaduais, e que acabaram por dominar também a Amazônia.

O resultado das políticas pró-latifúndio destes governos pode ser traduzido pelos dados sobre concentração de terras no Pará e no Maranhão, estados de ocupação mais antiga na Amazônia. Infelizmente, não será diferente, na essência, a situação de Rondônia, Acre, Roraima, Mato Grosso e do Tocantins, e do que poderá vir a ocorrer no Amazonas.

No Pará, as terras com 1.000 a 20.000 ha ou mais, ocupam 26% da área de terras cadastradas no Incra (dado de 1988), representando cerca de 41 milhões de hectares. Por outro lado, as terras de até 100 ha, que representam 60% dos imóveis, ocupam apenas 8% das terras cadastradas, ou seja, 3 milhões e 670 mil hectares. Com isto os trabalhadores rurais sem terra chegam a mais de 400 mil.

Dos 122.753.000 ha da superfície terrestre paraense, 15% estão requisitados por instituições oficiais da seguinte forma: 6.909.107,9188 ha para as Forças Armadas como campos de provas e "uso especial" (5,54%); 2.873.000,00 ha para as possíveis Usinas Hidrelétricas — fora mais 23 projetadas e sem cálculo da área de inundação (2,23%); 810.948,87 ha — áreas reservadas pela CVRD (Cia Vale do Rio Doce) para mineração (0,65%); 550.000,00 ha — área de interesse econômico do estado do Pará (Gleba Ampulheta) (0,44%); 7.322.444,00 ha, como misto de reserva da Natureza e Reserva Indígena (5,87%) (dados do Idesp - Pará Agrário - Especial).

Já o livro *Quem Controla o Subsolo Brasileiro*, de Francisco Rego Chaves Fernandes, dá como reservado do subsolo paraense 39%, incluindo as áreas de mineração da CVRD. Esta situação nos indica com clareza a disputa feroz pelo subsolo e solo paraense, palco de graves conflitos.

No Maranhão, a situação não difere, é apenas mais acentuada. O latifúndio ocupa, através das áreas acima de 500 ha, quase 70% da área cadastrada, enquanto as áreas abaixo de 100 ha ocupam somente 8% das terras. As terras classificadas como latifúndio pelo Incra ocupam 87% da área cadastrada.

A Reserva Biológica do Gurupi está totalmente ocupada por latifundiários e grileiros. Tem até um grande projeto da Sudam de 90.000 hectares. Todas as reservas indígenas do estado apresentam conflitos agrários.

Os dados de conflitos pela posse da terra destacam por si a situação da Amazônia diante do restante do país. Em 1988, ocorreram na Amazônia Legal 247 conflitos

agrários, envolvendo 18,3 milhões de hectares e 128.503 pessoas, e resultaram em 63 assassinatos, entre sindicalistas, trabalhadores rurais, índios e pessoas que apoiavam os trabalhadores, como no caso do deputado estadual do PSB (PA) João Carlos Batista e ainda o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Chico Mendes.

Ocorreram centenas de agressões físicas, ameaças de morte, prisões arbitrárias, tentativas de assassinatos, sequestros e outros. Isto corresponde a 40% dos conflitos agrários do país. E quase 70% dos assassinatos são por conflitos, demonstrando a intensidade da luta.

É grande a violência do latifúndio, da famigerada UDR e dos grandes grupos econômicos que trucidaram milhares de líderes camponeses, seringueiros, índios, assalariados, sindicalistas e líderes populares como Gringo, padre Jósimo, Nonatinho, Zé Machado, o ex-deputado e dirigente do PCdoB Paulo Fonteles, Benezinho, Chico Mendes, João Canuto e seus filhos. Ameaçam tantos quantos se levantam contra a prepotência, a exploração, a violência, e lutam por liberdade e justiça. É a lei da selva capitalista.

A violência do latifúndio e dos monopólios não pára por aí, a sua voracidade pelo lucro fácil atinge em cheio o meio ambiente com verdadeiros desastres ecológicos. São milhares de hectares derrubados e queimados anualmente. Obriga ainda a que milhões de seres humanos, trabalhadores rurais considerados verdadeiros párias da sociedade, também não atentem para o problema do meio ambiente muito em função de sua ignorância e da desesperada luta pela sobrevivência diária a que estão submetidos.

A imensa floresta tão exuberante, complexa e rica quanto desconhecida, é tratada nos milhares de projetos dos governos estadual e federal e dos grandes grupos econômicos como matéria-prima para indústria madeireira, para o fabrico do carvão e até mesmo como sério entrave para constituição de pastagens, hidrelétricas e projetos de mineração.

Em geral são as fracas pastagens que vêm substituindo a floresta Amazônica. Os impactos sobre a floresta aumentaram dramaticamente após os anos 80, fruto das rodovias e infinidades de projetos. Só para a siderurgia do ferro-gusa estima-se a derrubada de 900 km² a 2.000 km² por ano de florestas tropicais.

Forte polêmica entre técnicos do INPE e o pesquisador e consultor do Banco Mundial-Phillip Fearnside, travada em 1988, quanto ao total já devastado da Amazônia, demonstra a gravidade da situação. O INPE calculou em 251.429 km², ou seja, apenas 5,1% da Amazônia Legal, e mais 92.546 km² de desmatamentos antigos no Maranhão e Pará. Já o pesquisador estimou em 600.000 km² a área total desmatada no final de 1987, ou seja, 12% da Amazônia Legal. A polêmica ficou na discussão se o desmatamento foi do tamanho de Minas Gerais (587.172 km²) ou se do tamanho do Maranhão (328.663 km²) ou ainda, duas vezes o tamanho do Ceará. Cientistas conceituados e antigos pesquisadores da Amazônia como Anthony B. Anderson tem preferido ficar com as estimativas de Fearnside por julgarem-nas mais corretas. O que não se

duvida é que os desmatamentos e queimadas continuam ocorrendo aceleradamente e que desastres ecológicos de maiores proporções são esperados.

É preciso ainda avaliar, e não se tem dados sobre isso, o assoreamento dos inúmeros igarapés e rios da Amazônia, causado pelo desmatamento e pela criminosa ação da garimpagem do ouro. Esta, além de destruir o leito dos rios, já lançou cerca de 250 toneladas de mercúrio só no Rio Tapajós. A destruição portanto, atinge todo o meio ambiente, vai desde a poluição dos rios, a destruição das matas, até a extinção de inúmeras espécies animais e vegetais, com graves resultados econômicos e sociais.

A estratificação social tem aumentado, é enorme a discrepância de renda. Os estados da Amazônia outrora auto-suficientes em alimentos básicos, passam a importar de outros estados arroz, milho, feijão, farinha, frutas, verduras, além dos produtos industrializados de amplo consumo. Por outro lado, passam a exportar carne, pimenta do reino, dendê, castanhas e os produtos do extrativismo florestal e mineral.

**O mais rico e denso
potencial
genético, animal
e vegetal
de todo o mundo**



As economias vão se moldando aos interesses de exportação dos grandes grupos econômicos e dos países ricos, instalam-se complexas indústrias siderúrgicas para exportação de alumínio, manganês, ferro-ligas, ferro-gusa, sem a preocupação com a diversificação do parque industrial interno, e um desenvolvimento industrial equilibrado. A lei é: exportar tudo que puder com o menor custo imediato possível e importar o máximo que puder. É a lógica do lucro-máximo para os monopólios.

A natureza deste processo de ordem sócio-econômica é fundamentalmente política. É angustiante ver como, já em fins do século XX, ainda persiste tamanha bestialidade, e como se multiplicam os crimes de lesa-humanidade. Como se recria, fruto desta desenfreada corrida em busca do lucro, apoiado nos governos estadual e nacional, cenas da miséria social do século passado como a violência da UDR e dos latifundiários, como o trabalho semi-escravo nas fazendas e nos garimpos, como o extermínio das Nações Indígenas, como a proliferação da lepra, da tuberculose, da esquistossomose, das verminoses matando milhares de crianças por ano. Situação acompanhada pela destruição ambiental, degradação da qualidade de vida da população, e pelo crescente analfabetismo nestas regiões.

Os caminhos que este tumultuado e sofrido processo de desenvolvimento econômico tem colocado para a

Amazônia e para o Brasil levam a um só lugar: a internacionalização da nossa economia. Ou seja, a uma crescente submissão da nação brasileira, dos seus recursos econômicos e naturais, aos interesses dos países imperialistas, das sete nações ricas do mundo. Submissão efetivada por extorsivas e ilegítimas dívidas externas, pelo comércio desigual, pela ingerência política nos assuntos internos, pelo direcionamento da nossa economia para exportação de produtos necessários aos países ricos, e finalmente pela força militar, pela repressão brutal direta e indireta ao povo brasileiro.

A estratégia da dominação do Brasil pelos monopólios internacionais é apoiada pelos monopólios Tupiniquins, pelos latifundiários, sob a guarda e a participação direta das forças armadas brasileiras, que adotaram a doutrina da CIA e Pentágono (EUA), a "doutrina da integração e segurança nacional", através de um dos seus expoentes máximos, o general golpista Golbery R. do Couto e Silva. Forças Armadas que formam hoje a verdadeira casta, oligarquia militar encravada no Estado brasileiro como "tutora da nação".

Relacionados a esta ocupação da Amazônia, desenvolveram-se os seguintes projetos:

- Projeto Jari
- Projeto Calha Norte (militar)
- Projeto Proffao - Calha Sul (militar)
- Projeto Grande Carajás
- Estrada de Ferro Norte/Sul
- Projeto Jica (Cerrados do Centro-Oeste)

Todos apoiados direta ou indiretamente pelos órgãos oficiais como a Sudam, Sudene, Polamazônia, Polocentroeste, Polonordeste, Funai, IBDF, Incra, etc, com participação direta do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e do financiamento dos Bancos Japoneses.

Estes grandes projetos e programas são voltados para assegurar a exploração das riquezas minerais florestais, a produção agropecuária e os recursos energéticos da Amazônia, visando o mercado internacional e formando um verdadeiro cinturão ao redor da Amazônia Brasileira.

O calha Norte e o Calha Sul colocam-se sob administração de generais ligados ao Estado Maior das Forças Armadas, acima dos governos estaduais; são na prática novos e imensos estados criados, acompanhando as fronteiras amazônicas. O "estado" do Calha Norte tem 1 milhão e 200 mil km², representa 24% da Amazônia Legal e 14% do Brasil. O "estado" do Calha Sul tem 550.000 km², equivale a 3,7 vezes a superfície do Ceará, ou da Bahia. Cabe aos generais-governadores biônicos, além da "segurança nacional", a promoção da "integração desse espaço geo-econômico na fronteira do país" ao conjunto da economia nacional. E não é por menos que sob a guarda militar se reproduzem as dizimações das nações indígenas, o saque mineral e madeireiro, o contrabando do ouro, a dominação e a violência do latifúndio. A novidade hoje é a presença cada vez maior dos narcotraficantes da cocaína.

O Projeto Jari, hoje pseudo-nacionalizado, o

Programa Grande Carajás, a Ferrovia Norte-Sul e o Projeto Jica têm ou, tiveram, como argumento maior para sua realização, a necessidade de se efetivar o pagamento da dívida externa, de se integrar a economia nacional à égide do "desenvolvimentismo". Todos eles caminham ao contrário, para o aumento da nossa dependência externa com milionários empréstimos e o comprometimento ainda maior da nossa soberania.

As perspectivas para a Amazônia, nos planos entreguistas e na política de traços fascistas do presidente Fernando Collor de Mello, é do aprofundamento acelerado da sua internacionalização. É a entrega acelerada às multinacionais. É colocá-la como quintal dos EUA e do Japão, exportando tudo que puder das suas enormes riquezas.

Atitudes do ator-presidente Collor de Mello:

- Reafirmação da ostensiva e crescente presença militar na Amazônia. Todo apoio ao Calha Norte e Calha Sul;

- Reafirmação dos subsídios para as multinacionais como a Alumar e corte aos subsídios dos projetos agropecuários financiados pela Sudam — atendendo pedido do Banco Mundial. Os 620 projetos comeram 800 milhões de dólares e só 12% deles vingaram. O Banco Mundial financiou a criação destes latifúndios e agora quer redirecionar seus investimentos;

- Extinção da política do governo Sarney de criação das Zonas de Processamento de Exportações (ZPE). Achou-a sem propósito, tímida demais para quem quer fazer da Amazônia toda e do Brasil uma só ZPE, como Cingapura, Coréia do Sul, Tailândia e outros;

- Corte de verbas e funcionários das Universidades Federais, notadamente para pesquisa. Ataque direto aos programas e projetos que procuravam melhor conhecer o meio ambiente e as questões sociais na Amazônia. É um golpe contra a produção e reprodução de conhecimento técnico e científico sobre a Amazônia;

- Tentativa de converter a dívida externa em cotas das empresas nacionais, ou em mais investimentos na Amazônia;

- Admissão da possibilidade de uma fundação com verbas internacionais que "administre" a Amazônia.

Está claro portanto os rumos do presidente Collor em relação à Amazônia. No entanto, ainda não estão totalmente elaborados seus novos projetos. Estão sendo gestados em entendimentos feitos com o Banco Mundial, os monopólios internacionais e os grandes grupos nacionais. Em breve deverão ser lançados e, sem dúvida, com um conteúdo ainda mais entreguista e concentrador de renda. Não faltarão apelos ecológicos e cenas amazônicas do presidente-ator, notadamente com a Conferência Mundial da ONU sobre Meio Ambiente sendo realizada em 1992 no Rio de Janeiro.

Mais do que nunca, está na ordem do dia o combate a todos os planos de internacionalização da Amazônia intimamente ligados à luta ecológica. Avança a sensibilidade do povo brasileiro e também de outros povos à luta em defesa do meio ambiente e contra a dominação dos monopólios. Avança a consciência ecológica e antiimperialista. Sem



dúvida, a luta em defesa da Amazônia liga-se diretamente aos problemas estruturais da nossa economia e da nossa política. A luta ecológica e a luta pelas mudanças profundas das estruturas econômicas e sociais no nosso país avançarão se forem combinadas, mutuamente apoiadas.

É a luta pela Reforma Agrária para por fim ao latifúndio e a violência e dar condições de produção aos pequenos e médios produtores, com tecnologias não agressivas ao meio ambiente; é a luta contra a entrega das minas e dos nossos recursos florestais e energéticos aos monopólios e contra a sua exploração destruindo o meio ambiente; é a luta pela demarcação das terras indígenas, em defesa da sua cultura e dos seus direitos enquanto Nação; é a luta em defesa da Universidade pública e gratuita colocada a serviço da produção de ciência e tecnologia adaptadas às condições amazônicas; é a luta por liberdade democrática e contra a militarização da Amazônia e a ingerência das Forças Armadas na gestão política e econômica do Estado; é a luta em defesa das reservas biológicas, contra a invasão do latifúndio, das mineradoras e madeireiras; é a luta dos trabalhadores, dos operários contra a brutal exploração capitalista e pelos seus direitos, por melhores condições de vida e trabalho; enfim, é a luta pela transformação radical das velhas e retrógradas estruturas econômicas, sociais e políticas do Brasil. A luta pela independência e soberania nacional, razão maior das mazelas da Amazônia e do Brasil.

Tudo isto canaliza-se naturalmente para o enfrentamento do Governo Collor e a sua representação nas oligarquias dos estados amazônicos, como as oligarquias Sarney e Castelo no Maranhão, Jarbas e Jáder no Pará, e assim por diante. A derrota de toda esta avalanche contra o povo e o meio ambiente só terá efeito com a mais ampla união de todos os setores sociais e partidos políticos populares e progressistas na luta por uma pátria livre, um Brasil soberano, uma democracia profundamente popular, sem latifúndio, sem o poder e controle dos monopólios nacionais e estrangeiros. ■

OS CONGRESSOS DA II INTERNACIONAL (SETEMBRO DE 1900)

EDGARD CARONE

O 5º Congresso afirma a unidade dos que se declaram marxistas e realiza-se sem a participação dos anarquistas. O tema central foi o da participação nos governos burgueses, pela situação criada por Millerand, ao aceitar um ministério na França

O 5º Congresso da Internacional Socialista, isto é, da II Internacional, é um sucesso que anima os socialistas de todo o mundo. A afirmação da unidade dos que se dizem marxistas é uma realidade, que se concretiza, cada vez mais nas reuniões dos diversos partidos socialistas: o primeiro deles, em 1889, em Paris, é de resultado incerto, mas o de 1891, em Bruxelas, o de Zurich, em 1893, e o de Londres, em 1896, mostra a determinação e a linha doutrinária de seus participantes, quando expulsam os anarquistas do recinto da reunião e proclamam a necessidade da participação na atividade política. Nesta hora, um dos objetivos básicos - a separação com os acráticos - é uma realidade superada, e o socialismo internacional - entenda-se, o europeu - encontra-se em fase de amadurecimento e novos problemas aparecem, como resultado do crescimento e de novas exigências que surgem, conseqüência das recentes situações objetivas da sociedade e, naturalmente, das novas atitudes táticas e estratégicas do movimento operário. Entre estas questões, duas são primordiais e resultam deste momento histórico, que são: a da participação dos socialistas em um ministério burguês e a do revisionismo do marxismo, o primeiro exemplificado com o caso Millerand, o segundo, pelo caso Bernstein. O Millerand será analisado neste artigo, o

de Bernstein em outro, pois ele será o tema tratado no 6º Congresso da Internacional Socialista, em Amsterdã, em 1904.



A maior parte do operariado organizado na época participa do Congresso de Paris

O 4º congresso marcará, em 1896, a data do próximo encontro, que seria em Berlim, em 1889, mas os alemães pedem aos franceses que tomem a iniciativa de o realizar em seu país, porque em 1900 haveria eleição para o Parlamento. As tarefas e a mobilização necessárias para o evento iriam prejudicar a tarefa da Social Democracia Alemã, o que justifica o pedido feito aos franceses. Estes aceitam realizar o conclave em Paris, mas um problema existe: é o da divisão das correntes socialistas dos gauleses. Em março de 1900, as cinco correntes superam a divergência e assinam a



Circular convocando as organizações socialistas do mundo inteiro a comparecerem ao congresso Socialista Internacional de Paris: pela Confederação Geral dos Socialistas Independentes, assinam, entre outros, Jean Jaurès; pela Federação dos Trabalhadores Socialistas de França, Paul Brousse; pelo Partido Operário Francês, Jules Guesde; pelo Partido Operário Socialista, A. Barrat; pelo Partido Socialista Revolucionário, Ed. Vaillant.

A organização do Congresso de Paris acompanha a regra doutrinária estipulada em Londres, em 1896, por Liebknecht. O convite se dirige: 1º) aos grupos que desejam a substituição da propriedade e produções capitalistas pela propriedade e produção socialista e “consideram a ação legislativa e parlamentar como um dos meios necessários para atingir esse fim”; 2º) às associações cooperativas, que não fazem política, mas reconhecem a “necessidade da ação legislativa e parlamentar. Em consequência os anarquistas estão excluídos”. A estas resoluções, escritas em Bruxelas, em 1889, acrescenta-se novo texto, que situa mais radicalmente a posição socialista: podem participar “todas as associações que aderem aos princípios essenciais do socialismo: socialização dos meios de produção e de troca; união e ação internacionais dos trabalhadores; conquista socialista dos poderes públicos pelo proletariado organizado em partido de classe” (p. 40-44). E junto à circular é transcrita a Ordem do Dia provisória: 1) meios para a entente, a organização e a ação internacional dos trabalhadores e dos socialistas; 2) limitações da Jornada de trabalho e salário mínimo; 3) condições para a libertação do trabalho: organização do partido de classe, expropriação política e econômica da burguesia e socialização dos meios de produção; 4) paz internacional, militarismo e supressão dos

exércitos permanentes; 5) política colonial; (...); 9) “a conquista dos poderes públicos e as alianças com os partidos da burguesia”, tema esse o mais polêmico de todos. Fora estes, três outros assuntos são debatidos, que deixamos de comentar pela pouca importância que tiveram no Congresso.

O grande número de participantes é significativo da importância com que o movimento operário encara o conclave, havendo a presença de, praticamente, representantes da maior parte do operariado organizado na época. Da Alemanha, temos 57 delegados, dos quais 45 são de organizações políticas, 2 de mulheres socialistas, 2 da fracção parlamentar e 8 de sindicatos operários. A Inglaterra com 95 delegados, dos sindicatos e comitês socialistas. Áustria, com 10, Bélgica com 37, Boemia com 2, Bulgária com 3, Dinamarca com 19, Espanha com 4, Estados Unidos com 6. A da França está dividida em duas partes: uma com 600 delegados, com 1.600 mandatos, outra com 473 delegados e 1.083 mandatos: a primeira com maioria de membros sindicais, outra mais política. A Holanda com 9 delegados, a Hungria com 1, a Irlanda com 3, a Itália com 15, a Polónia com 20, Portugal e Argentina com 1, a Rússia com 24, a Suécia com 3 e, a Suíça, finalmente, com 10. Boa parte dos indivíduos das diversas nacionalidades são teóricos e dirigentes de fama mundial, o que dá ao conclave, como nos anteriores, uma projeção internacional. Alguns nomes mostram o alto sentido da reunião: Bebel, Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo, Paul Singer, Fr. Adler, Emile Vandervelde, Jean Jaurès, Ch. Lonquet, Jules Guesde, Andrea Costa, Enrico Ferri, Plekanov, Van Koll, Pablo Iglesias etc. Entretanto, de todas delegações, a única que se mostra dividida e conflitante é a francesa, apesar das

suas diversas correntes terem feito trégua anteriormente. A briga entre radicais e reformistas acaba após longos atritos, até que o Congresso usa de tática conciliatória e nomeia franceses, de cada uma das cinco tendências, para encabeçarem as listas das doze comissões do Congresso. Com isso, eles resolvem adiar as suas divergências.

O socialismo toma como tarefa construir o exército da luta de classes



Os temas da Ordem do Dia são discutidos e aprovados praticamente de maneira pacífica, ainda mais que muitos deles já tinham sido aceitos em Congressos anteriores. É o caso, entre outros, da limitação da jornada de trabalho para 8 horas. A Resolução final de 1900 declara ser necessário o esforço maior do movimento operário e, neste esforço para as 8 horas, deve-se unir a ação sindical à ação política. Questão que surge pela primeira vez é a do salário mínimo. Apesar de pontos de vista diferentes - uns achando impossível seu funcionamento por causa do atraso do movimento operário em grande parte de países (posição dos ingleses e alemães) - o Congresso reconhece ser necessária a existência de pressão a favor de salário mínimo só nos países onde o movimento sindical esteja organizado e forte. Segundo a delegada alemã Sitz, quando essas reivindicações forem triunfantes no mundo, "todas as liberdades políticas e econômicas não tardariam a seguir este primeiro triunfo do proletariado sobre o capitalismo europeu".

O 1º de maio é exemplo da persistência da luta operária a favor da comemoração de uma data do proletariado e de reivindicações da classe, naquela hora, a favor das 8 horas de trabalho. A marcação da data se dera no Congresso de 1889 e a sua confirmação nos Congressos posteriores. No entanto, a dúvida que surge - e que não é resolvida - é a de ser ou não ser festejada na data. Os alemães e ingleses justificam ter que adiantar ou atrasar a festa para o domingo, para evitar atritos com a burguesia de seu país, que aproveitariam para despedir seus empregados. Por esta razão, em 1896, o 1º de maio não é comemorado em todos os países na mesma data.

A terceira temática é a que se refere às condições necessárias para a libertação do trabalho. É a seguinte: a) Construção e ação do proletariado organizado em partido de classe; b) Expropriação política e econômica da burguesia; c) Socialização dos meios de produção. A Resolução conclui-se, de maneira "anodina", que a exploração do proletariado é consequência do regime capitalista e que a emancipação proletária só se dará em combate de classes. "O socialismo, que tomou como tarefa a de constituir o proletariado em exército desta luta de classe, tem por dever, antes de tudo,

de a iniciar por um trabalho metódico, refletido e incessante a favor da consciência de seus interesses e de sua força e de usar, para este efeito, de todas as armas que a atual situação política e social permite-lhe e que sua concepção superior de justiça lhe sugere". No número destes meios o Congresso indica a ação política, o sufrágio universal e a organização da classe operária em grupos políticos, sindicatos, cooperativas, caixas de socorro, círculos de arte e de educação, etc. "Os militantes socialistas devem propagar o mais possível os instrumentos de cultura e educação que aumentam a força da classe operária e a tornam capaz de expropriar política e economicamente a burguesia e de socializar os meios de produção".

Na questão das cooperativas, a voz mais importante é a de Paul Lafargue. Para ele, a cooperação não é um "meio de expropriação da classe capitalista", mas instrumento de "recrutamento socialista; é o meio de se obter um orçamento socialista para a classe". Por sua vez, há duas formas de cooperação: a de consumo e a de produção. As de consumo são as que devemos defender, enquanto as de produção devem ser condenadas porque, para vencer, elas são "obrigadas a seguir os princípios da sociedade capitalista, e não a aplicar os princípios da sociedade socialista do futuro". A sua tese, no entanto, não é aceita e a votação confirma a necessidade de apoio às formas cooperativas, de consumo e de produção.



União estreita dos operários de todos os países e protesto contra a guerra

Outros variados temas são abordados, mas alguns deles são interligados, apesar de serem expostos separadamente: são os casos do *trust*, do *imperialismo* e da *questão colonial*. A última delas é abordada pela primeira vez em um Congresso da II Internacional Socialista. A conclusão de todos oradores é unânime em condenar a política de rapinagem dos países capitalistas: os belgas massacrando a milhares de negros no Congo; os franceses, idem, no Damohey e Madagascar; a Inglaterra, idem, em várias partes da África; os Estados Unidos, idem, na América Central, etc. A Resolução final denuncia esta política, resultado do "desenvolvimento do sistema capitalista" e de sua ganância, e que leva o imperialismo a "excitar o chauvinismo em todos os países"; a produzir sistema extorsivo contra o proletariado e as populações indígenas das colônias. A classe operária deve lutar contra esta situação, analisando a questão colonial, encorajando a formação de partidos socialistas nas colônias e criar meios de contacto entre os partidos socialistas do mundo colonial. Na parte sobre militarismo, especificamente militarismo e imperialismo, tomam a palavra Rosa

Luxemburgo, Clara Zetkin, Volkaert (Bélgica) e outros. Rosa Luxemburgo fala em nova fase do sistema capitalista e que é o “último esforço” antes de seu *débâcle*. É preciso um combate permanente contra o militarismo, não só no terreno econômico e sindical, mas é preciso passar ao plano político. O proletariado é a base da paz, e é ele que vai engendrar a reação contra os países capitalistas e beligerantes. É a hora do “dobrar os sinos” do capital, é o instante da “união mais estreita dos proletários de todos os países em matéria política”, no momento da existência de uma “vasta crise política mundial” do capitalismo. Afinal, a Resolução final fala em os partidos políticos educarem a juventude para combater o militarismo; os deputados socialistas votarem contra os créditos de guerra; da organização do protesto mundial contra a guerra e de agitação anti-militarista. Os trusts, por sua vez, moderna forma de concentração econômica do capitalismo, é tema abordado criticamente e é visto como processo inevitável, dificilmente controlável. Somente uma legislação “repressiva poderia modificar a sua forma, mas não poderia entrar a sua ação”. A única saída, num momento possível, é a “nacionalização e, num estado consecutivo, a regularização internacional da produção”. O proletariado deve regular melhor sua organização de classe, política e economicamente, que seriam reforçadas pela ação cooperativa, “a fim de se preparar e de se aproximar da expropriação pública das grandes atividades da produção, completamente organizadas pelos trusts. Assim se transformará gradualmente a produção privada, tendo como fim o lucro, em produção social, que terá como objeto o produto”.

A questão da greve geral é debatida e divide os membros da Comissão em duas facções. A minoria, na maior parte representada por delegados sindicais, é favorável a greve geral, pois, acredita ser ela um instrumento de ação revolucionária e de pressão, conforme a circunstância. Briand admite que um “sindicato se organize para conduzir, pela greve parcial, a luta contra um patrão ou vários; e quando a classe operária inteira terá formulado todas suas reivindicações, vocês não admitem que ela recorra à greve geral contra a classe patronal coalisada! A greve geral... é a prima da organização sindical, como a greve parcial é a prima da organização do simples sindicato”. Esta tese é derrotada, sendo aprovado texto que limita o alcance da greve geral, admitido pela minoria: a maioria alerta que as “greves e os boicotes são meios necessários para realizar as tarefas da classe operária, mas, não há possibilidade atual de uma greve geral internacional; o que é imediatamente necessário é a organização sindical das massas operárias, porque da extensão da organização depende a extensão das greves de todas as indústrias e de países inteiros”.

A questão do sufrágio universal é pacífica, pois todas as correntes socialistas a defendem. O que se pede é a ampliação da medida para países onde ele ainda não existe que, também a mulher adquira esse direito, e que haja aperfeiçoamento de seus mecanismos em alguns países.

Como diz um delegado, a questão do sufrágio universal é uma questão em que todos estão de acordo e todos a defendem com afinco.

Todas estas teses ou temas se desenrolam em clima de debates, polêmicas e divergências que separam correntes socialistas de um país ou entre vários países. Também as Resoluções oficializadas são as das correntes socialistas de um país ou entre vários países. Elas são as das correntes majoritárias, mas as minoritárias expõem seu pensamento, apesar da derrota que sofrem. No entanto, o fundamental no Congresso de 1900 é o caso Millerand, como o eixo básico fôra anteriormente a luta contra o anarquismo e no futuro Congresso de 1904 (Amsterdã) será a luta contra o revisionismo de Bernstein. O *pivot* representado por estas questões, profundamente polêmicas, não desmerecem as outras desenvolvidas em cada uma das reuniões realizadas então. Ao contrário, mostram a amplitude das concessões e valores do socialismo.



Avanços políticos geram polêmica sobre o papel da luta parlamentar

O caso Millerand ocupa o espaço maior do tempo e espaço do conclave. O caso só pode ser avaliado, mais profundamente, se entendermos que ao lado de outros fatores que examinaremos adiante, existe a questão do amadurecimento e crescimento do movimento operário e dos impasses que se apresentam então, principalmente nos países mais adiantados. Na Alemanha, o Partido Social Democrata tem um número grande de deputados eleitos no Reichstag, vereadores em algumas unidades federativas, e até alguns alcaides (prefeitos) em cidades. Na França, a bancada socialista no Parlamento é significativa e, em alguns Departamentos, são eleitos vereadores e prefeitos. Estas vitórias resultam da afirmação da política socialista de ser necessária defender os valores políticos, participar das eleições, defender as reivindicações operárias no Congresso, isto é, praticar a política Parlamentar, como se diz na época. No entanto, mesmo que a bancada parlamentar social-democrática crescesse (em 1910, a Social Democracia Alemã elege 110 deputados), o seu número não seria suficiente para atingir a maioria absoluta e lhe permitir votar leis de caráter socializante, capazes de por em xeque o sistema capitalista. Mesmo assim, o P.S.D. Alemão, o Partido Socialista francês e outros continuam a defender a política Parlamentar, ela aparecendo, às vezes, como medida complementar, outras vezes como solução para a passagem da sociedade capitalista à sociedade pluralista. O enfoque dado às vitórias parlamentares, no entanto, barram em situações limitativas, resultantes do mecanismo legal do sistema parlamentar burguês e da

própria rejeição da burguesia frente ao avanço proletário. Por este mecanismo parlamentar, o partido majoritário indica o chefe do Gabinete, isto é, o chanceler (Alemanha), o 1º Ministro (na França) etc., que recebe ou não a aprovação ao seu nome, pelo Imperador (Alemanha) ou Presidente da República (França). Natural que, nesta fase do processo histórico - em que na maioria dos países, as correntes monarquistas e burguesas reacionárias dominam -, seria impossível apresentar-se uma oportunidade para que houvesse a vitória de um Gabinete liderado por correntes socialistas. E, ainda mais, neste caso, o veto à indicação seria praticamente automático. Daí entender-se, que além da ilusão de um processo legal e pacífico, a solução certa seria a de um jogo de força. Por isso, quando surge o caso Millerand, que é a primeira passagem do *Rubicon* do movimento operário, o que temos, ao mesmo tempo, são posições antagônicas de indignação, de incompreensão e de aplauso, num episódio que representa um momento importante nas mudanças tática e estratégica do trabalhismo do começo do século.

**Por conta própria,
Millerand
aceita participar
do governo
Waldec-Rousseau**



A 1ª Comissão é encarregada de discutir dois temas correlatos: "a conquista dos poderes e as alianças com os partidos burgueses". E é deste último tópico que resulta a longa discussão do caso Millerand. O episódio é o seguinte: sem o consentimento do Partido Socialista, agindo individualmente, o deputado socialista A. Millerand, ativista de renome entre os companheiros de militância, aceita fazer parte do Ministério Waldec-Rousseau, em 13 de junho de 1899. Só que Waldec-Rousseau é representante da alta burguesia francesa e, no seu Gabinete, o Ministro da Guerra é o General Gallifet, um dos carrascos da Comuna de Paris (1871); Millerand ocupa o Ministério do Comércio. Imediatamente, o Partido Socialista e outras facções de esquerda, contrários a esta situação, se reúnem e mostram-se favoráveis à tática de luta de classes e não a colaboração de classes. A atitude dos radicais franceses irá se refletir no Congresso Socialista, em Paris, que estamos analisando. No entanto, para ficar clara a sua posição, Millerand afirma que sua atitude não é nova, que desde 1893 preconizava uma "política pacífica e reformadora" (*Le Socialisme Réformista Français*, p. 63). Em 1903, ele justifica sua posição de reformista, ainda que seu pensamento não tenha grande base teorizante. Explanamos os seus conceitos porque a sua "teoria" e exemplo serão defendidos no Congresso Socialista de 1900 - e, naturalmente, em época posterior - pela ala de Jean Jaurès. Para Millerand, o socialismo é uma fórmula igual para todos os países e homens; como também a

propriedade deve ser para todos e "para cada homem, como seu prolongamento natural e necessário sobre as coisas, o indispensável utensílio de vida e de desenvolvimento". No entanto, é preciso lutar contra a antecipação do mundo do futuro, do uso de fórmulas mecânicas, visionárias; o que é preciso não é "criar ritos prescritos a um edifício imutável", mas tornar o mundo mais habitável, com a "desaparição sucessiva das iniquidades sociais, pela educação do homem emancipado progressivamente das tiranias interiores como dos constrangimentos exteriores". Daí o operariado ter como necessário reivindicar a educação, a regulamentação do trabalho sobre higiene, prevenção de acidentes, as leis sobre desemprego, doenças e velhice etc, isto é, medidas que dão "direito à vida"; ou formas de associação - sindicatos profissionais, cooperativas -, que darão ao proletariado força. Ainda mais, o trabalhador não deve se organizar unicamente fora da usina, mas cada média e grande empresa deverá ter seu delegado, que servirá "os interesses próprios do trabalhador, os interesses que são inseparáveis da produção nacional". O fundamental é o interesse nacional, a solidariedade das classes, valores ambos que um socialista "tem o direito de se inquietar sem trair o Ideal que pretende servir, o nascimento de uma humanidade liberta das lutas de classes e das guerras dos povos". A República é a fórmula política de Socialismo, daí a "democracia socialista na França" "adaptar seu método às condições de regime político onde ele se move", e não se refugiar "num verbalismo revolucionário para se dispensar das responsabilidades e das obrigações que implicam o método reformista e a procura dos próximos resultados; em outras palavras, ele "sacrificaria, dessa maneira, os interesses primordiais do proletariado".

Por isso, o Partido Socialista deve se voltar para as emoções e aspirações da Nação Francesa, dos pensamentos e tradições da democracia republicana, das finanças públicas e de sua prosperidade, dos trabalhos públicos, da indústria, comércio, agricultura. Para afirmar esta política "realista e ideal", o Partido Socialista "deve reivindicar" suas responsabilidades. O Partido se diz Revolucionário, mas haverá "mais real e a mais profunda das revoluções do que a desapareição dos assalariados"; "se julgamos a violência condenável e inútil, se as reformas legais nos parecem às vezes o objetivo imediato e o único processo prático para nos aproximar do fim longínquo, tenhamos pois a coragem, aliás fácil, de nos chamar pelo nosso nome e de nos denominarmos reformistas, pois que assim o somos. Enfrentemos corajosamente a questão e, tendo-nos pronunciado pelo método reformista, usemos aceitar as suas condições e as conseqüências".

Este longo intróito, que não faz parte dos debates do Congresso, torna-se necessário para se compreender a atitude individual e ideológica de A. Millerand, que vai provocar toda uma polêmica acerca, nas fileiras dos Partidos Sociais Democratas da Europa. Para evitar alongarmos demais, deixemos de lado as intervenções contemporâneas de Rosa Luxemburgo, de Kautsky, de Jules Guesde, no Congresso francês de Ivry etc. e nos restrinjamos aos debates de Paris.

Como dissemos, o crescimento do movimento operário leva-o a impasses, já que a estratégia de conquista do poder, dependendo do ponto de vista, se faria ou a força como dizem Marx-Engels-, ou do ponto de vista reformista, via eleitoral, o que permitiria avanços limitados, como a vitória para a ocupação de uma prefeitura, a eleição de deputados para o parlamento, etc. Nesta hora, as forças socialistas não poderiam esperar que a classe dirigente aceitasse a idéia da formação de um governo de esquerda. Mas, de qualquer maneira, a situação exige novas estratégias, que vão se apresentando gradualmente e que servem de defesa aos que apoiam a posição de Millerand.

Táticas diversas para a marcha em busca do poder pelo proletariado



Como afirma Enrico Ferri, o caso Millerand não é o "sintoma, e sim o efeito" da evolução e do desenvolvimento do "grande partido socialista internacional". Em outros países, este estado de alma, que se "revela nos momentos de crise", toma as seguintes denominações: "tática autônoma", na Itália; na Alemanha, "resolução Bebel sobre a questão de participação às eleições do Landtag". Em resumo, a questão é a seguinte: durante a crise Bernstein, este afirma que tudo está no "no movimento", nada no fim final; Rosa Luxemburgo, afirmara, nesta hora: "nada está no movimento, tudo está no fim final. Liebknecht dissera, enfim: "o essencial é o fim final, mas é preciso movimento para se aproximar dele". E é exatamente esta conclusão que justifica as duas táticas de compromisso, na Alemanha e Itália. No primeiro deles, a Social Democracia não quer participar das eleições para o Landtag, e até proíbe qualquer pretensão nesse sentido; há dias, Bebel propôs resolução, que é aprovada por maioria, que "não somente permite, mas torna obrigatória a participação no Landtag". Na Itália, após o atentado ao rei Victor Emanuel II, em 1900, socialistas vão ao enterro do soberano, atitude condenada, apesar do Partido Socialista ser contrário ao regicídio; mas, na verdade, o Congresso de Roma concedera autonomia às organizações nacionais. Na França, nenhum deputado socialista protesta contra a aprovação dos créditos no Parlamento concedidos à expedição à China. Estes casos demonstram que a política dos fins domina também entre correntes socialistas não-francesas.

O debate no Congresso vai mostrar, na prática, o pensamento das correntes existentes, que se dividem entre radicais e reformistas, tendo alguns ligados ao centro. Na verdade, o centro traduz posição ambígua, como veremos. A ala radical é aquela originada da facção Jules Guesde, do Partido Operário Francês, que tem o apoio de Enrico Ferri; a reformista conta com a colaboração de Jean Jaurès, da ala

independente, Auer, de Social Democracia Alemã, etc. A discussão, por sua vez, gira em torno das teses dos membros da 9ª Comissão, cujos temas são a "questão das alianças e das coalisões" e da "participação eventual de um socialista em um governo burguês".

A primeira questão é debatida pacificamente, pois, é continuação de tema antes discutido, ainda mais por ser aceito pelos franceses em seu Congresso de Ivry, de 1899. O texto reza que a "luta de classes interdiz toda espécie de aliança com qualquer facção da classe capitalista". Circunstâncias particulares podem obrigar os socialistas a realizarem coalisões ("bem entendido, sem confusão de programa e de tática"), mínimas possíveis, "até sua completa eliminação, mas serão unicamente toleráveis se reconhecidas pela organização regional ou nacional da qual dependem os grupos engajados".



Tema das alianças divide ala reformista e radical durante o encontro

O mesmo não se dá com a segunda questão, a da participação de socialistas em um Gabinete burguês. Duas correntes se formam: Enrico Ferri e Jules Guesde, contrários absolutamente a entrada; Kautsky aceita a entrada segundo circunstâncias. É em torno dessas posições que discursam vários oradores. Para se entender melhor, é preciso resumir as Resoluções de ambas correntes. A de Kautsky reza que "num Estado democrático moderno, a conquista do poder político pelo proletariado não pode ser o resultado de um golpe, mas sim de um longo e possível trabalho de organização proletária no terreno econômico e político, da regeneração física e moral da classe operária e da conquista gradual das municipalidades e das assembleias legislativas. Mas, em um país onde o poder governamental é centralizado, ele não pode ser conquistado fragmentariamente. A entrada de um socialista isolado em um governo burguês não pode ser considerado como o começo normal da conquista do poder político, mas sim como um expediente forçado, transitório e excepcional. Se, num caso particular, a situação política necessita esta experiência perigosa, isto é uma questão de tática e não de princípio; o Congresso internacional não deve se pronunciar sobre esta questão". Porém, a entrada de um socialista no governo burguês não permite esperar bons resultados, a não ser que o Partido aprove o ato e o ministro socialista continue a ser mandatário do Partido. Se não for esse caso, a atitude do ministro representa ato de desorganização e confusão para o movimento operário. A Resolução Kautsky recebe adendo de autoria de Plekanov e Jaurès, que diz que o ministro socialista deve se retirar do Ministério se este der mostra de "parcialidade entre Capital e Trabalho". A Resolução de Jules Guesde - Enrico Ferri é

tomada de posição radical, ao afirmar que “o Congresso recorda que a luta de classes interdiz toda espécie de aliança com qualquer facção da classe capitalista. Admitindo-se que circunstâncias excepcionais tornem necessárias coalisões locais (bem entendido, sem confusão de programa e de tática), estas coalisões que o Partido deve reduzir a um *mínimo*, até a completa eliminação, não poderão ser toleradas senão quando sua necessidade for reconhecida pela organização regional ou nacional do qual dependem os grupos engajados”.

As intervenções reformistas tentam alinhar-se com a proposta de Kautsky



Começamos pelo discurso de Jean Jaurès, justificativa de apoio à Resolução de Kautsky. Como diz Vandervelde, a questão Millerand é “puramente francesa”. Infelizmente ela não pode ser de todos; “ela é francesa, no sentido que o aumento de liberdade que traz a República amadureceu a questão antes que ela tivesse nascido em outros países. E pergunto aos camaradas de fora, quando se lhe dirão que, no caso da França, os socialistas devem recusar as funções ofertadas pela direção do Estado burguês e não esquecer que os socialistas concorrem para a eleição deste chefe de Estado”. O problema é que a questão da participação poderia se apresentar em outros países se, as forças socialistas liberais tivessem vencido as forças clericais, na última eleição na Bélgica; na Inglaterra, se o velho partido liberal, imperialista, fosse substituído por nova corrente liberal, etc. Diante desses impasses, adiro à moção de Kautsky porque ela permite que o “Partido Socialista resolva a questão numa situação determinada; também, é porque ela afirma que é uma questão de prática, não de teoria, de princípio”. Frequentemente, o Partido Socialista cometeu o erro de transformar “questões de princípio em questões de tática”. Em nome da luta de classes, “proibe-se a participação às eleições do Landtag, são obrigados a permití-las, depois torná-las obrigatórias... A luta de classes nos obriga dizer que o proletariado está maduro para dirigir seus negócios, e é por isso, precisamente, que é necessário não amarrar as suas mãos”. Ainda mais, dou apoio à moção Kautsky porque ela “prevê que só o Partido organizado dará o sinal de partida e entrada”.

Posição aparentemente ambígua, mas favorável à tese reformista é a de Emile Vandervelde, socialista belga. Em discurso de encerramento da votação das Resoluções - como iremos ver adiante -, ele afirma que as coalisões e as alianças são um “mal; elas podem, numa certa medida, enfraquecer a consciência de classe do proletariado. É, pois, um meio que se deve usar com extrema prudência; mas as circunstâncias podem exigir semelhante coalisões”, como na França, Itália

etc (casos citados anteriormente neste artigo). “As coalisões podem ser um mal; elas são sempre um mal; mas são, às vezes, um mal necessário”. Na parte relativa à participação em um Ministério burguês, os argumentos favoráveis à posição de Millerand não compensam os inconvenientes de sua atitude. Millerand cometeu um “erro”, ao aceitar entrar pessoalmente num governo de Defesa republicana. Mas, o Congresso Socialista não destina-se a excomungar as pessoas, e sim ter papel de tolerância e conciliação, salvaguardando as questões de princípio, dando liberdade às questões táticas. “A participação ao poder ministerial é uma questão de tática e não uma questão de princípio”.

Pela minoria falam Enrico Ferri, Jules Guesde e Edouard Vaillant. O discurso do primeiro é o mais rigoroso e rico. Ele começa a dizer que pensa que iria falar em nome da minoria, mas os discursos anteriores o faz acreditar que exprime a voz da maioria, pois a “moção Kautsky - a vencedora -, afirma que tudo é proibido em princípio, mas que tudo é permitido na prática”. Entretanto, mesmo em países em que o socialismo cresce de forma inquietante para a burguesia, não há mudança na divisão fundamental, a da classe dominante e as dominadas. Por isto, não se deve mudar o programa e os métodos de propaganda e luta política do Partido Socialista para a conquista do poder público e reformas graduais. Unicamente em países onde há grande organização operária, sob a direção do Partido, pode-se aceitar que se façam “alianças transitórias e excepcionais” com facções da burguesia, unicamente em defesa das liberdades públicas e ameaças de golpe de estado.

Esta posição de Enrico Ferri vai ser enriquecida por outro projeto, agora de autoria de Jules Guesde. A posição é exposta de maneira mais direta, pois o orador começa a afirmar que, “por conquista dos poderes públicos entende-se a expropriação política da classe capitalista, quer seja pacífica ou violentamente”. A única situação em regime burguês são os trabalhadores organizados em partidos poderem se amparar de cargos eletivos, e estarem interdidos da participação socialista ao governo burguês. A participação ao governo introduziu no partido um espírito novo, isto é, uma ambição individual nociva, sem limites, capaz de desviar os seus membros de sua verdadeira missão. “Ela não interdiz o que senão realmente o que deve ser interdito, isto é, o que Vandervelde chamava de funções nominativas, aquelas que dependem da classe adversa. Todas as funções eletivas, de direito, é dever do Partido em conquistá-las”.

A votação deu a vitória esmagadora para o texto “moção borracha”



Edouard Vaillant, Auer e outros falam a favor da proposta Kautsky e de Enrico Ferri-Jules Guesde. Os

argumentos são repetitivos, por esta razão não será necessário reproduzi-los. Terminada a discussão e a apresentação das proposições, sugere-se o voto por nacionalidades e, conforme o número dos delegados, por cada país, haveria direito de 1 ou 2 votos, no máximo. A Resolução Kautsky consegue 29 votos; a Resolução Guesde-Ferri, 9 votos. O quadro é o seguinte:

	Proposição Kautsky	Proposição Ferri-Guesde
Alemanha	2	-
Inglaterra	2	-
Austria	2	-
Bélgica	2	-
Boêmia	2	-
Bulgária	-	2
Dinamarca	2	-
Espanha	2	-
EUA	1	1
França	1	1
Holanda	2	-
Hungria	-	2
Itália	1	1
Noruega	-	-
Polônia	1	1
Portugal	2	-
Rep. Argentina	2	-
Rússia	1	1
Suécia	2	-
Suíça	2	-
Total	29	9

Na questão das alianças, a Resolução de Guesde obtém maioria dos votos. Desta maneira, a vitória esmagadora da Resolução Kautsky mostra que a maior parte dos delegados ao Congresso de Paris ainda não avaliavam a ambiguidade do texto denominado na época de "moção borracha". O próprio texto não deixa dúvida quanto a sua maleabilidade, isto é, a possibilidade de se fugir para N soluções. O trecho inicial do parágrafo é claro e preciso, quando diz que "a luta de classes interdiz toda espécie de aliança com uma facção qualquer da classe capitalista", mas, logo a seguir temos a conclusão: "sendo admitido que circunstâncias excepcionais podem tornar necessárias algumas (parciais) coalisões (bem entendido, sem confusão de programa e de tática)". Na verdade, os reformistas participantes do Congresso se consideraram vitoriosos, ainda mais que Karl Kautsky é conhecido como sendo o Papa da ortodoxia marxista; e na época é denominado discípulo e herdeiro de Engels; e é o



This is to Certify that *André Engels* was admitted
a Member of the above Association *18*
and paid as his Annual Subscription

R. Shaw Corresponding Secretary for America
Fernand Sec. Sec for Belgium *Julio Volcanov* Italy
Eugene Dupont France *Anthony Zolich* Poland
Karl Marx Germany *H. Lutz* Switzerland
Muckler Treasurer *J. George Durand* Sec. Gen Council

grande teórico e fundador da revista do marxismo internacional, o *Neue Zeit*, etc. O real traço, que vai se acentuar progressivamente, e que vai se revelar abertamente em 1914, é seu caráter reformista e até anti-revolucionário.

É neste Congresso, afinal, que é afirmada a idéia, que vêm sendo apresentada desde 1896, sobre a necessidade de um órgão administrativo e de propaganda permanente da II Internacional. A necessidade de um mecanismo como esse é sentido por todos, certos de que ele facilitaria a vida dos que comparecessem às reuniões, ajudaria a difusão das Resoluções aprovadas, seria elemento de ligação entre os socialistas de todos os países, propagaria a idéia do socialismo em caráter internacional etc. A Resolução apresentada pela Comissão presidida por Van Koll (Holanda) é favorável à escolha de uma Comissão Provisória, composta de delegados de vários países; o comitê formado publicaria relatórios de delegados de todos os países, e seria escolhido um secretário geral, que se encarregaria de todas as tarefas - publicações, propagandas, organização de fichários e bibliotecas etc - , e que trabalharia profissionalmente, com salário. Desta maneira, a partir de 1900, nasce o Bureau Socialista Internacional, sob a direção de Camille Huysmans e que terá papel importante para a história da II Internacional.

A última proposta é a da marcação do Congresso seguinte. A cidade escolhida é Amsterdã, e três propostas se apresentam: para 1902, 1903 e 1904. Escolhe-se 1903, mas sua realização se dá em 1904, por razões que serão analisadas posteriormente. ■

EDGAR CARONE - Historiador, professor de Universidade de São Paulo (USP).

BIBLIOGRAFIA

GENÈVE, Minkoff, 1980, *Congrès Socialiste International, Paris 23-27, Setembro, 1900*, (790 p.) (*Histoire de la Second International. Congrès Socialiste International, Paris, 23-27, setembro, 1900*, VI, tomo 13)

MILLERAND, A., *Le Socialisme réformist Français*, Paris, Société Nouvelle de Lebreire et d'Édition 1903 (123p) (Biblioteque Socialiste nº 15)



Por uma história profana

Por uma História Profana da Palestina. Lotfallah Soliman. São Paulo; Ed. Brasiliense; 1990; 231 pp.

Lançado no Brasil ao final de 1990, na esteira da guerra no Golfo, o Livro *Por Uma História Profana da Palestina*, já é hoje, com certeza, uma das melhores bibliografias para aqueles que querem uma noção básica do ponto de vista materialista, do antigo conflito árabe-israelense.

Lotfallah Soliman é um comunista egípcio, nascido em 1913. Sempre perseguido por suas idéias, Soliman ainda hoje se encontra exilado na França, pela absoluta falta de liberdades que vive seu país sob o governo de Hosni Mubarak.

Publicado pela conceituada Editora Brasiliense (213 páginas), o livro tem leitura agradável e rápida. Ricamente documentado com citações de importantes estudiosos do arabismo e do conflito árabe-israelense, o trabalho de Soliman aborda questões importantes e polêmicas, entre elas o projeto sionista antes do Congresso da Basiléia; as figuras do jogo político do Oriente Médio até a proclamação do Estado de Israel, como Palmerston, Herbert Samuel, Balfour, etc; aborda a questão dos acordos da Agência Judaica com os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial; analisa as posições dos governos reacionários árabes em 47 e as sucessivas guerras que ocorreram na Palestina com os israelenses (48, 56, 67 e 73).

Aproveitando-se de uma frase de Issac Deutcher, "a vitória pode fazê-los cavar seu próprio túmulo", no capítulo VI, Soliman mostra a capacidade da liderança árabe, mesmo saindo eventualmente derrotada de uma guerra, ainda poder se manter no poder. Foi assim com Gamal Abdal Nasser, no Egito e parece estar sendo assim novamente com o atual presidente do Iraque, Saddam Hussein.

É lamentável, mas em várias passagens, há problemas de tradução e parece que o departamento de revisão ortográfica da brasileense cochilou, tamanho número de erros de impressão. Mas nada disso, evidentemente, tirará a importância desta obra.

Nos capítulos finais, além de fazer uma análise da tática da OLP para a conquista dos seus objetivos estratégicos, sempre criticando os erros da liderança árabe, o livro ainda traz dois anexos importantes para o conhecimento histórico do Oriente Médio: as Declarações de Independência e Proclamação dos Estados de Israel (em

48) e da Palestina (em 1988).

Na parte que trata dos acordos com os nazistas, ficará estarecido o leitor com a quantidade de fatos e de atitudes concretas da parte da liderança sionista, que tudo fez para apressar a migração judaica para a Palestina. É de Ben Gurion, Fundador do Estado de Israel, a seguinte frase: "...se me fosse dada a possibilidade de escolher entre salvar todas as crianças judias da Alemanha, levando-as para a Inglaterra ou salvar apenas metade delas levando-as para Eretz-Israel (grande Israel), eu optaria pelo segundo termo da alternativa, pois devemos considerar não só as vidas dessas crianças, mas igualmente a história do povo de Israel..."(1) (*sic* - grifos nossos).

Por esses e tantos outros exemplos citados no livro, esta obra passa a ser de leitura obrigatória por todos os que querem emprestar a sua solidariedade ao povo palestino e aos estudiosos da questão em geral.

(1) pág 85, citado pelo autor invocando Leni Brenner, em *Zionism in the Age of the Dictators*, London, Croom Helms, 1983, pág. 149.

Lejeune Matogrosso

Um mosaico de lutas

O Século do Vento - Eduardo Galeano. Editora Nova Fronteira, 1988. 349 pp.

O Século do Vento encerra a trilogia *Memória do Fogo*. Revive para o leitor a história densa e vibrante da América, sobretudo da América Latina de 1900 a 1984, contada com originalidade através de pequenas notas cronológicas, desde ocorridos em pequenas aldeias até nas grandes cidades. Forma-se um mosaico de luta e de opressão, de rebeldia sem fim. O livro mostra que, desde cedo o imperialismo norte-americano dominou minas e plantações, organizou massacres e contra-revoluções, patrocinou golpes e ditadores-generais tão sanguinários quanto servis, em todos os recantos da América Latina. Homens como Zapata, Pancho Villa, Sandino, Farabundo Marti, Che Guevara, Fidel Castro e outros protagonizaram movimentos em que camponeses, índios, proletários e intelectuais insurgiram-se, revolucionários, contra as garras que asfixiavam a liberdade e os direitos do povo.

Mas a América também é retratada pelo seu lado de emoção e sonho na arte de Diego Rivera e Orozco, na música de Gardel, Louis Armstrong e Chico Buarque, nas palavras inconformadas de Garcia Marques, John Reed e Pablo Neruda, na ousadia da vida de Isadora Duncan, Evita Perón e Olga Benário.

Eduardo Galeano, jornalista e escritor uruguaio, misturou história, documento e poesia em *Século do Vento*. O resultado só pode apaixonar aqueles que buscam identificar-se com a tragédia e a grandeza que envolvem povos e nações latino-americanas.

Nádia Campeão

A esquerda militar

A Esquerda Militar no Brasil: da Conspiração Republicana à Guerrilha dos Tenentes. João Quartim de Moraes. São Paulo, Siciliano, 1991, 166 p.

O livro do Prof. João Quartim de Moraes trata de problemas polêmicos e atuais, que tem preocupado muitos estudiosos e observadores contemporâneos. A questão militar, por sua vez, no seu sentido amplo, têm sido abordada por vários autores, como José Murilo de Carvalho, Oliveiros Ferreira, Helio Silva, Nelson Werneck Sodré, para citarmos somente alguns nomes.

Até o momento foi publicado o primeiro volume de seu livro, que abrange uma parte metodológica, um capítulo sobre o papel do Exército no período imperial, além de outras quatro partes que tratam da participação do Exército durante a 1ª República. Acreditamos que os dois volumes seguintes tratarão do período que compreende a década de 30 aos dias atuais, pois sabemos que o autor militou profundamente no movimento clandestino durante a ditadura militar pós-64 e escreveu sobre a sua própria experiência. Os títulos dos capítulos mostram a intencionalidade analítica da obra: I - Esquerda: Semântica e História; II - O Império, ou o poder longe do Exército; III - A República das oligarquias agrárias ou o Exército contra o Ultrafederalismo; IV - Reformas do Exército ou reforma da nação; V - A política de defesa nacional: da mobilização civil à missão militar francesa; VI - A guerrilha dos tenentes.

Para o autor, ao estudar os militares, ele os divide, pelo sentido e pela ação, em esquerda e direita. Esta divisão também serve para caracterizar a sociedade: "a polarização esquerda/direita permanece, ainda que convenientemente camuflada pelos tartufos de todos os calibres, tão atual que serve não somente para caracterizar a oposição fundamental de interesses dentro da sociedade de classes, mas também no interior de cada formação política, sindical, e de cada corporação social ou estatal" (pág. 11).

O autor leva a sua análise não só para o passado, mas também para o momento atual. Deixaremos nossas observações sobre o tempo presente quando saírem o segundo e o terceiro volumes. Torna-se, entretanto, importante considerar a análise da relação entre Exército e Império. Na época da Independência, o papel do primeiro ainda é secundário e só se torna relevante no fim do século XIX quando se dá, na Europa principalmente, a "profissionalização dos quadros do corpo de oficiais que deixa de ser apanágio da aristocracia para se converter em carreira burocrática, à qual tiveram gradualmente acesso (...) elementos oriundos das diferentes camadas da burguesia" (p. 27/28). Esse processo geral repercute de maneira muito superficial no Brasil, pois o poder dos senhores rurais, que é um poder descentralizado e espalhado por todo país, já criara um braço armado próprio que é a Guarda Nacional. Esta vai representar o poder do federalismo, isto é, o poder dos fazendeiros ou "coronéis"; de qualquer jeito é a Guerra do Paraguai que vai consolidar o Exército nacional, cujo total de homens baixa de 100.000, no auge da referida

guerra, para 13.000 em 1889. Desta maneira, centralismo e federalismo militares formam a dualidade básica desse período. Apesar disto, o Exército se comporá com forças oligárquicas na derrubada do Império em 1889.

A indisciplina militar e a recusa do Exército em perseguir escravos são alguns dos motivos da sua atitude contra o Império. A partir de 1889, vamos ter dois militares na Presidência da República, além de outros governos estaduais e nas diversas assembleias constituintes. Durante a elaboração da Constituição de 1891, as oligarquias combatem diversos ante-projetos sobre o serviço militar. O Exército profissionalizante é formado de uma oficialidade mais de caráter jurídico, resultado do ensino da Escola da Praia Vermelha. Por sua vez, os soldados são de origem popular, recrutados de maneira aleatória em todo território nacional. Prudente de Moraes representa o momento maior do poderio oligárquico, que a partir de 1897 obriga os militares políticos a retornarem à suas funções específicas. A tentativa de reação militar contra o avanço oligárquico se dá na maior parte, no começo do governo Floriano, hora em que ele se alia ao movimento denominado de "jacobinos".

A vitória das forças civis leva o recuo das pretensões dos militares. Os fatos posteriores demonstram que o Exército procurará, então, se modernizar. É o caso da reforma de 1908 que provoca a ida de oficiais à Alemanha, faz que apareça a primeira tentativa de sorteio militar obrigatório, provoca o aparecimento da revista *A Defesa Nacional*, movimento este denominado de "jovens turcos". Mas a divisão da oligarquia de Minas e São Paulo vai permitir, por sua vez, o reaparecimento político do Exército. Entre 1910-14, os militares voltam à cena e entram em choque com várias oligarquias estaduais e esse "imbroglio" provoca situações bastante calamitosas em várias regiões do Brasil, logo boa parte dessas oligarquias derrotadas temporariamente retornam ao poder durante o governo Wenceslau Brás (1914-1918).

A revolta dos sargentos (1915-16) e a dos tenentes, a partir de 1922, é que permite o retorno da esquerda militar, isto é, a tentativa de mudanças da estrutura de poder da sociedade brasileira de então. Enquanto em 1910-14 a ação militar fora conservadora, pois nessa hora a alta oficialidade procura um lugar ao sol para si própria, os dois outros movimentos questionam a situação brasileira, as formas de poder coronelística, etc. Segundo o autor, um dos momentos máximos é a Coluna Prestes, que "atingiu entretanto, em boa medida, seu objetivo ético-político: demonstrar ao povo brasileiro que era justo e possível revoltar-se contra uma ordem social iníqua e um poder de Estado corrupto e espúrio" (p. 164). Com a Revolução de 30, abre-se uma nova fase desse processo, análise essa que faz parte do segundo volume.

Alzira Cristina Carvalho Barros



Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) e aluna do Curso de Pós-Graduação na área de História Econômica, da Universidade de São Paulo (USP).

LÂMIA ESCREVE PARA PRINCÍPIOS

Hasharon, Prison, 2 de junho de 1991.

Sr. Editor - Revista Princípios, Rogério Lustosa:

Venho através desta agradecer pelo envio desta revista periodicamente. Vejo nesta revista um veículo de idéias e informações importantes, um meio de me ajudar a concluir minhas próprias idéias, tendo em vista o grande volume de informações que recebo através de outros veículos. Vejo também, no fato de vocês mandarem esta revista para mim, um ato de solidariedade, que considero de grande valor e inesquecível. Sim, por mais dolorosa que seja minha prisão, não há como negar o quanto está sendo frutífera. Muito deste moral elevado se deve a vocês e a pessoas como vocês.

Uma vez mais, por favor, aceitem meus mais sinceros agradecimentos, assim como minhas saudações.

Lâmia Moraf Hasan

* Como se recorda, Lâmia é uma brasileira condenada a prisão perpétua em Israel.



ERRATA

No artigo Ciência e Filosofia na Experiência Socialista, de Olival Freire Jr., Princípios nº 21, deixou de ser publicado um parágrafo inicial onde o autor esclarecia que a sua análise referia-se principalmente a um período específico, depois da II Guerra Mundial.

O autor considerou também que a edição dos intertítulos não separou os assuntos de acordo com a lógica pretendida por ele.

ESSA CAMPANHA LHE INTERESSA

ASSINE PRINCÍPIOS

A Revista Princípios tem analisado os problemas ocorridos nas experiências de construção do socialismo e as questões urgentes para elaborar um projeto alternativo de desenvolvimento do Brasil. Fique por dentro. Preencha o cupom de assinatura ou solicite a presença de nosso representante na sua cidade através dos seguintes telefones:

Acre - Rio Branco - (068) 224-7329
Alagoas - Maceió - (082) 221-4634
Amazonas - Manaus - (092) 233-2260
Bahia - Salvador - (071) 321-6420
Ceará - Fortaleza - (085) 221-4090
Distrito Federal - Brasília - (061) 225-8202
Esp. Santo - Vitória (027) 222-8162
Goiás - Goiânia - (062) 223-5571
Maranhão - São Luiz - (098) 222-1005
Minas Gerais - Belo Horizonte - (031) 222-3161
Mato Grosso do Sul - Campo Grande (067) 721-1390
Mato Grosso - Cuiabá (065) 321-5095

Pernambuco - Recife - (081) 241-9364
Piauí - Teresina - (086) 22-8396
Paraná - Curitiba - (041) 253-6261
Rio de Janeiro - Rio (021) 240-5286
Rio Grande do Norte - Natal - (084) 222-6323
Rondônia - Porto Velho - (069) 222-4242
Roraima - Boa Vista - (095) 224-1870
Rio Grande do Sul - Porto Alegre - (0512) 28-5152
Santa Catarina - Florianópolis - (0482) 24-1927
Sergipe - Aracaju - (079) 224-8664
São Paulo - São Paulo - (011) 278-3220



Editora Anita Garibaldi

Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320 - São Paulo.



RIO MARIA, PARÁ

Longe do barulho das grandes cidades, com seus cenários urbanos, um município clama por Justiça. Rio Maria, no interior do Pará, assiste à frequentes cenas de atentados e assassinatos de trabalhadores rurais a mando do latifúndio. É a verdadeira face do Brasil sem reforma agrária, que a "modernidade" do governo Collor finge não ver, revelada com precisão pelo jornalista Moacyr de Oliveira Filho. Usando uma linguagem acessível, ele transforma seu texto numa leitura indispensável, imperdível.



Preço: Cr\$ 1.800,00

Pedidos: cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda.
Rua Bororós, 51 - 1º andar - São Paulo - SP
Tel.: (011) 278-3220

SIMPLES PERGUNTAS SOBRE A GUERRA

E SE A GUERRA ESTOURASSE HOJE?
POR QUÊ?

PARA PROVAR QUE O DIREITO DE
INVASÃO É PRIVILÉGIO DAS GRANDES
POTÊNCIAS, QUE SADAM NÃO TEM O
DIREITO DE FAZER DO KUWAIT O QUE
BUSH FEZ NO PANAMÁ E
GORBACHEV NA LITUÂNIA?

PARA QUE ISRAEL POSSA
CONTINUAR FAZENDO AOS PALESTINOS
O QUE HITLER TINHA FEITO AOS
JUDEUS?

PARA QUE ALGUNS ÁRABES
FINANCIEM A MATANÇA DE OUTROS
ÁRABES?

PARA QUE FIQUE BEM CLARO, DE
UMA VEZ POR TODAS, QUE NÃO SE
PODE TOCAR NO PETRÓLEO?

OU PARA QUE O MUNDO
CONTINUE A TER NECESSIDADE DE
GASTAR DOIS MILHÕES DE DÓLARES
POR MINUTO EM ARMAMENTO,
AGORA QUE ACABOU A GUERRA FRIA?

E SE, EM QUALQUER CASO,
REBENTE A GUERRA OU NÃO, ESTOURE
O MUNDO? UM MUNDO
TRANSFORMADO EM ARSENAL OU
CASERNA?

QUEM VENDEU O DESTINO DA
HUMANIDADE A UM PUNHADO DE
LOUCOS, DE SALTEADORES E
ASSASSINOS?

QUEM SOBREVIVERÁ DEPOIS, PARA
PODER DIZER QUE SEU CRIME FOI
NOSSO SUICÍDIO?

Eduardo Galeano

16 de janeiro de 1991

El País, 16-1-1991

